

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 77, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 425/2024****OF 479/2024****MSC 974/2000**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5636, de 08 de novembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alto Garças, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 425

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.636, de 8 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019, que renova, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Alto Garças, Estado do Mato Grosso.

Brasília, 1º de julho de 2024.

Brasília, 07 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.049118/2015-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.636, de 2019, publicada em 12 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, nos termos da Portaria nº 559, de 10 de novembro de 2003, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 318, publicado em 06 de julho de 2006, vinculada ao FISTEL nº 50013840282, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Alto Garças, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***

## PORTARIA Nº 5.636-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000023/1999-54 e nº 53900.049188/2015-00, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 479/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.636, de 8 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019, que renova, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Alto Garças, Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/07/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5863767** e o código CRC **F674F566** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 639/2020/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

Lara Litvin Villas Boas  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/01/2020, às 14:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5033353** e o código CRC **67267A42**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 21463/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53900.049188/2015-00.**

Processo de Outorga nº: 53690.000023/1999.

Assunto: Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alto Garças**, estado de **Mato Grosso**, por meio da Portaria nº 559, publicada no DOU de 10/11/2003, e Decreto Legislativo nº 318, publicado no DOU de 17/7/2006.

**ANÁLISE**

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 17/7/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **17/6/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

**CONCLUSÃO**

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/09/2015, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0731989** e o código CRC **E380A4AA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30992/2015/SEI-MC

Brasília, 22 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
Avenida Benedito Ferreira de Moura, nº 120 - Centro  
78.770-000 - Alto Garças - MT  
CNPJ nº 02.921.453/0001-86

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21463/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.
2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0731993** e o código CRC **7AD0B9A6**.

**AR**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 30992/2015/SEI-MC, 22 de setembro de 2015

53900.049188/2015-00

ENDEREÇO / ADRES

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

Avenida Benedito Ferreira de Moura, nº 120 - Centro

CEP / CODE POSTAL

78.770-000

Alto Garças - MT

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

23/10/15

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

75 576.232 SSP/MT

723.7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
RÁDIO INTEGRAÇÃO FM - 87,9  
CNPJ: 02.921.453/0001-86  
TELEFONE: 66 - 3471- 2440 EMAIL: [integracaofmag@hotmail.com](mailto:integracaofmag@hotmail.com)  
ALTO GARÇAS - M.T

ANATEL - UO071	
Sel nº	0610413
Data:	29/06/2016
Nome:	Luan my

PROTOCOLO : 001/2016

**PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA REVALIDAÇÃO DE  
OUTORGA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
ENTREGUE NA ANATEL;**

- MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA;
- RELATÓRIO TÉCNICO DE CONFORMIDADE;
- ÚLTIMA AUTORIZAÇÃO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO;
- DECRETO LEGISLATIVO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS A EXECUTAR POR 10 ANOS;
- COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL (CNPJ);
- ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO E REGISTRADO;
- RELAÇÃO E DOCUMENTOS DE PROVA DE MAIOR IDADE DA DIRETORIA ATUAL E DO CONSELHO COMUNITÁRIO;
- RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E
- ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA ATUAL.

**ENIVALDO RODRIGUES BORGES**  
**REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
**ALTO GARÇAS - MT. JUNHO/2016**

RÁDIO INTEGRAÇÃO FM – 87,9  
AGENTE OUVI PORQUE GOSTA!!!  
ENDEREÇO: AVENIDA VEREADOR BENEDITO DE MOURA, Nº 120  
BAIRRO: VILA NOVO HORIZONTE – ALTO GARÇAS – M.T

**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS	
Nome Fantasia: RÁDIO INTEGRAÇÃO FM 87,9	
CNPJ: 02.921.453/0001-86	
Endereço de Sede: AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA	Nº: 120
Bairro: VILA NOVO HORIZONTE	CEP: 78.770-000
Cidade: ALTO GARÇAS	UF: MT
Nome do representante legal: CARLOS MANOEL DO CARMO	
Endereço eletrônico (e-mail): <a href="mailto:integracaofmag@hotmail.com">integracaofmag@hotmail.com</a>	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

ALTO GARÇAS, 25 DE MAIO DE 2016

**2º OFÍCIO**

Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120	
Bairro: VILA NOVO HORIZONTE	CEP: 78.770-000
Cidade: ALTO GARÇAS	UF: MT

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.



Rondonópolis/MT, 06 de Novembro de 2014.

## **LAUDO TÉCNICO**

### **Exposição a Campos Elétricos e Magnéticos e Eletromagnéticos variáveis no tempo(até 300GHZ)**

- ✓ MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
- ✓ NORMAS TÉCNICAS E FONTES DE CONSULTAS
- ✓ DIRETRIZES

---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

PROJETOS E EXECUÇÕES

*Lanzarini*  
Arquitetura e Engenharia

Rondonópolis/MT, 06 de Novembro de 2014.

**PROPRIETÁRIO:**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
CNPJ: 02.921.453/0001-86

**ENDEREÇO DA OBRA:**

Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Bairro: CENTRO  
Cidade: ALTO GARÇAS - MT

**AUTOR PROJETO:**

CESAR AUGUSTO LANZARINI  
Engenheiro Eletricista  
CREA N 1200227972

---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

Rondonópolis/MT, 06 de Novembro de 2014.

## 1- PRELIMINARES

Trata-se de um *LAUDO TÉCNICO REFERENTE A LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS VARIÁVEIS NO TEMPO (ATÉ 300 GHZ)*, solicitada pela, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÁS, sendo que os focos dos trabalhos deste laudo se devem ao fato do Proprietário terem requerido; desta forma se justifica a Perícia de Avaliação Técnica.

## 2 - OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

Verificar se as instalações se enquadram dentro das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos.

## 3 - OBJETO

- ✓ Razão social: Empresa: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS
- ✓ CNPJ: 02.921.453/0001-86
- ✓ Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA, Nº 120.
- ✓ Bairro: CENTRO
- ✓ Cidade: ALTO GARÇAS - MT

### 3.1 - VISTORIA

A vistoria foi realizada na data de 04 de NOVEMBRO de 2014, onde fora verificado as condições de acabamento das instalações, padrão construtivo, bem como foram obtidos informações importantíssimas que esclarece e pode estabelecer as diretrizes para limitar a exposição a **CEM**, de forma a verificar se os equipamentos não ofereçam efeitos reconhecidamente adversos à saúde de seus funcionários, visitantes e áreas periféricas.

## 4 - JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o objetivo da perícia é verificar se as suas instalações dos equipamentos existentes se enquadram nos quesitos mínimos das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos de segurança, a conformidade deste laudo não garante que seja evitadas interferências ou efeitos em dispositivos médicos, como próteses metálicas, marca passos e etc:

---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

Rondonópolis/MT, 06 de Novembro de 2014.

**5 - PRECISÃO**

Conforme as recomendações normativas(ANATEL), para método quantitativo sem variável; foi atingido o grau satisfatório de proteção no que se refere às diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos variáveis no tempo (até 300 GHZ) e níveis de segurança desejáveis com relação aos itens abaixo:

- Intensidade de Campo E (V.m-1)
- Intensidade de Campo H (A.m-1)
- Campo B( $\mu$ T)

**6 - ENCERRAMENTO**

Conclui-se o presente laudo de avaliação de que a instalação se enquadra dentro das diretrizes da (ANATEL), onde tudo é conforme argumentação desenvolvida e citada ao longo deste laudo segue o mesmo rubricado em todas as folhas, sendo esta assinada.

Faz parte deste laudo a ART de responsabilidade técnica do profissional, onde se encontra em anexo ao mesmo.

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Este laudo tem a data de validade de 2 (dois) anos, a contar da data de início da ART deste Laudo Técnico

Cesar Augusto Lanzarini  
Eng. Eletricista  
CREA Nº 1200227972

---

**CESAR AUGUSTO LANZARINI**  
**Engenheiro Eletricista**  
**CREA Nº 1200227972**

---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF  
Fone: (61) 311-6890 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 6299 /2006/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 21 de setembro de 2006.


Ao Senhor  
**Mauro Evandro Facco**  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GARÇAS  
Avenida Sete de Setembro, 1535 - Centro  
78770-000 Alto Garças/MT

**Assunto:** Encaminhamento de Licença para funcionamento  
**Processo nº** 53690.000023/99

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GARÇAS**, na localidade de Alto Garças, no Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

  
**JOANILSON L. B. FERREIRA**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

vfm/DOS/SSCE/MC



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000014/2006-MT

FLS: 001/001

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

NOME/RAZÃO SOCIAL  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS - CNPJ: 02.921.453/0001-86

Nº DA ESTAÇÃO

684040362

SERVIÇO

Radiodifusão Comunitária

NAT. SERV.

\*\*\*\*\*

LATITUDE

16S570400

Nº DA ENTIDADE

60013840282

LONGITUDE

53W313400

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO  
AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1535

DISTRITO

\*\*\*\*\*

MUNICÍPIO

ALTO GARÇAS

UF

MT

BAIRRO  
CENTROCIDADE DA OUTORGA :  
NOME FANTASIA :  
FREQUÊNCIA :  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO :  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO :  
ESTÚDIOAlto Garças/MT  
INTEGRAÇÃO FM  
87,9 MHz

:05:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.

ZYT667

ESTÚDIO

ENDEREÇO :

MUNICÍPIO :

TRANSMISSOR PRINCIPAL

CÓDIGO :

TRANSMISSOR AUXILIAR

CÓDIGO :

AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1535 CENTRO

Alto Garças

Montel Sistemas de Comunicação Ltda.

046100XXX0312

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

ANTENA

FABRICANTE :

GANHO :

DESCRIÇÃO :

COTA BASE DA TORRE :

MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA.

0.00 dBd

DÍPOLO DE 01 ELEMENTO

\*\*\*\*\* m

Número Processo :

536900000231999

CANAL :

200

RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO :

1.00 KM

PERP MÁXIMA :

\*\*\*\*\* W

LOCALIDADE :

\*\*\*\*\*

UF :

MT

MODELO :

MTFM 98

POTÊNCIA :

25,000 W

MODELO :

\*\*\*\*\*

POTÊNCIA :

\*\*\*\*\* W

MODELO :

MTDIP 100/1

POLARIZAÇÃO :

Vertical

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :

28.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 18/08/2006

OBSERVAÇÕES

02.921.453/0001-86

Licenciada Em

18/08/2006

VÁLIDA ATÉ

17/07/2016

  
Helio Costa  
Ministro das Comunicações

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 313, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Garças, Estado de Mato Grosso.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Garças a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Garças, Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2006.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.921.453/0001-86</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>07/01/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA GARCAS</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV SETE DE SETEMBRO</b>	NÚMERO <b>1535</b>	COMPLEMENTO <b>PX.AUTO PC.XAVANTES</b>	
CEP <b>78.770-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ALTO GARCAS</b>	UF <b>MT</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(065) 4711-463</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 30/03/2016 às 17:30:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



## **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GARÇAS, adaptado às Leis 10.406/2002 e 11.127/2005.**

### **ARTIGO 1º - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO**

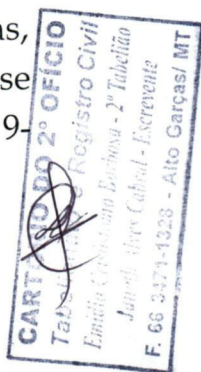
A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GARÇAS, neste estatuto designada, simplesmente, como Associação, fundada na data de 17 de julho de 1996, com sede e foro nesta cidade Ato Garças-MT, na avenida vereador Benedito Ferreira de Moura número 120, Vila novo Horizonte. É uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

### **ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:**

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

I. A Associação tem por finalidade: 1- Dar oportunidade à difusão de ideias, e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; 2- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; 3- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; 4- Estimular a luta por relações democráticas na comunicação social; 5 - Promover atividades educacionais e de formação geral; 6- Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividade, movimento e organismos; 7- Divulgar resultados de pesquisas, estudos experiências educativas e avaliações; 8- Manter convênio e ou se associar a entidades similares para prestação de serviços de assessoria; 9-

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgão de imprensa e de rádio difusão; 10- Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da Entidade; 11- Propugnar pelo estabelecimento de um sistema de comunicação comunitária com o objetivo de dar voz aos segmentos sociais; 12- Incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; 13- empreender esforços para preservar e segurar os direitos à cidadania e a liberdade de expressão nos meios de comunicação.

**Parágrafo Único** - Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, em todo o território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral.

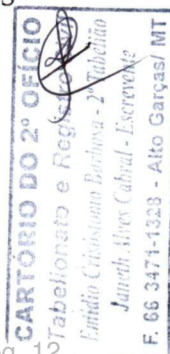
### **ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO**

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

### **ARTIGO 4º - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

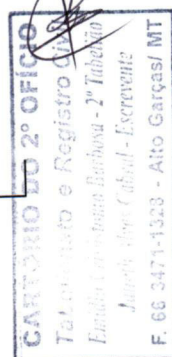
**Parágrafo Primeiro** - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

**Parágrafo Segundo** - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

**Parágrafo Terceiro** - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

## **ARTIGO 5º - DOS ASSOCIADOS**

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:





- I. Associados Fundadores: os que ajudaram na fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa.
- II. Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV. Associados Beneficiados: os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados;

### **ARTIGO 6º - DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO**

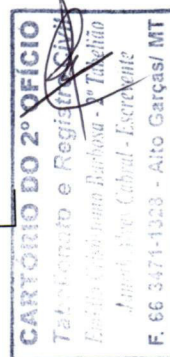
Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da entidade, que a submeterá à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

### **ARTIGO 7º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS**

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

#### **ARTIGO 8º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

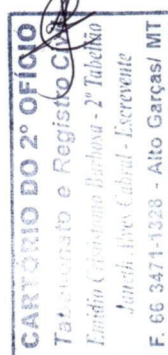
- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

#### **ARTIGO 9º - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO**

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

#### **ARTIGO 10 - DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO**

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: [quenesse@hotmail.com](mailto:quenesse@hotmail.com)





A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

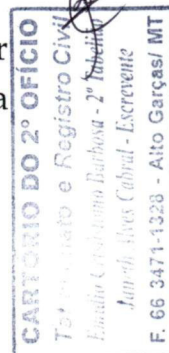
**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

**Parágrafo Terceiro** – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

**Parágrafo Quarto** – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

**Parágrafo Quinto** – O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





## **ARTIGO 11 - DA APLICAÇÃO DAS PENAS**

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

## **ARTIGO 12 - DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO**

São órgãos da Associação:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Fiscal.

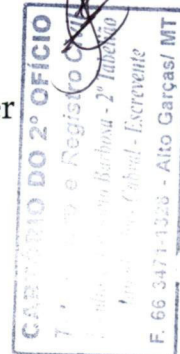
## **ARTIGO 13 - DA DIRETORIA EXECUTIVA**

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros, (a composição desta diretoria é meramente enunciativa).

## **ARTIGO 14 - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA**

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo único - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

#### **ARTIGO 15 - COMPETE AO PRESIDENTE**

(As competências, deste e dos demais devem seguir a composição contida no art. 13)

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

**Parágrafo Único** - Compete ao Vice - Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

## **ARTIGO 16 - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO**

I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;

II. Redigir a correspondência da Associação;

III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;

IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

**Parágrafo Único** - Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

## **ARTIGO 17 - COMPETE AO 1º TESOUREIRO**

I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;

II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;

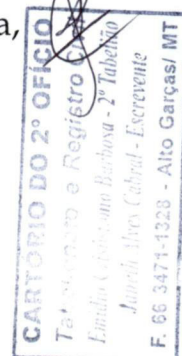
III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;

IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;

V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;

VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

## **ARTIGO 18 - DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

**Parágrafo único** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

## **ARTIGO 19 - DO MANDATO**

As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

## **ARTIGO 20 - DA PERDA DO MANDATO**

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V. Conduta duvidosa.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

## **ARTIGO 21 - DA RENÚNCIA**

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

**Parágrafo Primeiro** – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60



(sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

**Parágrafo Segundo** - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

## **ARTIGO 22- DA REMUNERAÇÃO**

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

## **ARTIGO 23 - DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS**

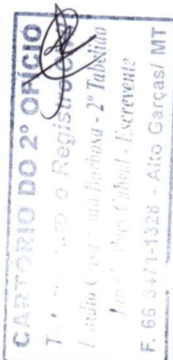
Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

## **ARTIGO 24 - DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde de que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone:66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





## **ARTIGO 25 - DA VENDA**

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

## **ARTIGO 26 - DA REFORMA ESTATUTÁRIA**

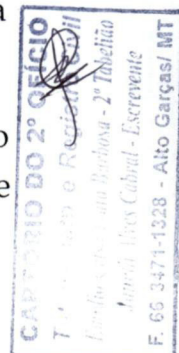
O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados. (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

## **ARTIGO 27 - DA DISSOLUÇÃO**

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade

Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças – MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com





assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

## **ARTIGO 28 - DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

## **ARTIGO 29 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

## **ARTIGO 30 - DAS OMISSÕES**

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

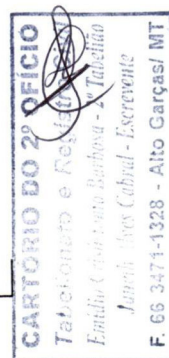
Alto Garças 12 de fevereiro de 2016



2.º OFÍCIO

Presidente

**CARLOS MANOEL DO CARMO**



Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com



2.º OFÍCIO

Advogado

Nome: QUENESSE DYOGO DO CARMO

OAB nº: 10286/MT

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabellão e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa



Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: QUENESSE  
DYOGO DO CARMO  
Selo: AUB-35338 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,20  
Hs: 15:30:20  
Funcionário(a): JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Janeth Alves Cabral

Protocolado sob nº: 223 Liv.: A-1 Fls.: 138  
Registrado sob nº: 314 Liv.: A-6 Fls.: 394-408

Apresentado.: 23/06/2016.

Janeth Alves Cabral  
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cód. Ato(s): 107, 108

AUB 35439 R\$ 74,60  
Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



Avenida 07 de Setembro, 319, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: [quenesse@hotmail.com](mailto:quenesse@hotmail.com)

**RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
CULTURAL GARÇAS. RÁDIO INTEGRAÇÃO – FM**

**DURAÇÃO DO MANDATO: 04 (QUATRO) ANOS – QUADRIÊNIO 2016-2020**

**DIRETORIA ATUAL**

**NOME:** CARLOS MANOEL DO CARMO

**CARGO:** PRESIDENTE

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** COMERCIANTE

**RG:** 595.332 SSP/GO

**CPF:** 124.100.711-04

**ENDEREÇO:** AV. CEL. CAJANGO ESQUINA COM A PRAÇA JOÃO MOREIRA – BAIRRO CENTRO.

**NOME:** VALDENOR JOSÉ RODRIGUES

**CARGO:** VICE-PRESIDENTE

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** AGROPECUARISTA

**RG:** 377.448 SSP/MT

**CPF:** 202.891.380-00

**ENDEREÇO:** AV. PETRILIO ABÍLIO ALVES Nº. 1594 – VILA NOVO HORIZONTE

**NOME:** NIVALDO JOSÉ FREGONEZE

**CARGO:** TESOUREIRO

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** COMERCIANTE

**RG:** 796.853 SSP/MT

**CPF:** 302.126.699-15

**ENDEREÇO:** AV. PETRILIO ABÍLIO ALVES Nº. 1.460 – VILA NOVO HORIZONTE

**NOME:** REINALDO ZEFELD

**CARGO:** SEGUNDO TESOUREIRO

**ESTADO CIVIL:** VIÚVO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** PASTOR DE IGREJA EVANGÉLICA

**RG:** 318.106 SSP/SC

**CPF:** 198.303.439-87

**ENDEREÇO:** AV. MATO GROSSO S/Nº. – BAIRRO MATO GROSSO

**NOME:** RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA

**CARGO:** SECRETÁRIA

**ESTADO CIVIL:** CASADA

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** PROFESSORA

**RG:** 064.172 SSP/MT

**CPF:** 460.009.091-87

**ENDEREÇO:** RUA "F", QUADRA "01", CASA "22", COHAB BONITO II

**NOME:** MAURO EVANDRO FACCO

**CARGO:** SEGUNDO SECRETÁRIO

**ESTADO CIVIL:** DIVORCIADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**PROFISSÃO:** MÉDICO VETERINÁRIO

**RG:** 7.025.745.824 SSP/RS

**CPF:** 484.509.100-30

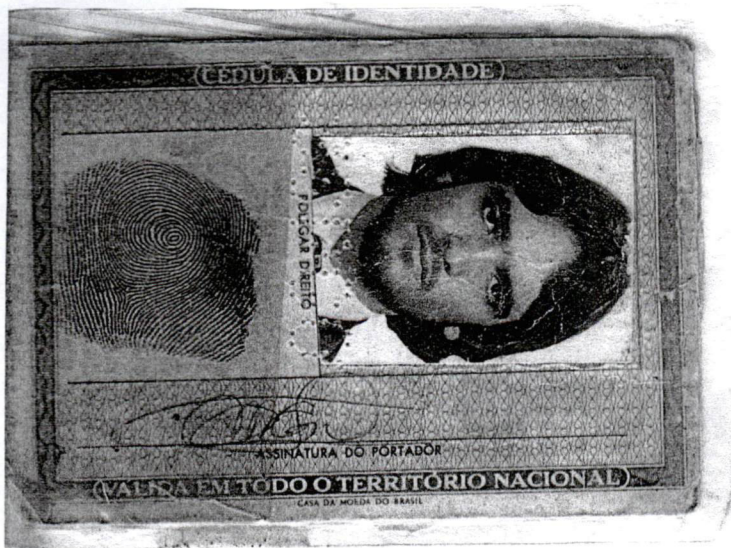
**ENDEREÇO:** AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA S/Nº. – VILA NOVO HORIZONTE

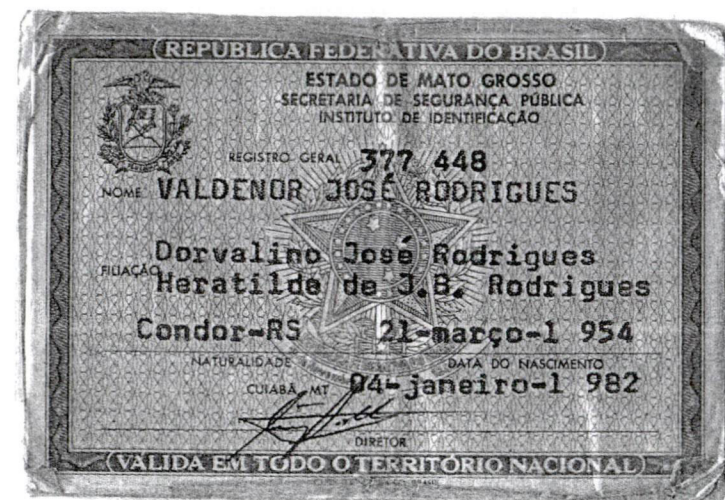
**ALTO GARÇAS, 22 DE ABRIL DE 2016.**

**2º OFÍCIO**

  
**CARLOS MANOEL DO CARMO**  
**PRESIDENTE**







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 2902642-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/09/2014

NOME: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE

FILIAÇÃO: WALDEMAR FREGONEZE  
EVA FREGONEZE

NATURALIDADE: LAGES-SC DATA DE NASCIMENTO: 15/08/1952

DOC. ORIGEM: C. CASAM. TERM. 9791 LIV. B 17 FLS. 97  
CURITIBA-PR

CPF: 302.126.699-15

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDINO MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Nome: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE

Nascimento: 15/08/1952

Cartão de uso pessoal (transferível)  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão: 15/05/2013

**CORREIOS**

www.correios.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NOME: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE

DOC. ENTIDADE (CIS, ENSSP, I/F): 796856 SSP PR

DATA NASCIMENTO: 15/08/1952

CPF: 302.126.699-15

PLAÇO: WALDEMAR FREGONEZE  
EVA FREGONEZE

PERMISSÃO: AC: 15/05/2013

OCAS: 15/05/2013

Nº REGISTRO: 0025168976

VALIDADE: 24/04/2018

DATA: 25/05/1972

Observações: Apto para Transporte Remunerado

Assinatura do Titular: Nivaldo José Fregoneze

LOCAL: ALTO GARCAS, MT

DATA EMISSÃO: 15/05/2013

CPF: 45060662050

MT610795988

Proibido Plástico

683779553

683779553

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**Agência Nacional de**  
**ANTT Transportes Terrestres**

**CERTIFICADO DE REGISTRO NACIONAL DE**  
**TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS**

CRNTRC Nº: 00567921  
CATEGORIA: TAC

NIVALDO JOSÉ FREGONEZE  
CPF: 302.126.699-15

Cadastrado em: 18/11/2004 Válido até: 18/08/2015

Lei nº 10.233/2001 - Lei nº 11.442/2007 - Resolução ANTT nº 3056/2009

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	318.106	DATA DE EXPEDIÇÃO	26.07.93
NOME	REINALDO ZEFELD		
FILIAÇÃO	Mada Zefeld		
NATURALIDADE	GUARAMIRIM/SC	DATA DE NASCIMENTO	18.08.1949
DOC. ORIGEM	Cert. Cas. nº 14.351 Fls. 294 L. 51 .- Cart. Pedro D'Abbadia Maciel-Cuiabá MT		
CPF	<i>Dr. Almirante Grillo</i> SINCRONIZADO DE POLÍCIA ASSINATURA DO DIRETOR		
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	



POLICIA DIRETO



ASSINATURA DO TITULAR

*Reinaldo Zefeld*

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 064.172

NOME **RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA**

Atou P. de Oliveira

ALUGAO **Maria Beatriz de Oliveira**

Alto Gargos MT 27 setembro-1 956

NATURALIDADE **Alto Gargos MT** DATA DO NASCIMENTO **27-09-56**

CLASSE **27-09-56**

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(CEDULA DE IDENTIDADE)

ARAGUAIA

POLETA SUELO

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

12302/9973

08/04/87

ARF - ALTO ARAGUAIA MT

RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA

27-09-56

PARA VALIDADE EXIBIR COM A ASSINATURA DO TITULAR DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

**MAURO EVANDRO FACCO**

Assinatura do Titular

PROIBIDO PLASTIFICAR

DATA

26203

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7025745824 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/08/2015

NOME **MAURO EVANDRO FACCO**

FILIAÇÃO **VENUTO FACCO**  
**ADJANIRA ANA BATISTELLA FACCO**

NATURALIDADE **JÚLIO DE CASTILHOS RS**

DOC. ORIGEM **C CAS ALTO GARÇAS MT AV DIVÓRCIO**

MATRÍCULA: 065185 01 55 1994 3 00001 087 0000087 33

CPF **484.509.100-30**

PORTO ALEGRE, RS 2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

DATA DE NASCIMENTO **16/03/1966**

PIS / PASEP **150583 / 150583**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO VETERINÁRIO

**MAURO EVANDRO FACCO**

CRMV - MT Nº 1.132

**JÚLIO DE CASTILHOS-RS**

**BRASILEIRA**

26203

IDENTIDADE Nº 7025745824-SSP-RS

484.509.100-30

FILIAÇÃO **VENUTO FACCO**  
**ADJANIRA ANA BATIS-**  
**TELLA FACCO.**

LOCAL DATA **CUÍABÁ-MT 08.09.95**

ASSINATURA DO PORTADOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição **484.509.100-30**

Nome **MAURO EVANDRO FACCO**

Nascimento **16/03/1966**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição **484.509.100-30**

Nome **MAURO EVANDRO FACCO**

Nascimento **03/1966**

**RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**

**RÁDIO INTEGRAÇÃO FM 87,9**

**NOME:** SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA

**CARGO:** PRESIDENTE

**PROFISSÃO:** COMERCIÁRIO

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**RG:** 912.115 DGPG/GO

**CPF:** 170.821.371-68

**ENDEREÇO:** RUA 13 DE MAIO S/Nº. CENTRO

**NOME:** JOAQUIM MIGUEL DOURADO

**CARGO:** VICE-PRESIDENTE

**PROFISSÃO:** CONTABILISTA

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**RG:** 210.184 SSP/MT

**CPF:** 079.484.921-00

**ENDEREÇO:** AV. BENEDITO SOARES Nº. 908 – CENTRO

**NOME:** PAULO FRANCISCO FACCO

**CARGO:** TESOUREIRO

**PROFISSÃO:** COMERCIANTE

**ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**RG:** 2.025.745.544 SSP/RS

**CPF:** 420.624.200-30

**ENDEREÇO:** AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA S/Nº. VILA NOVO HORIZONTE

**NOME:** LORI FREIER

**CARGO:** SECRETÁRIA

**PROFISSÃO:** COMERCIANTE

**ESTADO CIVIL:** VIÚVA

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**RG:** 1.331.580-3 SSP/RS

**CPF:** 587.362.479-87

**ENDEREÇO:** AV. CORONEL CAJANGO Nº. 1.810 – CENTRO

**NOME:** MILTON GOMES GONÇALVES

**CARGO:** 2º. SECRETÁRIO

**PROFISSÃO:** PAROCO

**ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO

**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA

**RG:** 719.874 SSP/SP

**CPF:** 738.703.829-53

**ENDEREÇO:** PRAÇA DA MATRIZ S/Nº. CENTRO

ALTO GARÇAS MT, 02 DE MAIO DE 2016

**2º OFÍCIO**

SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA

Presidente

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**


Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1228  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa


Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17


Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: SEBASTIÃO  
CARLOS DE OLIVEIRA  
Selo: AUB-34935 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
HE 10:25:34  
Funcionário(s) JANETH  
Alto Garças-MT, 16 de junho de 2016  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos Janeth Alves Cabral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
 DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO







*Sebastião Carlos de Oliveira*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 210 184

NOME JOAQUIM MIGUEL DOURADO

FILIAÇÃO Olegário Francisco Dourado  
Ibrandina Rodrigues Dourado

A. Garças-MT 21-abril-1 955

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

CUIABÁ, MT 07-17-vereiro-1 979

DIRETOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO 21.04.55

INSCRIÇÃO NO CPF 079 484 921 00

CONTRIBUENTE

JOAQUIM MIGUEL DOURADO

SECRETÁRIO DA RECEITA 1905/1965

(CEDULA DE IDENTIDADE)

BONDONOP-ELIS

POLEGAR DIREITO

JOAQUIM MIGUEL DOURADO

SIGNATURA DO FORNADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

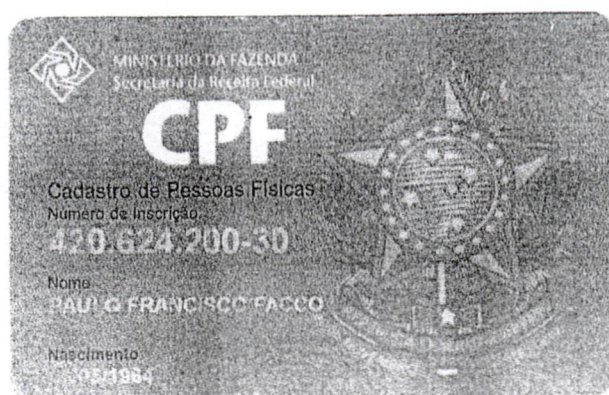
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
SECRETARIA DA POLICIA MILITAR  
COORDENADORIA DO SISTEMA DE IDENTIFICACAO E REGISTRO

CARTÃO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUENTE

DOCUMENTO TRANSITÓRIO DE REGISTRO DO CPF

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

JOAQUIM MIGUEL DOURADO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1331580-3 DATA DE EXPIRAÇÃO 30/06/98

NOME LORI FREIER

FILIAÇÃO PEDRO BALENSIEFER

MARIA BALENSIEFER

NATURALIDADE SANTO ANGELO-RS DATA DE NASCIMENTO 02/04/1945

DOC. ORIGEM C. CASM. LIV. B1 FLS. 170

TERM 170 QUATRO PONTES - PR

CPF 587362479-87

*Crescencio Costa Leite*  
 Coordenador de Identificação

ASSINATURA DO DIRETOR 065

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA


VIA ÚNICA DE ORIGEM/TERMINO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

*Lori Freier*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 572525517

**NOME**  
 MILTON GOMES GONÇALVES

**DOC. IDENTIFIC. ORG. EMISSOR/UF**  
 719874 RSP MT

**CPF**  
 738.703.829-53

**DATA DE NASCIMENTO**  
 26/03/1968

**PLAÇA**  
 JOSE A GONÇALVES

**FRANCISCA GOMES GONÇALVES**

**FORMAÇÃO**  
 AC - CIL. N.º

**N.º IDENTIFIC.**  
 00188416875

**VALIDADE**  
 16/07/2017

**EMISSÃO**  
 18/04/1997

**OBSERVAÇÕES**  
 Apto para Transporte Remunerado

**LOCAL**  
 ALTO GARCAS - MT

**DATA DE EMISSÃO**  
 23/05/2012

**65616155516**  
**MT605552436**

572525517

P.I. 12

ESTADO DE MATO GROSSO  
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MATO GROSSO

**Milton Gomes Gonçalves**

719 874, 29.12.87

**MILTON GOMES GONÇALVES**

**José A. Gonçalves**  
**Francisca Gomes Gonçalves**

**Auriflame-SP** 26.03.68

**Cert. Nasc. n.º. 14.086, Liv. A-14, Fls. 82-Auriflame-SP**

**738703829/53**

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serenata 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital AUB 35574 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: R\$ 2,40  
Alto Garças-MT, 28 de junho de 2016

Emídio Crisóstomo Barbosa - 2º Tabelião  
Janeth Alves Cabral - Escrevente  
F. 66 3471-1328 - Alto Garças/ MT

Janeth Alves Cabral  
CPF: 530.528.441-34  
Escrevente Autorizada

**Ata da Reunião Ordinária, 22/04/2016**

Aos (22) vinte e dois dias do mes (04) de abril do ano de (2016) dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na residência do Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, localizada na Av. CORONEL CAJANGO esquina com a PRAÇA JOÃO MOREIRA – bairro centro. Reuniram-se, a Diretoria atual e funcionários da administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86, com sede nesta cidade localizada na Av. VEREADOR BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120 – Vila Novo Horizonte. Para tratarem da seguinte Ordem do Dia: NOVA DIRETORIA para o QUADRIÊNIO 2016/2020, deu início a sessão com os membros da atual diretoria, o Presidente atual Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, fez a abertura da sessão, cumprimentando, agradecendo e salientando a importância da presença dos representantes do conselho comunitário. O Presidente fez suas considerações iniciais e seguindo com a ordem do dia, colocou que, conforme as normas estatutárias a assembléia geral realizaria a eleição da nova Diretoria. Conforme edital de nº. 01/2016 de 08 de abril do ano de dois mil e dezesseis, afixadas em locais público e divulgadas em propagandas pela própria emissora de rádio. O Presidente passou a palavra para os presentes o qual ninguém se manifestou. Em seguida, perguntou se havia alguma chapa ou interesse de alguém em candidatar-se a Presidência e demais cargos para a nova diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, como não houve interessados, o Presidente se colocou a disposição para compor a nova diretoria, desde que todos os outros membros da diretoria atual permanecessem ao seu lado neste outro mandato, reafirmando assim o seu compromisso e sua responsabilidade para desenvolverem um trabalho transparente junto a comunidade de Alto Garças. Dando sequência o Presidente encaminhou a votação com a chapa única, ficando assim sugerida: Presidente: CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente: VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; Tesoureiro: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; Segundo Tesoureiro: REINALDO ZEFELD Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; Segundo Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. Dando sequência o Presidente

encaminhou a votação com chapa única de acordo com os representantes das associações que compunham a entidade, as quais estavam presentes: Sindicato Rural; Centro De Tradições Gaúchas (Ctg); Rotary Club; Casa Da Amizade, Representante das igrejas católica e Loja Maçonica. A votação se deu por aclamação, sendo chapa única aprovada por unanimidade, ato contínuo o Presidente agradeceu a confiança depositada nos conselheiros que ora encerram o mandato em em seguida empossou a nova diretoria, assim constituída: Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; 1º. Tesoureiro NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; 2º. Tesoureiro REINALDO ZEFELD; 1ª. Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; 2º. Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. A vigência da diretoria ora empossada será até o dia 22/04/2020 (vinte e dois de abril de dois mil e vinte). Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a presente assembléia. Finalizando com a leitura desta, lavrada por mim RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA que secretariei pelo Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO e demais presentes: CARLOS MANOEL DO CARMO, VALDENOR JOSÉ RODRIGUES, NIVALDO JOSÉ FREGONEZE, RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA, REINALDO ZEFELD, MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES, FERNANDA WALESKA COSTA COUTO, SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER.

Certifico e dou fé que esta via confere com o original, que se encontra lavrada em livro próprio.

Alto Garças, 22 de abril de 2016

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO**  
Tabelionato do 2º Ofício Civil  
Emílio Cristiano da Silva - Tabelião  
Juiz de Paz - Alto Garças - MT  
F. 80 34 1123 - Alto Garças - MT

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

CPF: 580.528.441-34  
Escritor Autorizada

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Cristiano Barbosa  
**AUTENTICAÇÃO**  
A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital AUB 35575 Cod.: 06  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos/valor: R\$ 2,00  
Alto Garças-MT 28 de junho de 2016

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: CARLOS  
MANOEL DO CARMO, VALDENOR JOSE RODRIGUES

Selo: AUB-35346 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:38:35 Selo: AUB-35347 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: NIVALDO  
JOSE FREGONEZE, REINALDO ZEFELD

Selo: AUB-35350 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:40:08 Selo: AUB-35351 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: MAURO  
EVANDRO FACCO, NIVALDO RODRIGUES BORGES

Selo: AUB-35354 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:44:18 Selo: AUB-35355 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: FERNANDA  
WALESCA COSTA COUTO, SEBASTIAO CARLOS DE  
OLIVEIRA

Selo: AUB-35358 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:45:17 Selo: AUB-35359 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: LORI  
FREIER

Selo: AUB-35361 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:46:33  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Protocolado sob nº: 224 Liv.: A-1 Fls.: 138  
Registrado sob nº: 315 Liv.: A-7 Fls.: 09-11  
Averbado sob nº: 01/314 Liv.: A-6 Fls.: 394  
Apresentado.: 23/06/2016.

Janeth Alves Cabral  
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cód. Ato(s): 107, 103

AUB 35440 R\$ 80,20  
Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral  
CPF: 580.528.441-34  
Escrevente Autorizada

#### AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital AUB 35576 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: R\$ 2,00  
Alto Garças-MT 28 de junho de 2016

Janeth Alves Cabral

CPF: 580.528.441-34  
Escrevente Autorizada

## RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, 29/04/2016

Aos (29) vinte e nove dias do mes de abril do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, Reuniram-se no escritório de contabilidade de propriedade do Sr. Joaquim Miguel Dourado, lacializado na Av. 7 de Setembro nº. 284-centro, a diretoria do conselho comunitário, onde o presidente do conselho Sebastião Carlos de Oliveira iniciou a fala cumprimentando e agradecendo a todos presentes e passou a apresentação das prestações de contas apresentadas pela emissora Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ. 02.921.453/0001-86, localizada na Av. Vereador Benedicto Ferreira de Moura nº. 120, Vila Novo Horizonte. Após a apreciação das despesas o presidente informou aos demais que a nova diretoria da emissora de rádio havia sido reeleita para o mandato no período de mais quatro anos de abril de 2016 a abril de 2020, conforme ata apresentada da reeleição da nova diretoria datada de 22.04.2016 (vinte e dois dias do mes de abril do ano de dois mil e dezesseis), mantendo todos os membros nos seus referidos cargos: CARLOS MANOEL DO CARMO (presidente); VALDENOR JOSÉ RODRIGUES (vice-presidente); NIVALDO JOSÉ FREGONEZE (tesoureiro); REINALDO ZEFELD (segundo tesoureiro); RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA (1ª. Secretária); MAURO EVANDRO FACCO (2º. Secretário). Em seguida foi relatado que conforme o ofício nº 30992/2015/SEI-MC do Ministério das Comunicações recebido na sede da Associação Comunitária Cultural Garças que a encaminha-se o pedido de renovação de outorga – Radio difusão comunitária impreperivelmente até o dia 17/06/2016, onde a outorga de autorização terá seu vencimento no

*Imbomado*  
*[Assinatura]*  
*Imcc*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

dia 17/07/2016. Logo em seguida teceram comentários relativo a programação da emissora, ninguém manifestou contrário, apenas afirmarão que o quadro de programação esta conforme a expectativa. Nada mais tendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e efetuou o encerramento da reunião. E em seguida eu LORI FREIER que secretariei, lavrei e efetuei a leitura do presente, que sera devidamente assinada por todos presentes: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA (presidente); MILTON GOMES GONÇALVES (2º. Secretário); PAULO FRANCISCO FACCO (tesoureiro); LORI FREIER (secretária); JOAQUIM MIGUEL DOURADO (vice-presidente); FERNANDA WALESKA COSTA COUTO.

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: JOAQUIM MIGUEL DOURADO, MILTON GOMES GONÇALVES

Selo: AUB-34917 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

HS: 10:09:48 Selo: AUB-34918 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

Funcionário(a) JANETH

Alto Garças-MT, 16 de Junho de 2016

Consulta: [www.tnt.jus.br/selos](http://www.tnt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: FERNANDA WALESKA COSTA COUTO, SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA

Selo: AUB-34921 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

HS: 10:10:05 Selo: AUB-34922 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

Funcionário(a) JANETH

Alto Garças-MT, 16 de Junho de 2016

Consulta: [www.tnt.jus.br/selos](http://www.tnt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: LORI FREIER, PAULO FRANCISCO FACCO

Selo: AUB-34925 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

HS: 10:10:48 Selo: AUB-34926 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30

Funcionário(a) JANETH

Alto Garças-MT, 16 de Junho de 2016

Consulta: [www.tnt.jus.br/selos](http://www.tnt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

BOM DIA  
Claus

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral

internet

teia

menu

ajuda



Tela Inicial



Resultado da Consulta

## Consulta Geral RADCOM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<a href="#">200</a>	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS	MT	Alto Garças	RADCOM	3	B
<b>Usuário:</b> claus - Claus Romo Jaber Von Glasenapp <b>Data:</b> 26/07/2016 <b>Hora:</b> 11:05:57						
Registro 1 até 1 de 1 registros				Página: [1]    [Ir]    [Reg]		



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

BOM DIA  
Claus

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral

internet

teia

menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

<b>UF:</b> MT	<b>Distrito:</b>
<b>Município:</b> Alto Garças	<b>Sub Distrito:</b>
<b>Canal:</b> 200	<b>Local Especifico:</b>
<b>Fase:</b> 3	

### Dados da Entidade

<b>Entidade:</b> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS	<b>CNPJ:</b> 02.921.453/0001-86
<b>Nome Fantasia:</b> INTEGRAÇÃO FM	<b>Bairro:</b> CENTRO
<b>Logradouro:</b> AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA	<b>Número:</b> 120
<b>Telefone:</b> (00) 0000000000	<b>Fax:</b> Não Informado
<b>Situação:</b> Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)	

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

<b>CNPJ:</b> 02921453000186	<input type="button" value="Pesquisar"/>
<b>Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS	
<b>Tipo de Usuário:</b> Integral	

#### Endereço Sede

<b>País:</b>	Brasil						
<b>Número do CEP:</b>	78770000	<b>Logradouro:</b>	AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA				
<b>Número:</b>	120	<b>Complemento:</b>		<b>Bairro:</b>	CENTRO	<b>Estado:</b>	MT
<b>Município:</b>	Alto Garças	<b>Distrito:</b>		<b>SubDistrito:</b>			
<b>Telefone:</b>	00 0000000000					<b>Fax:</b>	

#### Endereço de Correspondência

<b>País:</b>	Brasil									
<b>Número do CEP:</b>	78770000		<b>Logradouro:</b>	AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA						
<b>Número:</b>	120		<b>Complemento:</b>			<b>Bairro:</b>	CENTRO		<b>Estado:</b>	MT
<b>Município:</b>	Alto Garças		<b>Distrito:</b>			<b>SubDistrito:</b>				
<b>Telefone:</b>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<b>Fax:</b>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<b>E-mail:</b>	<input type="text"/>			

### Dados da Outorga

<b>Data Publicação Contrato/Convênio:</b> 17/07/2006	<b>Data Limite Instalação:</b> 17/01/2007
<b>Número do Processo:</b> 536900000231999	<b>Fistel:</b> 50013840282
<b>Caixa:</b>	<b>Sequência:</b>

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		559	Portaria	MC	05/11/2003	10/11/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
		49452	ATO	SCM	02/03/2005 1	03/03/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
		318	Decreto Legislativo	CN	14/07/2006	17/07/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
		60198	ATO	CMPRL	15/08/2006 1	16/08/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

### ☐ Característica da Estação Instalada

#### >> Endereços

☐ Estação Transmissora

Endereço

País:	Brasil			
Cep:	78770000	Logradouro:	AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA	
Número:	120	Complemento:	Bairro:	CENTRO
Município:	Alto Garças	Distrito:	SubDistrito:	UF: MT

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:	16S564632	Longitude:	53W313792	Raio:	114
----------------------	-----------	------------	-----------	-------	-----

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:	16S570400	Longitude:	53W313400
Distância ao Centro do Município:	0.558862812	Km	
Azimute:	168	(Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)	

Informações da Estação

Cota Base Torre:		m
Raio da Área de Serviço:	1	km

☐ Estúdio Principal

País:	Brasil			
Cep:	78770000	Logradouro:	AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA	
Número:	120	Complemento:	Bairro:	CENTRO
Município:	Alto Garças	Distrito:	SubDistrito:	UF: MT

» Estação Principal

☐ Antena Principal

Fabricante:	ASR - ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA.		
Modelo:	GPVL 00	Ganho:	0 dBd
Polarização:	Vertical	Orient. NV:	graus
Beam-Tilt:	graus	Preenchimento de nulos:	(%)
HCI:	28	metros	
Descrição:	PLANO TERRA		
	Máximo: 200    Digitados: 11		

☐ Transmissor Principal

Código Equipamento:	0916060312	<input checked="" type="checkbox"/> Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)
Potência:	25	W
Fabricante:	Montel Sistemas de Comunicação Ltda.	
Modelo:	MTFM98	
Validade:		
Potência Equipamento:	W	

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

☐ Linha Transmissão

Fabricante:	CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA		
Modelo:		Impedância:	ohms
Comprimento:	m	Atenuação:	dB/100m

» Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irrradiada

ERP <sub>MAX</sub> (P <sub>T</sub> x G x	
--	--

E<sub>F</sub>):  W Ex.: 1234,5678

## » Número do Processo e Observações Gerais

## ☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria:  53690 .  000023 /  1999 Ex.: 53521.000235/2003Num. do Processo do Ato de RF:  53500 .  004307 /  2005 Ex.: 

Observação:

Máximo: 200 Digitados: 0



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

## ☐ Dados do Licenciamento

## Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS - CNPJ/CPF (02.921.453/0001-86)

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Município/UF: ALTO GARÇAS/MT

Canal: 200

Indicativo: ZYT667

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X
<input type="text"/> Domingo ▼ ◀	<input type="text"/> Sábado ▼ ◀	<input type="text"/> 05:00 ▼ ◀	<input type="text"/> 24:00 ▼ ◀	<input checked="" type="checkbox"/>



Tela Inicial



Imprimir

INFORME Nº 952/2016/SEI/GR07OR/GR07/SFI

**PROCESSO Nº 53545.000744/2016-17**

**INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**

**1. ASSUNTO:**

1.1. Revalidação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, da Associação Comunitária Cultura Garças (Rádio Integração FM), em 87,9 MHz, em Alto Garças-MT.

**2. REFERÊNCIAS:**

2.1. Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2012, celebrado entre a Anatel e o Ministério das Comunicações, publicado no DOU de 18 de agosto de 2014;

**3. ANÁLISE:**

3.1. A entidade supracitada, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, protocolizou pedido em 29 de junho de 2016 (SEI nº 0610413), para revalidação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

3.2. Considerando que a Cláusula Primeira, do Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2012, apenas delega competência à Agência Nacional de Telecomunicações para realizar os atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia, nos procedimentos de pós-outorga, relativos aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, sugere-se o envio da solicitação para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

**4. CONCLUSÃO:**

4.1. Pelo exposto, sugere-se o envio do pleito da entidade para análise pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **José Afonso Cosmo Junior, Gerente Regional nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins**, em 02/08/2016, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0684106** e o código CRC **C20AD5FA**.

Ofício nº 2430/2016/SEI/GR07OR/GR07/SFI-ANATEL

Ao Senhor

CARLOS MANOEL DO CARMO

Representante Legal

Associação Comunitária Cultural Garças.

Av. Vereador Benedito de Moura, nº 120, Vila Novo Horizonte

78.770-000, Alto Garças/MT

**Assunto: Encaminhamento de processo ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.**

**Referência:** Processo nº 53545.000744/2016-17.

Senhor Representante,

1. Em cumprimento ao Primeiro Termo Aditivo do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério das Comunicações(MC), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2014, informamos que se encontra, nessa Agência, o processo 53545.000744/2016-17, o qual solicita a revalidação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária dessa entidade.
2. Cumpre esclarecer que o mencionado Acordo estabelece que foi delegada à Agência, a competência para análise de processos técnicos de engenharia referentes à fase de pós outorga dos serviços de radiodifusão, além do seu licenciamento. Dispõe, ainda, em sua cláusula quinta, que a delegação abrangerá somente os processos administrativos referentes aos serviços cujo local e projeto de instalação, tenham sido aprovados pelo MC, mediante Portaria de Aprovação de Local e Uso de Equipamentos (APL).
3. Nesse sentido, foi analisada a documentação protocolada sob o nº SEI0610413, e concluímos que a solicitação não está abarcada pelo Termo Aditivo do Acordo de Cooperação Técnica.
4. Diante do exposto, seu projeto foi encaminhado para análise do MCTIC, mais especificamente, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio do Ofício nº 2431/2016/SEI/GR07OR/GR07/SFI-ANATEL, para análise.
5. Esclarecimentos adicionais sobre assuntos de competência dessa Agência poderão ser obtidos junto ao Processo Regional de Outorgas e Recursos à Prestação (GR07OR), preferencialmente pelo endereço eletrônico: [outorga.go@anatel.gov.br](mailto:outorga.go@anatel.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Campos Amorim Junior**,  
**Coordenador Regional de Processo**, em 02/08/2016, às 15:58, conforme horário oficial de



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0684283** e o código CRC **91B0268F**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53545.000744/2016-17

SEI nº 0684283



Ofício nº 2431/2016/SEI/GR07OR/GR07/SFI-ANATEL

À Senhora

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 901

CEP: 70.044-900 – Brasília/DF

**Assunto: Encaminha pedido de renovação de outorga de rádio comunitária.**

**Referência:** Caso responda este ofício, indicar expressamente o processo nº 53545.000744/2016-17.

Prezada Senhora,

1. Referimo-nos à solicitação de revalidação de outorga da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA GARÇAS, em Alto Garças - MT, protocolizada perante essa Gerência Regional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins em 26/6/2016, sob o n.º 53545.000744/2016-17.

2. Tendo em vista tratar-se de assunto de competência desse Ministério, encaminhamo-lo para a devida análise.

3. Colocamo-nos à disposição para quaisquer outras informações que se façam necessárias.

Anexos: I - Pleito da entidade (SEI nº 53545.000744/2016-17).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Campos Amorim Junior**, **Coordenador Regional de Processo**, em 02/08/2016, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0684347** e o código CRC **4A7C4260**.



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 2430/2016/SEI/GR07OR/GR07/SFI-ANATEL

ENDEREÇO / RESSE

Ao Senhor

CARLOS MANOEL DO CARMO

Cidade / LOCALITÉ

Representante Legal

Associação Comunitária Cultural Garças.

UF

PAÍS / PAYS

Av. Vereador Benedito de Moura, nº 120, Vila Novo Horizonte

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

78.770-000, Alto Garças/MT

53545.000744/2016-17

0684283

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*André Carlos de F. Silva*

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

09/08/16

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

130399827

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

J0762

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JR 34799170 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

05 AGO 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Brasília - BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Gerência de Informações e Biblioteca - PROTOCOLO**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

**SAUS Qd. 06 – BL.F, - Terreo**

CIDADE / LOCALITÉ

**BRASÍLIA**

UF

**DF**

BRASIL  
BRÉSIL

7	0	0	7	0	9	4	0
---	---	---	---	---	---	---	---

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

**ANEXO V**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

**NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.049188/2015-00.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alto Garças**, estado de **Mato Grosso**, apresentou requerimento de renovação da autorização (fl 2, evento SEI 1310183-Proc 53545.000744/2016-17), em 29/06/2016, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 17/06/2016. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	<b>Dispositivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Análise</b>
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo V da Portaria) e deve ser assinado <b><u>por todos os dirigentes</u></b> .
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. <b><u>Observação 1:</u></b> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
		<p>Solicita-se especial atenção ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Indicar</b> a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão,</li> <li>- <b>Permitir</b> que a Assembleia Geral possa ser também convocada ao menos por 1/5 dos associados (<b>art.60 da Lei nº 10.406/2002-Código Civil</b>),</li> <li>- <b>Incluir</b> entre as competências da Assembleia Geral a de destituir a Diretoria,</li> <li>- <b>Determinar</b> que não seja feita a distribuição de bônus ou de eventuais sobras de receitas entre associados, bem como de qualquer outro tipo de pagamento/subsídio,</li> <li>- <b>Assegurar</b>, expressamente o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço,</li> <li>- <b>Assegurar</b>, o ingresso gratuito, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos</li> </ul>

<p>Portaria nº 4334, publicada</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto Social adequado à Portaria nº 4334, de 2015, e ao Código Civil.</p>	<p>órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Limitar</b> o tempo de mandato dos membros da Diretoria Executiva a <b>4 anos</b>, e o número de reeleição da Diretoria ao máximo de <b>1(uma)</b>, isto é, <b>uma única recondução/reeleição a qualquer um dos cargos diretivos</b>,</li> <li>- <b>Especificar</b> no Estatuto Social a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art.40, V da Portaria; "fica instituído Conselho Comunitário que será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e demais dispositivos legais",</li> </ul> <p><b>Observação:</b> as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto (no Livro A, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, bem como as averbações de suas alterações, conforme art. 116 da lei nº 6.015, de 31/12/1973), no Cartório</p>
------------------------------------	--	---	---

no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.			Civil de Pessoas Jurídicas.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Cópia da Ata de eleição da atual Diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, constando todos os cargos previstos no Estatuto Social, <b>alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico, (art. 131, inciso III da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015).</b></p> <p><b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	RG, CPF e número do título de eleitor de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia legível do RG e CPF, e o número do título de eleitor de todos os membros da Diretoria. Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p> <p><b>Observação:</b> Para o RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p>
	Art. 130, §	Último relatório do Conselho	<p>A Entidade deverá encaminhar <b><u>relatório resumido do Conselho Comunitário, datado do ano de 2018</u></b>, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do Conselho, com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros, bem como a grade de programação.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão</p>

1º, inciso V	Conselho Comunitário.	<p>indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
Art. 130, § 1º, inciso VI	Declaração atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	<p>Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.</p> <p><b>Observação:</b> essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</p>
Art. 130, § 6º, inciso III	CNPJ válido e atual.	Enviar CNPJ válido e atual.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Enviar Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa à Seguridade Social.	Enviar Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, consultando o sítio

		da Dataprev.
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Enviar comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), consultando o sítio da Caixa Econômica Federal.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Enviar Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, consultando o sítio da Receita Federal.
Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Enviar Certidão negativa de débitos trabalhistas, consultando o sítio da Justiça do Trabalho.

### 3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

## CONCLUSÃO

### 4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se

manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 25/04/2018, às 16:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/04/2018, às 12:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2915562** e o código CRC **DF02649E**.

## Minutas e Anexos

Formulário Anexo V evento SEI 2915586

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 2915562



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios - Bloco R,  
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 16601/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CARLOS MANOEL DO CARMO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS (CNPJ nº 02.921.453/0001-86)

Avenida Vereador Benedito Ferreira de Moura, nº 120 - Centro

78.770-000 - Alto Garças - MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/04/2018, às  
12:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**2920719** e o código CRC **8933C833**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 16601/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049188/2015-00 - Nº SEI: 2920719

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 16601/2018/SEI-MCTIC, 26/04/2018

53900.049188/2015-00

CARLOS MANOEL DO CARMO

A.SOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

Avenida Vereador Benedito Ferreira de Moura, nº 120 - Centro

78.770-000 Alto Garças / MT

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Carlos Manoel do Carmo*DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

14/05/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR*78.770-000/MT*RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT*[Assinatura]* 783-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0483 / 16

114 x 186 mm



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

**JT 22724281 4 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

**08 MAI 2018**

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**Cartão Público Federal**

**Ministério da Administração**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	h	:
:	h	:
:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

**Serviço Público Federal**  
**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**  
**Secretaria de Radiodifusão**  
**Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC**  
**Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.**  
**70.044-900 - Brasília - DF**

**BRASIL  
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**

<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>	<div></div>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

**Ata da Reunião Extraordinária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86.**

Aos (28) vinte e oito dias do mes (05) de maio do ano de (2018) dois mil e dezoito, às dezenove horas, na residência do Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, localizada na Av. CORONEL CAJANGO esquina com a PRAÇA JOÃO MOREIRA – bairro centro. Reuniram-se, a Diretoria atual, membros do Conselho comunitário e funcionários da administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86, com sede nesta cidade, localizada na Av. VEREADOR BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120 – Bairro: Novo Horizonte. Para tratarem dos Assuntos conforme Edital de Convocação de 17 de maio de 2018, e dando sequência a seguinte Ordem do Dia: Aprovação da Adequação do Estatuto Social à Portaria n.º 4.334, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela Portaria n.º 1.909, publicada no DOU de 09/04/2018, nos parametros estabelecidos pela NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC., deu início onde, o Presidente atual Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, fez a abertura da sessão, cumprimentando, agradecendo e salientando a importância da presença dos representantes do conselho comunitário, diretoria e funcionários da emissora e o advogado Dr Quenesse Dyogo do Carmo. O Presidente fez suas considerações iniciais e seguindo com a ordem do dia, colocou que, conforme as normas estatutarias a Assembléia Geral realizaria a aprovação de alterações no Estatuto Social, alterações essas que ficariam consolidadas, estando presente o advogado Dr Quenesse Dyogo do Carmo, o qual esclareceu que somente seriam feitas as adequações do atual Estatuto Social para atendimento das exigências constantes na nota técnica n.º 9193/2018/SEI-MCTIC, a qual visa à análise da renovação da outorga, processo em tramitação junto Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações sob o n.º 53900.049188/2015-00, para alterar o Estatuto Social vigente da seguinte forma: 1. Deverá constar expressamente no Estatuto a finalidade de executar o serviço de rádio difusão; 2. Permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada por ao menos 1/5 (um quinto) dos associados; 3. Incluir entre as competências da Assembleia Geral a de poderes para destituir a Diretoria; 4. Determinar que não seja distribuído

bônus ou de eventuais sobras de receitas entre associados, bem como qualquer outro tipo de pagamento ou subsídio; 5. Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de pessoas físicas e jurídicas, esta última, desde que sem fins lucrativos, o qual deverá ter domicílio na área de execução do serviço; 6. Limitar o tempo de mandato dos membros da Diretoria Executiva a 04 (quatro) anos, podendo haver somente 01 (uma) recondução/reeleição a qualquer dos cargos diretivos; 7. Adequar à composição e forma de funcionamento do Conselho Comunitário de acordo com o artigo 40, inciso V, da portaria vigente. Passando a palavra para o presidente onde o mesmo encaminhou a votação e aprovação das adequações efetuadas no novo estatuto social. A votação se deu por aclamação, sendo aprovada por unanimidade, ato contínuo o Presidente agradeceu a confiança depositada. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a presente Assembléia. Finalizando com a leitura desta, lavrada por mim RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA que secretariei pelo Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO e demais presentes: VALDENOR JOSÉ RODRIGUES, NIVALDO JOSÉ FREGONEZE, MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES, SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER, DR QUENESSE DYOGO DO CARMO, JOAQUIM MIGUEL DOURADO.

Alto Garças, 28 de Maio de 2018

Ruth Pinto de Oliveira Souza

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: SEBASTIAO

CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER

Selo: BBX-24352 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Selo: BBX-24353 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Marcos Alves Faleiro

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: RUTH  
PINTO DE OLIVEIRA SOUZA, CARLOS MANOEL DO  
CARMO

Selo: BBX-24339 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Selo: BBX-24340 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Marcos Alves Faleiro

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: MAURO  
EVANDRO FAGG, ENIVALDO RODRIGUES BORGES

Selo: BBX-24350 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Selo: BBX-24351 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Marcos Alves Faleiro

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: VALDENOR  
JOSE RODRIGUES, NIVALDO JOSE FREGONEZE

Selo: BBX-24341 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Selo: BBX-24342 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Marcos Alves Faleiro

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: QUENESSE  
DYOGO DO CARMO, JOAQUIM MIGUEL DOURADO

Selo: BBX-24355 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Selo: BBX-24356 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Marcos Alves Faleiro

Protocolado sob nº.: 190 Liv.: A-1 FLS.: 177  
Registrado sob nº.: 360 Liv.: A-7 FLS.: 365  
Averbado sob nº.: 314 Liv.: A-6 FLS.: 408  
Apresentado.: 07/06/2018

Marcos Alves Faleiro  
Tabelião Constituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cód. Ato(s): 107, 108 e 103

BBX 24381 R\$ 101,16  
Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Ato de Notas de Registro

Cód. Ato(s) 103, 107, 108

BBX 24381 R\$101,16

Consulta: [www.tjmt.gov.br/selos](http://www.tjmt.gov.br/selos)

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**Comarca de Alto Garças Estado de Mato Grosso  
Av. Sete de Setembro - 256 - Centro - (66) 3471-1328Emídio Crisóstomo Barbosa  
Tabelião

Livro A

Folhas

A-7

365

**Registro de Títulos e Documentos**

O Oficial desta Serventia de Registro de Títulos e Documentos, a pedido do apresentante, lavra o Registro abaixo descrito, cuja cópia fica arquivada nesta Serventia.

Nº do Registro	Data Registro	Data do Título/Doc.:	Origem do Documento	Custas e Emolumentos
360	07/06/2018		1	R\$101,16

Objeto do Título/Documento	Nº do Título/Documento	Valor do Título/Documento
Alteração Estatutária	103,107	

**Apresentante**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

02.921.453/0001-86

AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA

Cidade: ALTO GARÇAS

UF.: MT

**Observações do Documento (Características)**

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, COM MUNDANÇA ESTATUTÁRIA.  
Averbado sob, nº 02 à margem do Registro 314, fls. 394/408, do livro A-6 em 07 junho 2018.

**Partes envolvidas no Título/Documento**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

02.921.453/0001-86

**Averbações e Anotações Gerais**

Registrado nas formas da lei e  
protocolado com o numero 190  
no Livro A-1 nas folhas 174,  
nas formas legais neste  
cartorio.

O Referido é verdade e dou fê.  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018

Oficial  
Oficial**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso****Ato de Notas de Registro**

Cod. Ato(s) 103,107,108

BBX 24381 R\$101,16

Consulta: [www.tjmt.gov.br/selos](http://www.tjmt.gov.br/selos)Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

Protocolado sob nº.: 190 Liv.:A-1 Fls.:174  
Registrado sob nº.: 360 Liv.:A-7 Fls.:365  
Averbado sob nº.: 314 Liv.:A-6 Fls.:408  
Apresentado.: 07/06/2018.

Marcos Alves Faleiro  
Tabelião SubstitutoSelo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cod. Ato(s): 107, 108 e 103

BBX 24381 R\$ 101,16

Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Tabelionato e Registro Civil  
Emídio Crisóstomo Barbosa - T.A.R. DesignadoMárcio Luís F. F. Faleiro  
Marcos A. Faleiro Escrevente  
F: 66.3471-1328 - Alto Garças - MT

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital AUB 35571 Cod.: 06  
Consulta: www.tjat.jus.br/selos Valor R\$ 2,00  
Alto Garças-MT - 28 de junho de 2016

CA  
Tat  
Escritório - 2ª Tabelião  
F. 66 3471-1328 - Alto Garças/ MT

CPF: 550.526.112-4  
Escrivente Autorizada

Ata da Reunião Ordinária, 22/04/2016

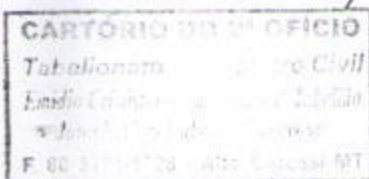
Aos (22) vinte e dois dias do mes (04) de abril do ano de (2016) dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na residência do Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, localizada na Av. CORONEL CAJANGO esquina com a PRAÇA JOÃO MOREIRA – bairro centro. Reuniram-se, a Diretoria atual e funcionários da administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86, com sede nesta cidade localizada na Av. VEREADOR BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120 – Vila Novo Horizonte. Para tratarem da seguinte Ordem do Dia: NOVA DIRETORIA para o QUADRIÊNIO 2016/2020, deu início a sessão com os membros da atual diretoria, o Presidente atual Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, fez a abertura da sessão, cumprimentando, agradecendo e salientando a importância da presença dos representantes do conselho comunitário. O Presidente fez suas considerações iniciais e seguindo com a ordem do dia, colocou que, conforme as normas estatutárias a assembléia geral realizaria a eleição da nova Diretoria. Conforme edital de nº. 01/2016 de 08 de abril do ano de dois mil e dezesseis, afixadas em locais público e divulgadas em propagandas pela propria emissora de rádio. O Presidente passou a palavra para os presentes o qual ninguém se manifestou. Em seguida, perguntou se havia alguma chapa ou interesse de alguém em candidatar-se a Presidência e demais cargos para a nova diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, como não houve interessados, o Presidente se colocou a disposição para compor a nova diretoria, desde que todos os outros membros da diretoria atual permanecessem ao seu lado neste outro mandato, reafirmando assim o seu compromisso e sua responsabilidade para desenvolverem um trabalho transparente junto a comunidade de Alto Garças. Dando sequência o Presidente encaminhou a votação com a chapa única, ficando assim sugerida: Presidente: CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente: VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; Tesoureiro: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; Segundo Tesoureiro: REINALDO ZEFELD Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; Segundo Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. Dando sequência o Presidente

*Reinaldo Zefeld*  
*Valdenor José Rodrigues*  
*Nivaldo José Fregoneze*  
*Ruth Pinto de Oliveira Souza*  
*Mauro Evandro Facco*

encaminhou a votação com chapa única de acordo com os representantes das associações que compunham a entidade, as quais estavam presentes: Sindicato Rural; Centro De Tradições Gaúchas (Ctg); Rotary Club; Casa Da Amizade, Representante das igrejas católica e Loja Maçonica. A votação se deu por aclamação, sendo chapa única aprovada por unanimidade, ato contínuo o Presidente agradeceu a confiança depositada nos conselheiros que ora encerram o mandato em em seguida empossou a nova diretoria, assim constituída: Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; 1º. Tesoureiro NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; 2º. Tesoureiro REINALDO ZEFELD; 1ª. Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; 2ª. Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. A vigência da diretoria ora empossada será até o dia 22/04/2020 (vinte e dois de abril de dois mil e vinte). Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a presente assembléia. Finalizando com a leitura desta, lavrada por mim RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA que secretariei pelo Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO e demais presentes: CARLOS MANOEL DO CARMO, VALDENOR JOSÉ RODRIGUES, NIVALDO JOSÉ FREGONEZE, RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA, REINALDO ZEFELD, MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES, FERNANDA WALESKA COSTA COUTO, SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER.

Certifico e dou fé que esta via confere com o original, que se encontra lavrada em livro próprio.

Alto Garças, 22 de abril de 2016



AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital AUB 35572

Cod.: 06

Consultar em: [www.tst.jus.br/selos](http://www.tst.jus.br/selos) Válido até 21 de junho de 2016

FERNANDA WALESKA COSTA COUTO  
Escritura Autorizada  
CPF: 586.528.411-04

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: CARLOS  
MANOEL DO CARMO, VALDENOR JOSE RODRIGUES

Selo: AUB-35346 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:38:36 Selo: AUB-35347 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: NIVALDO  
JOSE FREGONEZE, REINALDO ZEFELD

Selo: AUB-35350 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:40:08 Selo: AUB-35351 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: MAURO  
EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES

Selo: AUB-35354 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:44:10 Selo: AUB-35355 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: FERNANDA  
WALESCA COSTA COUTO, SEBASTIAO CARLOS DE  
OLIVEIRA

Selo: AUB-35358 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:45:17 Selo: AUB-35359 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: LOR  
FREIER

Selo: AUB-35361 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:46:33  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Janeth Alves Cabral

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Protocolado sob nº: 224 Liv.: A-1 Fls.: 138  
Registrado sob nº: 315 Liv.: A-7 Fls.: 09-11  
Averbado sob nº: 01/314 Liv.: A-6 Fls.: 394  
Apresentado.: 23/06/2016.

Janeth Alves Cabral  
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cód. Ato(s): 107, 103

AUB 35440 R\$ 80,20  
Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

#### AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital AUB 35573 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: R\$ 80,20  
Alto Garças-MT, 28 de junho de 2016

Janeth Alves Cabral  
CPF: 588.528.441-34  
Escrevente Autorizada



Menu Principal ▾

Sistemas  
InterativosBOA NOITE  
carlos manael do carmo

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA GARCAS

**CNPJ:** 02.921.453/0001-86

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:28:18 do dia 10/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**  
**CNPJ: 02.921.453/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:50:18 do dia 06/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/12/2018.

Código de controle da certidão: **9A27.8718.91BC.8D89**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02921453/0001-86  
**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS  
**Nome Fantasia:** RADIO COMUNITARIA GARCAS  
**Endereço:** AV SETE DE SETEMBRO 1535 PX AUTO PC XAVANTES / CENTRO /  
ALTO GARCAS / MT / 78770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/05/2018 a 21/06/2018

**Certificação Número:** 2018052306174005897620

Informação obtida em 06/06/2018, às 09:47:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.921.453/0001-86

Certidão nº: 151343063/2018

Expedição: 06/06/2018, às 09:47:41

Validade: 02/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.921.453/0001-86**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.921.453/0001-86</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>07/01/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA GARCAS</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>AV SETE DE SETEMBRO</b>	NÚMERO <b>1535</b>	COMPLEMENTO <b>PX.AUTO PC.XAVANTES</b>	
CEP <b>78.770-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ALTO GARCAS</b>	UF <b>MT</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(065) 4711-463</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/06/2018** às **09:43:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

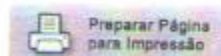
CNPJ: 02.921.453/0001-86  
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS  
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS MANOEL DO CARMO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/06/2018 às 09:43 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, adaptado às Leis 10.406/2002 e 11.127/2005.**

**ARTIGO 1º - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO**

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, neste estatuto designada, simplesmente, como Associação, fundada na data de 17 de julho de 1996, com sede e foro nesta cidade Ato Garças-MT, na avenida vereador Benedito Ferreira de Moura número 120, Vila novo Horizonte. É uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

**ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:**

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

I. A Associação tem por finalidade, executar o serviço de radiodifusão comunitária, bem como: 1- Dar oportunidade à difusão de ideias, e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; 2- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social ; 3- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; 4- Estimular a luta por relações democráticas na comunicação social; 5 – Promover atividades educacionais e de formação geral; 6- Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividade, movimento e organismos; 7- Divulgar



resultados de pesquisas, estudos experiências educativas e avaliações; 8- Manter convênio e ou se associar a entidades similares para prestação de serviços de assessoria; 9- Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgão de imprensa e de rádio difusão; 10- Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da Entidade; 11- Propugnar pelo estabelecimento de um sistema de comunicação comunitária com o objetivo de dar voz aos segmentos sociais; 12- Incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; 13- empreender esforços para preservar e segurar os direitos à cidadania e a liberdade de expressão nos meios de comunicação.

**Parágrafo Único** - Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, em todo o território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral.

### **ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO**

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

### **ARTIGO 4º – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação



com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os Associados, os Administradores, os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou ainda por pelo menos 1/5 dos associados em pleno gozo dos seus direitos, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

**Parágrafo Segundo** - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;



**Parágrafo Terceiro** - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

## **ARTIGO 5º - DOS ASSOCIADOS**

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I. Associados Fundadores: os que ajudaram na fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa.
- II. Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV. Associados Beneficiados: os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados;

## **ARTIGO 6º – DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO**

Serão admitidos como associados, de forma gratuita, pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, que tenham residência ou sede neste Município, desde que preenchido formulário próprio, no qual se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e ainda, que tenham sido admitidas em Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro** – Em se tratando de pessoa física, poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:



- I. Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

**Parágrafo Primeiro** – Aos associados pessoa física, fica garantido o direito de votarem e serem votados para cargos de direção, e às pessoas jurídicas, por intermédio de seus representantes legais, o direito de votarem para os cargos diretivos.

#### **ARTIGO 7º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS**

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

**Parágrafo Único** - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

#### **ARTIGO 8º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:



- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

#### ARTIGO 9º – DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

#### ARTIGO 10 – DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos “associados contribuintes”, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;



**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

**Parágrafo Terceiro** – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

**Parágrafo Quarto** – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

**Parágrafo Quinto** – O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

#### **ARTIGO 11 – DA APLICAÇÃO DAS PENAS**

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

#### **ARTIGO 12 - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO**

São órgãos da Associação:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Fiscal.
- III. Conselho Comunitário.



### **ARTIGO 13 - DA DIRETORIA EXECUTIVA**

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros, (a composição desta diretoria é meramente enunciativa).

### **ARTIGO 14 - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA**

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

**Parágrafo único** - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

**ARTIGO 15 - COMPETE AO PRESIDENTE** - (As competências, deste e dos demais devem seguir a composição contida no art. 13)



- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

**Parágrafo Único** – Compete ao Vice – Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### **ARTIGO 16 - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO**

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II. Redigir a correspondência da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### **ARTIGO 17 - COMPETE AO 1º TESOUREIRO**



- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### **ARTIGO 18 - DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

**Parágrafo único** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.



## ARTIGO 19 - DO MANDATO

As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos/reconduzidos a outros cargos diretivos por apenas 01 (vez) uma vez.

## ARTIGO 20 - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V. Conduta duvidosa.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;



**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

#### **ARTIGO 21 - DA RENÚNCIA**

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

**Parágrafo Primeiro** – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

**Parágrafo Segundo** - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

#### **ARTIGO 22- DA REMUNERAÇÃO**

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.



## **ARTIGO 23 – DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS**

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

## **ARTIGO 24 – DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

Fica instituído o Conselho comunitário, que será constituído por no mínimo 05 (cinco) membros, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores da comunidade local, desde que legalmente instituídos, estando capacitadas para responder pela respectiva entidade, com o objetivo de acompanhar a programação e conteúdos da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, desempenhando suas funções e atribuições sem remuneração, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato.

**Parágrafo primeiro** – A entidade que desejar participar do Conselho Comunitário encaminhará um requerimento solicitando sua participação, cabendo à Diretoria a aprovação ou não do pedido, e a homologação dos nomes em Assembleia Geral.

**Parágrafo segundo** – O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, especialmente, as contidas no artigo 4º da Lei 9.612/98, devendo, periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

**Parágrafo terceiro** – Os membros do Conselho Comunitário se reunirão pelo menos a cada 03 (três) meses, preferencialmente, nos meses de julho, outubro, janeiro e abril de cada ano, ou sempre que necessitar, com o objetivo de emitir parecer para a Diretoria.

*E<sub>2</sub>*



**Parágrafo quinto** – A eleição para o Conselho Comunitário será feita por Assembleia Geral convocada para este fim, nos moldes da eleição e composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

## **ARTIGO 25 - DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde de que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

**Parágrafo único** – A Associação não distribuirá entre seus associados ou entre seus dirigente lucros, sobras, bonificações ou vantagens, a qualquer título ou natureza, devendo a receita ser utilizada, única e exclusivamente, para consecução de suas finalidades institucionais.

## **ARTIGO 26 - DA VENDA**

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

## **ARTIGO 27 - DA REFORMA ESTATUTÁRIA**

O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações



sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados. (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

#### **ARTIGO 28 - DA DISSOLUÇÃO**

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

#### **ARTIGO 29 – DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

#### **ARTIGO 30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



*Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados*

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

#### ARTIGO 31 - DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Alto Garças, 29 de maio de 2018.

2º OFÍCIO

Presidente

CARLOS MANOEL DO CARMO

2º OFÍCIO

Advogado

Nome: QUÊNESSE DYOGO DO CARMO

OAB nº: 10286/MT

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa  
Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: CARLOS  
MANOEL DO CARMO, QUÊNESSE DYOGO DO CARMO  
Selo: BBX-24337 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24338 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tmi.jus.br/seios  
Marcos Avelar Paiva

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Avenida 07 de Setembro, 300, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: [quenesse@hotmail.com](mailto:quenesse@hotmail.com)

## **LAUDO TÉCNICO**

### **Exposição a Campos Elétricos e Magnéticos e Eletromagnéticos variáveis no tempo(até 300GHZ)**

- ✓ MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
- ✓ NORMAS TÉCNICAS E FONTES DE CONSULTAS
- ✓ DIRETRIZES

---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

PROJETOS E EXECUÇÕES

*Lanzarini*  
Arquitetura e Engenharia

**EMPRESA DO PROPRIETÁRIO:**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
CNPJ: 02.921.453/0001-86


Carlos Manoel do Carmo  
CPF: 124.100.711-04

**ENDEREÇO DA OBRA:**

Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Bairro: NOVO HORIZONTE  
Cidade: ALTO GARÇAS - MT  
Coordenada: Latitude: 16° 57' 19,0" S      Longitude: 53° 31' 32,9" W

**AUTOR PROJETO:**

CESAR AUGUSTO LANZARINI  
Engenheiro Eletricista  
CREA N 1206227972



---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

**1- PRELIMINARES**

Trata-se de um LAUDO TÉCNICO REFERENTE A LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS VARIÁVEIS NO TEMPO (ATÉ 300 GHZ), solicitada pela, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, sendo que os focos dos trabalhos deste laudo se devem ao fato do Proprietário terem requerido; desta forma se justifica a Perícia de Avaliação Técnica.

**2 - OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO**

Verificar se as instalações se enquadram dentro das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos.

**3 - OBJETO**

- ✓ Razão social: Empresa: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS
- ✓ CNPJ: 02.921.453/0001-86
- ✓ Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA, Nº 120.
- ✓ Bairro: NOVO HORIZONTE
- ✓ Cidade: ALTO GARÇAS - MT

**3.1 - VISTORIA**

A vistoria foi realizada na data de 07 de junho de 2018, onde foram verificadas as condições de acabamento das instalações, padrão construtivo, bem como foram obtidas informações importantíssimas que esclarece e pode estabelecer as diretrizes para limitar a exposição a CEM, de forma a verificar se os equipamentos não ofereçam efeitos reconhecidamente adversos à saúde de seus funcionários, visitantes e áreas periféricas.

**4 - JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista que o objetivo da perícia é verificar se as suas instalações dos equipamentos existentes se enquadram nos quesitos mínimos das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos de segurança, a conformidade deste laudo não garante que seja evitada interferências ou efeitos em dispositivos médicos, como próteses metálicas, marca passos e etc:



**5 - PRECISÃO**

Conforme as recomendações normativas (ANATEL), para método quantitativo sem variável; foi atingido o grau satisfatório de proteção no que se refere às diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos variáveis no tempo (até 300 GHz) e níveis de segurança desejáveis com relação aos itens abaixo:

- Intensidade de Campo E (V.m-1)
- Intensidade de Campo H (A.m-1)
- Campo B ( $\mu$ T)

**6 - ENCERRAMENTO**

Conclui-se o presente laudo de avaliação de que a instalação se enquadra dentro das diretrizes da (ANATEL), onde tudo é conforme argumentação desenvolvida e citada ao longo deste laudo segue o mesmo rubricado em todas as folhas, sendo esta assinada.

Faz parte deste laudo a ART de responsabilidade técnica do profissional, onde se encontra em anexo ao mesmo.

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Este laudo tem a data de validade de 3 (Três) anos, a contar da data de início da ART deste Laudo Técnico

Rondonópolis 08 de junho de 2018



**CESAR AUGUSTO LANZARINI**  
Engenheiro Eletricista  
CREA Nº 1200227972



**Carlos Manoel do Carmo**  
CPF: 124.100.711-04  
Representante legal



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

ART de  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
**2965786**  
Motivo: NORMAL

ART Individual/Principal

1. Responsável Técnico

**CESAR AUGUSTO LANZARINI**

Título Profissional: \* Engenheiro Eletricista

RNP: 1200227972

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Registro: MT014041

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86  
Nº

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA

Cidade: ALTO GARÇAS

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 0

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Honorários: 0,00

Valor: 800,00

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86  
Nº

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA

Cidade: ALTO GARÇAS

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 0

Data de Início: 08/06/2018 Previsão de término: 20/06/2018

Custo da Obra: 800,00

Dimensão: 0,00

4. Atividade Técnica

1 Laudo Técnico

Equipamento de Comunicação/Telecomunicação

1,00 NUM

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

1-NAO INFORMADO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

RAO de 08 de junho de 2018  
Local Data

CESAR AUGUSTO LANZARINI

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.  
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: [www.crea-mt.org.br](http://www.crea-mt.org.br)  
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.crea-mt.org.br](http://www.crea-mt.org.br) atendimento@crea-mt.org.br  
tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Nosso Número: 14/181000002965786-7

Valor ART R\$82,94

Paga em 08/06/2018

Valor pago: R\$82,94



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

ART de  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
2965786

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

ART Individual/Principal

1. Responsável Técnico

**CESAR AUGUSTO LANZARINI**

Título Profissional: \* Engenheiro Eletricista

Empresa: NENHUMA EMPRESA

RNP: 1200227972

Registro: MT014041

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA

Cidade: ALTO GARÇAS

UF: MT

Valor: 800,00

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

Nº

Bairro: CENTRO

CEP: 0

3. Resumo do Contrato

LAUDO TÉCNICO REFERENTE A LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS  
VARIÁVEIS NO TEMPO(ATÉ 300 GHZ)

*RAO 08/06/2018*

Local e Data

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Cesar Augusto Lanza*

Profissional

De acordo

*[Assinatura]*

Contratante

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

159-403104965-9

08/JUN/2018 HORA DE 13:44:47

LOT. 10.11180-7 TERM 052175

LOCALIDADE: ALTO GARCAS

AG. VINCULADA: 3431

COMPROVANTE PAGAMENTO DE  
BOLETO CAIXA

INST. EMISSORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO RECEBEDOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LINHA DIGITÁVEL DO CÓDIGO DE BARRAS

1049241811 00181100041

00296578636 2 76090000008294

BENEFICIÁRIO

NOME FANTASIA: CONSELHO REGIONAL DE ENGENH

RAZÃO SOCIAL: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHA

CNPJ: 03.471.158/0001-38

PAGADOR

NOME: CESAR AUGUSTO LANZARINI

CPF: 004.264.869-60

DATA DE VENCIMENTO: 07/AGO/2018

DATA DE PAGAMENTO: 08/JUN/2018

VALOR NOMINAL: 82,94

JUROS: 0,00

IOF: 0,00

MULTA: 0,00

DESCONTO: 0,00

ABATIMENTO: 0,00

VALOR CALCULADO: 82,94

VALOR DO PAGAMENTO: 82,94

TIPO DE PAGAMENTO: ESPÉCIE

AUTENTICAÇÃO

159-403104965-9

VIA DO CLIENTE

Instruções de Impressão

Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).

Utilizar folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada

Recibo do Pagador

**CAIXA** | 104-0 |

10492.41811 00181.100041 00296.578636 2 76090000008294

Beneficiário	Agência / Código do Beneficiário	Espécie	Quantidade	Carteira / Nosso número
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	1695 / 241810-0	R\$		14181000002965786-7
Número do documento	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
2965786	03471158000138	07/08/2018	R\$ 82,94	
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado

Pagador

CESAR AUGUSTO LANZARINI - CPF: 004.264.869-60

RUA DOM PEDRO II 1250

VILA AURORA - RONDONÓPOLIS/MT - CEP: 78740-384

Autenticação mecânica

Instruções

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO

ART nº 2965786

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

Corte na linha pontilhada

## RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, 22/02/2018

Aos (22) vinte e dois dias do mes de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018), às dezenove horas (19h:00min), Reuniram-se na própria sede da Associação Comunitária Cultural Garças, localizada na Av. Vereador Benedicto Ferreira De Moura, nº 120, Bairro: Novo horizonte, a diretoria do conselho comunitário, onde o presidente do conselho Sebastião Carlos de Oliveira iniciou a fala cumprimentando e agradecendo a todos presentes e passou a apresentação das prestações de contas apresentadas pela emissora Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ. 02.921.453/0001-86, localizada na Av. Vereador Benedicto Ferreira de Moura nº. 120, Bairro: Novo Horizonte. Logo em seguida discorerram sobre a programação da emissora onde se da inicio as 05h:00 hs da manhã com o programa alvorada sertaneja, (com musicas sertanejas mais antigas), às 06h:30min as 06h:35min o programa mais que vencedores (com mensagens gravadas com pequenas passagens biblicas), as 06h:40min, continua o programa alvorada sertaneja onde o mesmo fica no ar ate as 07h:25min, e logo em seguida o programa show da manha que vai de 07h:30min ate as 11h:00min (músicas sertanejas, mbp, pop nacional e internacional o programa bem eclético), com uma interrupção 09h:00min as 09h:05min a oração da manhã (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti), segue com o jornal da integração que vai 11h:30min a 12h:00min (com noticias nacionais, estaduais e regionais), depois 12h:30 às 15h:00min o programa Bem Brasil (totalmente voltado para músicas mbp), às 15h:00min às 15h:30min o programa a hora da misericórdia (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti),



o programa fim de tarde sertaneja (musicas sertanejas universitárias e modão sertanejos) vai das 15h:30min às 17h:40min, logo em seguida 17h:45 -17h:50min oração da tarde (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti), o momento da ave maria 17h:50min as 18h:00min (programa gravado), a voz do brasil 18h:00min até as 19h:00, e logo depois inicia o programa amor sem fim (músicas variadas) que dura das 19h:00min às 23h:00min, sendo que o mesmo sofre uma interrupção todas as segundas feiras a partir das 19h:00min para a transmissão ao vivo sessões da Câmara Municipal De Alto Garças. Onde os presentes teceram comentários relativo a programação da emissora, ninguém manifestou contrário, apenas afirmarão que o quadro de programação esta conforme a expectativa. Nada mais tendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e ainda salientou que em anexo ficaria a grade programação, e efetuou o encerramento da reunião. E em seguida eu LORI FREIER que secretariei, lavrei e efetuei a leitura do presente, que sera devidamente assinada por todos presentes: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA (presidente – representante da entidade loja maçonica de alto garças); LORI FREIER (secretaria- representante rotaractY); PAULO FRANCISCO FACCO (Tesoureiro- Representante Do Ctg) E JOAQUIM MIGUEL DOURADO (vice-presidente – representante rotary).

#### Grade de programação

HORÁRIO	PROGRAMA	PROGRAMAÇÃO
05h:00min às 06h:30min	Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
06h:30min às	Mais que vencedores	Programa gravado



06h:35min			compassagens bíblicas
06h:40min às 07h:25min		Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
07h:30min às 11h:00min		Show da manhã	Toca todos os ritmos musicais.
09h:00min às 09h:05min		Oração da manhã	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
11h:30min às 12h:00min		Jornal da Integração	Noticias nacionais, estaduais e regionais
12h:30min às 15h:00min		Programa Bem Brasil	Toca MPB
15h:00min às 15h:30min		Hora da misericórdia	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
15h:30min às 17h:40min		Fim de tarde sertaneja	Músicas sertanejas universitárias e modão
17h:45min às 17h:50min		Oração da tarde	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
17h:50min as 18h:00min		Hora da Ave Maria	Programa gravado por padre local
18h:00min às 19h:00min		Voz do Brasil	Transmitido pela televisão canal 56.
19h:00min às 23h:00min		Amor sem fim	Musicas românticas
todas as segundas feiras a partir das 19h:00min o programa amor sem fim sofre uma interrupção para a transmissão ao vivo sessões da Câmara Municipal De Alto Garças.			

*Informado*  
*Adriano*

*Paulo Francisco*  
*[Assinatura]*

# ANEXO V

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

### QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Qualificação da entidade				
<b>Razão social:</b>	Associação Comunitária Cultural Garças			
<b>Nome fantasia:</b>	Rádio Integração FM	<b>CNPJ:</b>	02.921.453/0001-86	
<b>Endereço da sede</b>	Avenida Benedicto Ferreira de Moura Nº 120 Bairro: Novo Horizonte			
<b>Município:</b>	Alto Garças	<b>Uf:</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
<b>Nome Do Representante Legal:</b>	Carlos Manoel do Carmo			
<b>E-mail de contato:</b>	integraçãofmag@hotmail.com			
<b>Endereço da sede</b>	Avenida: Benedicto Ferreira de Moura Nº 120 Bairro: Novo Horizonte			
<b>MUNICIPIO:</b>	ALTO GARÇAS	<b>UF</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
<b>Endereço:</b>	Avenida Benedicto Ferreira de Moura Nº 120 Bairro: Novo Horizonte			
<b>Município:</b>	Alto Garças	<b>Uf:</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
<b>Coordenadas Do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS84)</b>	<b>LATITUDE:</b> 16°57'19,00"S <b>LOGITUDE :</b> 53°31'32,9" W			









Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações.

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Alto Garças no Estado de Mato Grosso, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

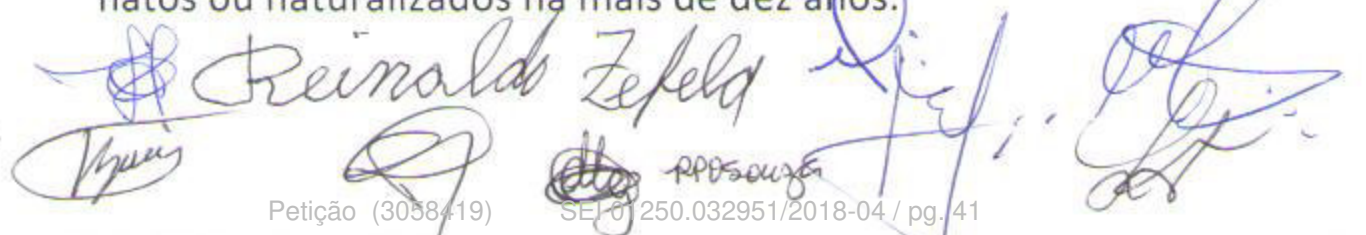
II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;


X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e


XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licenças de funcionamento.

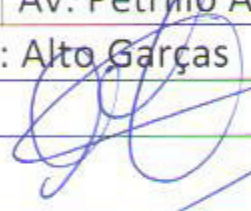
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

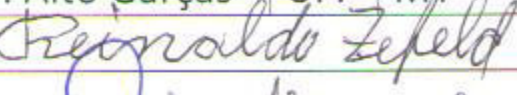
The block contains several handwritten signatures in blue ink. The most prominent signature is 'Reinaldo Zefeld'. To its right is another signature that appears to be 'J. J.'. Below these and to the left are several other signatures, some of which are partially obscured or less legible. The signatures are written over the text of the document.

### MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Nome do dirigente:	Carlos Manoel do Carmo				
Cargo	Presidente	Tit. eleitor	001572051899		
RG:	595.332	Órgão Emissor:	Ssp/go	CPF:	124100711-04
Endereço:	Av: Coronel Cajango S/Nº Bairro: Vila Do Bonito				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Valdenor José Rodrigues				
Cargo	Vice - Presidente	Tit. eleitor	006558301856		
RG:	377 488	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	201891380-00
Endereço:	Av: Petrílio Abílio Alves s/nº Bairro: Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Nivaldo José Fregoneze				
Cargo	Tesoureiro	Tit. eleitor	021726271821		
RG:	2926442-3	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	302126699-15
Endereço:	Av: Petrílio Abílio Alves s/nº Bairro: Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Reinaldo Zefeld				
Cargo	Vice - Tesoureiro	Tit. eleitor	0012627241848		
RG:	318106	Órgão Emissor:	Ssp/SC	CPF:	19830343987
Endereço:	Av: Mato Grosso S/Nº Bairro: Mato Grosso				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					



Nome do dirigente:	Ruth Pinto de Oliveira Souza				
Cargo	Secretaria	Tit. eleitor	004717161830		
RG:	0064172-3	Órgão Emissor:	Ssp/mt	CPF:	460009091-87
Endereço:	Rua: F Casa 22 Quadra: 01 Bairro: Coab				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:	<i>Ruth Souza</i>				


Nome do dirigente:	Mauro Evandro Facco				
Cargo	Segundo secretário	Tit. eleitor	013093231813		
RG:	7025745824	Órgão Emissor:	Ssp/RS	CPF:	484509100-30
Endereço:	Av: Benedicto Ferreira De Moura S/Nº Bairro Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:	<i>Mauro Facco</i>				

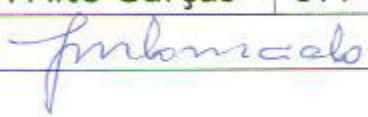
*Renaldo Zefeld*

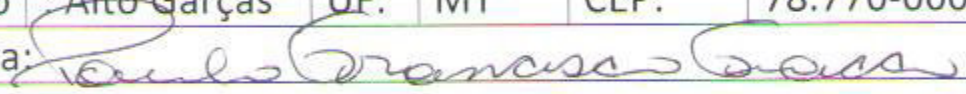
*Travis* *Ally* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*


*Ruth Souza*

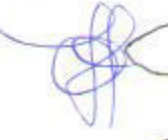

### CONSELHO COMUNITÁRIO

Nome do dirigente:	Sebastião Carlos De Oliveira				
Cargo	Presidente	Tit. eleitor	007333111007		
RG:	912115	Órgão Emissor:	SSP/GO	CPF:	170821371-68
Endereço:	Rua: 13 De Maio S/Nº Centro				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Joaquim Miguel Dourado				
Cargo	Vice- Presidente	Tit. eleitor	004717621872		
RG:	210184	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	079484921-00
Endereço:	Av: Benedito Soares Nº 908 Bairro Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Paulo Francisco Facco				
Cargo	tesoureiro	Tit. eleitor	013092861830		
RG:	2025745544	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	420624200-30
Endereço:	Av: Benedicto Ferreira De Moura S/Nº Bairro Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Milton Gomes Gonçalves				
Cargo	2º Secretario	Tit. eleitor	04931681805		
RG:	719 879	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	738703829-53
Endereço:	Rua: José Bonifácio nº836 centro				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:					

 Reinaldo Zepfeld  



Nome do dirigente:	Lori Freier				
Cargo	SECRETARIA	Tit. eleitor	001571431856		
RG:	1331580-3	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	587362479-87
Endereço:	Av: Coronel Cajango nº 1.810 Centro				
Município :	Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura:	<i>Lori Freier</i>				

*Renaldo Zepeda*

*Agnes Rossoni*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

**Secretaria de Estado  
de Fazenda****Governo do Estado  
de Mato Grosso**

Data: 06/06/2018 - 08:55:42

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES  
FISCAIS - CNDI Nº 0022502415****CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS  
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS GERAIS**Data de emissão: **06/06/2018**Hora de emissão: **08:55:43**Certidão fornecida para o CNPJ/MF : **02.921.453/0001-86**Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CNDI, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, bem como dos seus sócios e demais empresas de cujo capital social aquele participe e da(s) sua(s) matriz e filiais.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI.

**OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.**

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet no endereço:  
[www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)

Certidão valida até: **05/07/2018**Código de Autenticação: **2U9UT9A2UK2BB29U**Página **1** de **1**[Retornar](#)

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 04/06/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**  
02.921.453/0001-86

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/06/2018

Data da última atualização do banco de dados: 04/06/2018

Selo digital de segurança: 2018.CTD.XMIH.SBZY.BO4X.YX0S.3DV8

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*

**CARTÃO DE IDENTIDADE**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 595.332 2ª Via

NOME **CARLOS MANOEL DO CARMO**

RELACÃO José Vieira do Carmo e  
Orlandina Oliveira do Carmo

Morrinhos-GO 26-fev-1956

NATURALIDADE 08-jan-1977

GOV. DO ESTADO

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

**VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

**CIC**

NASCIMENTO 26.02.56

INSCRIÇÃO NO CPF 124.100.711-04

CONTRIBUINTE

**CARLOS MANOEL DO CARMO**

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

**VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR **CARLOS MANOEL DO CARMO**

DATA DE NASCIMENTO 26/02/1956

Nº INSCRIÇÃO 001572051899

IDV 002

ZONA 0068

MUNICÍPIO / UF **ALTO GARÇAS/MT**

DATA DE EMISSÃO 18/09/1986

IMP. ELEITORAL

**VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL**

CEDEJA DE IDENTIDADE

ALABUATA



FOLGEM DIREITO

Valdenor José Rodrigues

ASSINATURA DO DETENTOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CEFAL 377.448

VALDENOR JOSÉ RODRIGUES

Dorvalino José Rodrigues

Heratilde de J.B. Rodrigues

Condor-RS 21-março-1 954

NATURALIDADE

CELEBRAR

DATA DO NASCIMENTO

04-janeiro-1 982

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NASCIMENTO

21-03-54

CONTRIBUINTE

VALDENOR JOSÉ RODRIGUES

INSCRIÇÃO NO CPF

202.891.380-00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Valdenor José Rodrigues

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Valdenor José Rodrigues



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**MAURO EVANDRO FACCO**

DATA DE NASCIMENTO  
**16/03/1966**

Nº INSCRIÇÃO  
**013093231813**

ZONA  
**002**

SEÇÃO  
**0056**

MUNICÍPIO / UF  
**ALTO GARÇAS/MT**

DATA DE EMISSÃO  
**16/06/1992**

*Mauro Facco*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Peça Direta

*Mauro Facco*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 318.106 DATA DE EXPEDIÇÃO 26.07.93

NOME REINALDO ZEFELD

FILIAÇÃO Meda Zefeld

NATURALIDADE GUARAMIRIM/SC DATA DE NASCIMENTO 18.08.1949

DOC ORDEM Cert.Cas.nº14.351 Fls.294 L.51 --  
Cart.Pedro D'Abbadia Maciel-Cuiabá MT

Dr. Ademir Grillo  
DELEGADO DE POLÍCIA  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

12432/9151

7 ABR 1987

L.P.P. - RONDOPOLIS - MT

Assessoria Jurídica  
Município de Rondópolis - MT  
L.P.P. - RONDOPOLIS - MT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Reinaldo Zefeld

ASSINATURA EM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 912115/2.A VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO 25/SET/1995
NOME SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA	
FILIAÇÃO SEBASTIAO DE OLIVEIRA SOBRINHO IRACEMA PEREIRA DE OLIVEIRA	
PONTE BRANCA-MT	03/JAN/1956
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
DOC ORIGEM C.CAS. 393 FLS. 198 V L. 01 CRC MINEIROS GO 1.ZONA EM 04/09/1984	
CPF 170821371-68	12720062
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA**

DATA DE NASCIMENTO <b>03/01/1956</b>	Nº INSCRIÇÃO <b>007333111007</b>	D.V. <b>002</b>	ZONA <b>0051</b>
MUNICÍPIO / UF <b>ALTO GARÇAS/MT</b>	DATA DE EMISSÃO <b>08/06/2011</b>		

JUIZ ELEITORAL  
*[Assinatura]*

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

**JOAQUIM MIGUEL DOURADO**

DATA DE NASCIMENTO 21/04/1955 Nº INSCRIÇÃO 004717621872 D.V. ZONA 002 SEÇÃO 0051

MUNICÍPIO / UF ALTO GARÇAS/MT DATA DE EMISSÃO 18/09/1986

JUIZ ELEITORAL

*João Miguel*

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Laqueur Miguel Lourenço*

(CEDULA DE IDENTIDADE)



FOLEOAR DIREITO



*Paulo Francisco Facco*  
ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SSP - POLÍCIA CIVIL  
DEP. DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

REGISTRO GERAL

NOME: PAULO FRANCISCO FACCO 2025745544

FILIAÇÃO: VENUTO FACCO  
ADJANIRA BATISTELLA FACCO

NACIONALIDADE BRASILEIRA DATA DO NASCIMENTO: 26/05/1964

PORTO ALEGRE-RS 24/08/83

DR. ALVARO LUIZ OLIVEIRA 0355  
DIRETOR

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição

420.624.200-30

Nome  
PAULO FRANCISCO FACCO

Nascimento



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1331580-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/06/98

NOME LORI FREIER

FILIAÇÃO PEDRO BALENSIEFER  
MARIA BALENSIEFER

NATURALIDADE SANTO ANGELO-RS DATA DE NASCIMENTO 02/04/1945

DOC. ORIGEM C. CASM. LIV. B1 FLS. 170  
TERM 170 QUATRO PONTES - PR

CPF: 587362479-87

*Crescencio Costa Leite*  
Coordenador de Identificação 065

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P.L. 12  
 UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE  
 FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION  
 WASHINGTON, D.C. 20535  
 Miltor Lopez Gonzalez

719 874 29.12.87  
MILTON GOMES GONÇALVES  
José A. Gonçalves  
Francisca Gomes Gonçalves  
Auriflame-SP 26.03.68  
Cert. Nasc. nº. 14.086, Liv. A-14, Fls.  
82-Auriflame-SP  
738703829/53

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
**NÚMEROS DOS TÍTULOS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**

**PRESIDENTE: CARLOS MANOEL DO CARMO**  
**Nº TIT. 001572051899**

**VICE PRESIDENTE : VALDENOR JOSÉ RODRIGUES**  
**Nº TIT. 006558301856**

**TESOUREIRO: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE**  
**Nº TIT. 021726271821**

**VICE TESOUREIRO: REINALDO ZEFELD**  
**Nº TIT. 0012627241848**

**SECRETARIA: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA**  
**Nº TIT. 004717161830**

**2º SECRETARIO: MAURO EVANDRO FACCO**  
**Nº TIT. 013093231813**

**NÚMEROS DOS TÍTULOS**  
**CONSELHO COMUNITÁRIO**

**PRESIDENTE: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA**  
**Nº TIT. 007333111007**

**VICE PRESIDENTE : JOAQUIM MIGUEL DOURADO**  
**Nº TIT. 004717621872**

**TESOUREIRO: PAULO FRANCISCO FACCO**  
**Nº TIT. 013092861830**

**SECRETARIA: LORI FREIER**  
**Nº TIT. 0015571431856**

**2º SECRETARIO: MILTON GOMES GONÇALVES**  
**Nº TIT. 011831681805**

ANATEL - UO071	
Sel nº	
Data:	13 / 06 / 2018
Nome:	DS

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
**AVENIDA : BENEDICTO FERREIRA DE MOURA**  
**Nº 120 – BAIRRO : NOVO HORIZONTE**  
**EMAIL: integracaofmag@hotmail.com**  
**FONE: 66-3471-2440 - CEP 78.770-000**  
**ALTO GARÇAS- MATO GROSSO**

**Ofício nº 03/2018 /ACCG**

**11/junho/2018**

**À senhora**

**INALDA CELINA MADIO**

**COORDENADORA – GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.**

Venho por meio deste oficializar a resposta do **Ofício nº 16601/2018/SEI/-MCTIC** por nota técnica relativa a análise do Processo nº 53900.049188/2015-00.

Os documentos solicitados na referida nota técnica seguem em anexo a este ofício.

- REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO E TODAS AS DECLARAÇÕES DO REFERIDOS DIRIGENTES ASSINADAS.
- CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL;
- ATA DE ELEIÇÃO;
- CÓPIA DO RG E CPF E NÚMERO DO TÍTULO DE ELEITOR DE TODOS O DIRIGENTES;
- ÚLTIMO RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO;
- LAUDO TÉCNICO – RELATÓRIO DE CONFORMIDADE;
- CÓPIA CNPJ.

- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA ANATEL;
- CERTIDÃO DE DÉBITOS E OUTRA IRREGULARIDADES FISCAIS;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÕES (TJDFT)
- CERTIDÃO NEGATIVA (FGTS)
- CND TRIBUTOS FEDERAIS
- CND DÉBITOS TRABALHISTA



---

**Carlos Manoel do Carmo**  
Representante Legal Da Associação  
Comunitária Cultural Garças

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
**AVENIDA : BENEDICTO FERREIRA DE MOURA**  
**Nº 120 – BAIRRO : NOVO HORIZONTE**  
**EMAIL: integracaofmag@hotmail.com**  
**FONE: 66-3471-2440 - CEP 78.770-000**  
**ALTO GARÇAS- MATO GROSSO**

**Ofício nº 03/2018 /ACCG**

**11/junho/2018**

**Á senhora**

**INALDA CELINA MADIO**

**COORDENADORA – GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.**

Venho por meio deste oficializar a resposta do **Ofício nº 16601/2018/SEI/-MCTIC** por nota técnica relativa a análise do Processo nº 53900.049188/2015-00.

Os documentos solicitados na referida nota técnica seguem em anexo a este ofício.

- REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO E TODAS AS DECLARAÇÕES DO REFERIDOS DIRIGENTES ASSINADAS.
- CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL;
- ATA DE ELEIÇÃO;
- CÓPIA DO RG E CPF E NÚMERO DO TÍTULO DE ELEITOR DE TODOS O DIRIGENTES;
- ÚLTIMO RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO;
- LAUDO TÉCNICO – RELATÓRIO DE CONFORMIDADE;
- CÓPIA CNPJ.

- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA ANATEL;
- CERTIDÃO DE DÉBITOS E OUTRA IRREGULARIDADES FISCAIS;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÕES (TJDFT)
- CERTIDÃO NEGATIVA (FGTS)
- CND TRIBUTOS FEDERAIS
- CND DÉBITOS TRABALHISTA



---

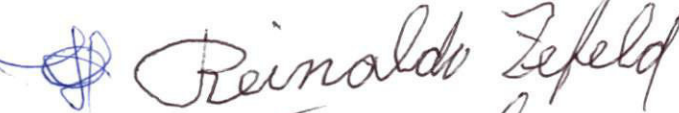


**Carlos Manoel do Carmo**





Representante Legal Da Associação  
Comunitária Cultural Garças

## ANEXO V

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA –  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIAQUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE  
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Qualificação da entidade				
<b>Razão social:</b>	Associação Comunitária Cultural Garças			
<b>Nome fantasia:</b>	Rádio Integração FM	<b>CNPJ:</b>	02.921.453/0001-86	
<b>Endereço da sede</b>	Avenida Benedicto Ferreira de Moura	Nº 120	Bairro: Novo Horizonte	
<b>Município:</b>	Alto Garças	<b>Uf:</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
<b>Nome Do Representante Legal:</b>	Carlos Manoel do Carmo			
<b>E-mail de contato:</b>	integraçãofmag@hotmail.com			
<b>Endereço da sede</b>	Avenida: Benedicto Ferreira de Moura Nº 120 Bairro: Novo Horizonte			
<b>MUNICIPIO:</b>	ALTO GARÇAS	<b>UF</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
<b>Endereço:</b>	Avenida Benedicto Ferreira de Moura	Nº 120	Bairro: Novo Horizonte	
<b>Município:</b>	Alto Garças	<b>Uf:</b>	MT	<b>CEP</b> 78.770-000
<b>Coordenadas Do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS84)</b>	<b>LATITUDE:</b> 16°57'19,00"S <b>LOGITUDE :</b> 53°31'32,9" W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações.

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Alto Garças no Estado de Mato Grosso, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

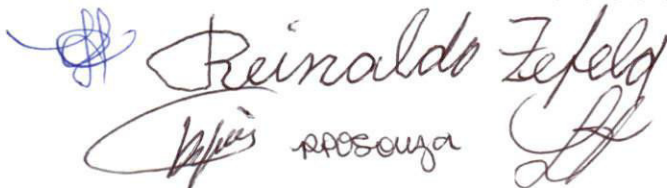
II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

  
Reinaldo Zefelg  
Proprietário

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;


X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e


XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licenças de funcionamento.

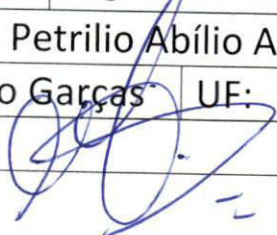
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

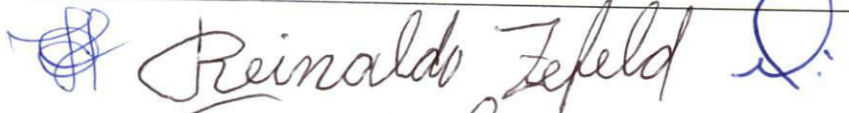
The block contains several handwritten signatures in blue ink. The most prominent signature is 'Reinaldo Zefeld'. To its right are three more distinct signatures. Below the main signatures, there are several smaller, less legible signatures and initials, some of which appear to be 'Zefeld' repeated or similar variations.

## MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Nome do dirigente:		Carlos Manoel do Carmo			
Cargo	Presidente	Tit. eleitor		001572051899	
RG:	595.332	Órgão Emissor:	Ssp/go	CPF:	124100711-04
Endereço:		Av: Coronel Cajango S/Nº Bairro: Vila Do Bonito			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Valdenor José Rodrigues			
Cargo	Vice - Presidente	Tit. eleitor		006558301856	
RG:	377 488	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	201891380-00
Endereço:		Av: Petrílio Abílio Alves s/nº Bairro: Novo Horizonte			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Nivaldo José Fregoneze			
Cargo	Tesoureiro	Tit. eleitor		021726271821	
RG:	2926442-3	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	302126699-15
Endereço:		Av: Petrílio Abílio Alves s/nº Bairro: Novo Horizonte			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Reinaldo Zefeld			
Cargo	Vice - Tesoureiro	Tit. eleitor		0012627241848	
RG:	318106	Órgão Emissor:	Ssp/SC	CPF:	19830343987
Endereço:		Av: Mato Grosso S/Nº Bairro: Mato Grosso			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Ruth Pinto de Oliveira Souza			
Cargo	Secretaria	Tit. eleitor		004717161830	
RG:	0064172-3	Órgão Emissor:	Ssp/mt	CPF:	460009091-87
Endereço:	Rua: F Casa 22 Quadra: 01 Bairro: Coab				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: <i>Ruth Souza</i>					

Nome do dirigente:		Mauro Evandro Facco			
Cargo	Segundo secretário	Tit. eleitor		013093231813	
RG:	7025745824	Órgão Emissor:	Ssp/RS	CPF:	484509100-30
Endereço:	Av: Benedicto Ferreira De Moura S/Nº Bairro Novo Horizonte				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: <i>Mauro Facco</i>					

*Reinaldo Zefeld*

*Ruth Souza*

*Mauro Facco*

*[Signature]*

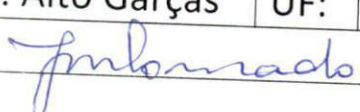
*[Signature]*

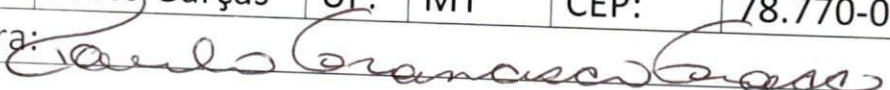
*[Signature]*

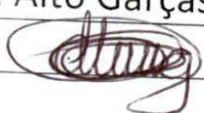
*[Signature]*

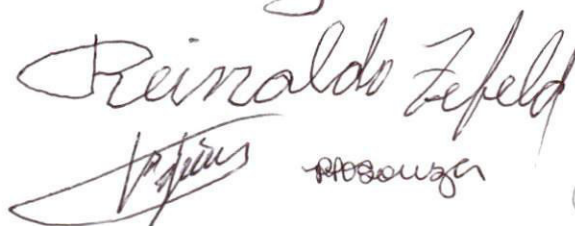
## CONSELHO COMUNITÁRIO

Nome do dirigente:		Sebastião Carlos De Oliveira			
Cargo	Presidente	Tit. eleitor		007333111 007	
RG:	912115	Órgão Emissor:	SSP/GO	CPF:	170821371-68
Endereço:		Rua: 13 De Maio S/Nº Centro			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Joaquim Miguel Dourado			
Cargo	Vice- Presidente	Tit. eleitor		004717621872	
RG:	210184	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	079484921-00
Endereço:		Av: Benedito Soares Nº 908 Bairro Novo Horizonte			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Paulo Francisco Facco			
Cargo	tesoureiro	Tit. eleitor		013092861830	
RG:	2025745544	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	420624200-30
Endereço:		Av: Benedicto Ferreira De Moura S/Nº Bairro Novo Horizonte			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					

Nome do dirigente:		Milton Gomes Gonçalves			
Cargo	2º Secretario	Tit. eleitor			
RG:	719 879	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	738703829-53
Endereço:		Rua: José Bonifácio nº836 centro			
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: 					







Nome do dirigente:		Lori Freier			
Cargo	SECRETARIA		Tit. eleitor	001571431856	
RG:	1331580-3	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	587362479-87
Endereço:	Av: Coronel Cajango nº 1.810 Centro				
Município	: Alto Garças	UF:	MT	CEP:	78.770-000
Assinatura: Lori Freier					

Reinaldo Zefeld

procurador

1



Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**, adaptado às Leis 10.406/2002 e 11.127/2005.

#### **ARTIGO 1º - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO**

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, neste estatuto designada, simplesmente, como Associação, fundada na data de 17 de julho de 1996, com sede e foro nesta cidade Ato Garças-MT, na avenida vereador Benedito Ferreira de Moura número 120, Vila novo Horizonte. É uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

#### **ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:**

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

I. A Associação tem por finalidade, executar o serviço de radiodifusão comunitária, bem como: 1- Dar oportunidade à difusão de ideias, e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; 2- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social ; 3- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; 4- Estimular a luta por relações democráticas na comunicação social; 5 – Promover atividades educacionais e de formação geral; 6- Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividade, movimento e organismos; 7- Divulgar

Avenida 07 de Setembro, 300, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com



**Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados**

resultados de pesquisas, estudos experiências educativas e avaliações; 8- Manter convênio e ou se associar a entidades similares para prestação de serviços de assessoria; 9- Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgão de imprensa e de rádio difusão; 10- Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da Entidade; 11- Propugnar pelo estabelecimento de um sistema de comunicação comunitária com o objetivo de dar voz aos segmentos sociais; 12- Incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; 13- empreender esforços para preservar e segurar os direitos à cidadania e a liberdade de expressão nos meios de comunicação.

**Parágrafo Único** - Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, em todo o território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral.

### **ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO**

A Associação se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

### **ARTIGO 4º - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação

Avenida 07 de Setembro, 300, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: quenesse@hotmail.com



**Quênesse Dyogo do Carmo**  
**e advogados**

com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os Associados, os Administradores, os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- V. Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;
- VI. Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto à dissolução da Associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou ainda por pelo menos 1/5 dos associados em pleno gozo dos seus direitos, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

**Parágrafo Segundo** - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;



**Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados**

**Parágrafo Terceiro** - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

#### **ARTIGO 5º - DOS ASSOCIADOS**

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I. Associados Fundadores: os que ajudaram na fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa.
- II. Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV. Associados Beneficiados: os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados;

#### **ARTIGO 6º – DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO**

Serão admitidos como associados, de forma gratuita, pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, que tenham residência ou sede neste Município, desde que preenchido formulário próprio, no qual se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e ainda, que tenham sido admitidas em Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro** – Em se tratando de pessoa física, poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24611 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: 2,94  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



**Quênesse Dyogo do Carmo**  
*e advogados*

- I. Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

**Parágrafo Primeiro** – Aos associados pessoa física, fica garantido o direito de votarem e serem votados para cargos de direção, e às pessoas jurídicas, por intermédio de seus representantes legais, o direito de votarem para os cargos diretivos.

#### **ARTIGO 7º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS**

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

**Parágrafo Único** - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

#### **ARTIGO 8º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24612 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Vajor: 794

Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

#### ARTIGO 9º – DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

#### ARTIGO 10 – DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos “associados contribuintes”, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24613 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: 2,04  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



**Quênesse Dyogo do Carmo**  
**e advogados**

**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

**Parágrafo Terceiro** – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

**Parágrafo Quarto** – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

**Parágrafo Quinto** – O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

## **ARTIGO 11 – DA APLICAÇÃO DAS PENAS**

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

## **ARTIGO 12 - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO**

São órgãos da Associação:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Fiscal.
- III. Conselho Comunitário.

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital: BBX 24614 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos\\_valor](http://www.tjmt.jus.br/selos_valor) 2,94  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Miriam Ludwig

Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados



### ARTIGO 13 - DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros, (a composição desta diretoria é meramente enunciativa).

### ARTIGO 14 - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

**Parágrafo único** - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

**ARTIGO 15 - COMPETE AO PRESIDENTE** - (As competências, deste e dos demais devem seguir a composição contida no art. 13)

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24615 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos\\_valor](http://www.tjmt.jus.br/selos_valor) 4.94  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Proder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



*Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados*

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

**Parágrafo Único** – Compete ao Vice – Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

**ARTIGO 16 - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO**

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II. Redigir a correspondência da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

**ARTIGO 17 - COMPETE AO 1º TESOUREIRO**

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24616 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) valor: 2,90  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



**Quênesse Dyogo do Carmo**  
**e advogados**

- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

#### **ARTIGO 18 - DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

- I. Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral.

**Parágrafo único** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24617 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: 2,84  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17



Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

## ARTIGO 19 - DO MANDATO

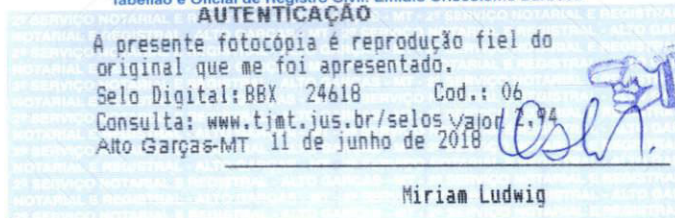
As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos/reconduzidos a outros cargos diretivos por apenas 01 (vez) uma vez.

## ARTIGO 20 - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V. Conduta duvidosa.

**Parágrafo Primeiro** – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;



**Quênesse Dyogo do Carmo**  
e advogados

**Parágrafo Segundo** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

#### **ARTIGO 21 - DA RENÚNCIA**

Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

**Parágrafo Primeiro** – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

**Parágrafo Segundo** - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

#### **ARTIGO 22- DA REMUNERAÇÃO**

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24619 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos\\_valor](http://www.tjmt.jus.br/selos_valor) 2,94

Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

## ARTIGO 23 – DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

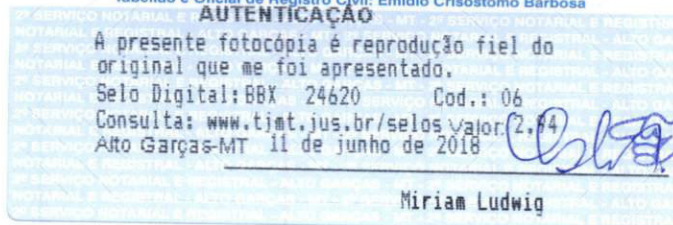
## ARTIGO 24 – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Fica instituído o Conselho comunitário, que será constituído por no mínimo 05 (cinco) membros, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores da comunidade local, desde que legalmente instituídos, estando capacitadas para responder pela respectiva entidade, com o objetivo de acompanhar a programação e conteúdos da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, desempenhando suas funções e atribuições sem remuneração, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato.

**Parágrafo primeiro** – A entidade que desejar participar do Conselho Comunitário encaminhará um requerimento solicitando sua participação, cabendo à Diretoria a aprovação ou não do pedido, e a homologação dos nomes em Assembleia Geral.

**Parágrafo segundo** – O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, especialmente, as contidas no artigo 4º da Lei 9.612/98, devendo, periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

**Parágrafo terceiro** – Os membros do Conselho Comunitário se reunirão pelo menos a cada 03 (três) meses, preferencialmente, nos meses de julho, outubro, janeiro e abril de cada ano, ou sempre que necessitar, com o objetivo de emitir parecer para a Diretoria.



Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

**Parágrafo quinto** – A eleição para o Conselho Comunitário será feita por Assembleia Geral convocada para este fim, nos moldes da eleição e composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

#### ARTIGO 25 - DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio da Associação será constituído e mantido por:

- I. Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde de que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III. Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

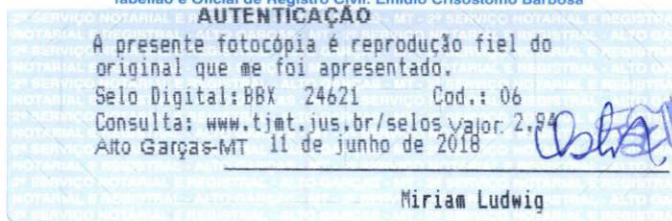
**Parágrafo único** – A Associação não distribuirá entre seus associados ou entre seus dirigente lucros, sobras, bonificações ou vantagens, a qualquer título ou natureza, devendo a receita ser utilizada, única e exclusivamente, para consecução de suas finalidades institucionais.

#### ARTIGO 26 - DA VENDA

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

#### ARTIGO 27 - DA REFORMA ESTATUTÁRIA

O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações



*Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados*

sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados. (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

#### **ARTIGO 28 - DA DISSOLUÇÃO**

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, (o quórum para este artigo é livre, sendo o acima meramente enunciativo).

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

#### **ARTIGO 29 – DO EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

#### **ARTIGO 30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



Quênesse Dyogo do Carmo  
e advogados

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

### ARTIGO 31 - DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Alto Garças, 29 de maio de 2018.

2º OFÍCIO

Presidente

CARLOS MANOEL DO CARMO

2º OFÍCIO

Advogado

Nome: QUÊNESSE DYOGO DO CARMO

OAB nº: 10286/MT

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

#### AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Selo Digital: BBX 24622 Cod.: 06

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos\\_valor\\_2494](http://www.tjmt.jus.br/selos_valor_2494)

Alto Garças-MT, 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66) 3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa  
Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: CARLOS  
MANOEL DO CARMO, QUÊNESSE DYOGO DO CARMO  
Selo: BBX-24337 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24338 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42

Funcionário: MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

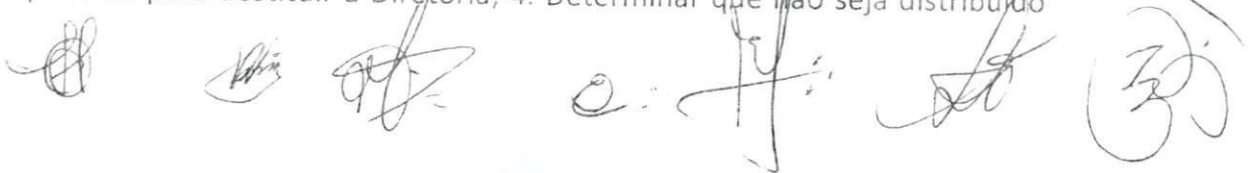
Marcos Alves da Silva

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serenidade 17

Avenida 07 de Setembro, 300, Centro, CEP 78770-000, Alto Garças - MT  
Fone: 66-3471-14050/66-9997-2390, email: [quenesse@hotmail.com](mailto:quenesse@hotmail.com)

**Ata da Reunião Extraordinária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86.**

Aos (28) vinte e oito dias do mes (05) de maio do ano de (2018) dois mil e dezoito, às dezenove horas, na residência do Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, localizada na Av. CORONEL CAJANGO esquina com a PRAÇA JOÃO MOREIRA – bairro centro. Reuniram-se, a Diretoria atual, membros do Conselho comunitário e funcionários da administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86, com sede nesta cidade, localizada na Av. VEREADOR BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120 – Bairro: Novo Horizonte. Para tratarem dos Assuntos conforme Edital de Convocação de 17 de maio de 2018, e dando sequência a seguinte Ordem do Dia: Aprovação da Adequação do Estatuto Social à Portaria n.º 4.334, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela Portaria n.º 1.909, publicada no DOU de 09/04/2018, nos parametros estabelecidos pela NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC., deu início onde, o Presidente atual Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, fez a abertura da sessão, cumprimentando, agradecendo e salientando a importância da presença dos representantes do conselho comunitário, diretoria e funcionários da emissora e o advogado Dr Quenesse Dyogo do Carmo. O Presidente fez suas considerações iniciais e seguindo com a ordem do dia, colocou que, conforme as normas estatutarias a Assembléia Geral realizaria a aprovação de alterações no Estatuto Social, alterações essas que ficariam consolidadas, estando presente o advogado Dr Quenesse Dyogo do Carmo, o qual esclareceu que somente seriam feitas as adequações do atual Estatuto Social para atendimento das exigências constantes na nota técnica n.º 9193/2018/SEI-MCTIC, a qual visa à análise da renovação da outorga, processo em tramitação junto Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações sob o n.º 53900.049188/2015-00, para alterar o Estatuto Social vigente da seguinte forma: 1. Deverá constar expressamente no Estatuto a finalidade de executar o serviço de rádio difusão; 2. Permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada por ao menos 1/5 (um quinto) dos associados; 3. Incluir entre as competências da Assembleia Geral a de poderes para destituir a Diretoria; 4. Determinar que não seja distribuído





bônus ou de eventuais sobras de receitas entre associados, bem como qualquer outro tipo de pagamento ou subsídio; 5. Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de pessoas físicas e jurídicas, esta última, desde que sem fins lucrativos, o qual deverá ter domicílio na área de execução do serviço; 6. Limitar o tempo de mandato dos membros da Diretoria Executiva a 04 (quatro) anos, podendo haver somente 01 (uma) recondução/reeleição a qualquer dos cargos diretivos; 7. Adequar à composição e forma de funcionamento do Conselho Comunitário de acordo com o artigo 40, inciso V, da portaria vigente. Passando a palavra para o presidente onde o mesmo encaminhou a votação e aprovação das adequações efetuadas no novo estatuto social. A votação se deu por aclamação, sendo aprovada por unanimidade, ato contínuo o Presidente agradeceu a confiança depositada. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a presente Assembléia. Finalizando com a leitura desta, lavrada por mim RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA que secretariei pelo Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO e demais presentes: VALDENOR JOSÉ RODRIGUES, NIVALDO JOSÉ FREGONEZE, MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES, SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER, DR QUENESSE DYOGO DO CARMO, JOAQUIM MIGUEL DOURADO.

Alto Garças, 28 de Maio de 2018

Ruth Pinto de Oliveira Souza

Juliano do  
Lori Freier

Enivaldo Rodrigues Borges

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1325  
Tabelião e Cartório Emidio Crisóstomo Barbosa  
A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital: BBX 24603 Cod.: 06  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos Valor: R\$ 2,94  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018  
Miriam Ludwig

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Reconheço(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: SEBASTIAO  
CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER  
Selo: BBX-24352 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24353 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Marcos Alves Faleiro

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Reconheço(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: RUTH  
PINTO DE OLIVEIRA SOUZA, CARLOS MANOEL DO  
CARMO  
Selo: BBX-24339 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24340 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Marcos Alves Faleiro

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Reconheço(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: MAURO  
EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES  
Selo: BBX-24350 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24351 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Marcos Alves Faleiro

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Reconheço(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: VALDENOR  
JOSE RODRIGUES, NIVALDO JOSE FREGONEZE  
Selo: BBX-24341 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24342 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Marcos Alves Faleiro

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Reconheço(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: QUENESSE  
DYOGO DO CARMO, JOAQUIM MIGUEL DOURADO  
Selo: BBX-24355 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Selo: BBX-24356 Cod.: 22 Valor: R\$ 6,42  
Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Marcos Alves Faleiro

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Protocolado sob n.º.: 190 Liv.: A-1 Fls.: 170  
Registrado sob n.º.: 360 Liv.: A-7 Fls.: 265  
Averbado sob n.º.: 314 Liv.: A-6 Fls.: 408  
Apresentado.: 07/06/2018

Marcos Alves Faleiro  
Tabelião Substituto

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cod. Ato(s): 107, 108 e 103  
BBX 24381 R\$ 101,16  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Ato de Notas de Registro  
Cod. Ato(s) 103, 107, 108  
BBX 24381 R\$ 101,16  
Consulta: www.tjmt.gov.br/selos

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa

A presente fotocópia é reprodução fiel do  
original que me foi apresentado.  
Selo Digital: BBX 24602 Cod.: 06  
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos Valor: 2,94  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**

Comarca de Alto Garças Estado de Mato Grosso  
Av. Sete de Setembro - 256 - Centro - (66) 3471-1328  
**Emídio Crisóstomo Barbosa**  
Tabelião

**Livro A****Folhas****A-7****365****Registro de Títulos e Documentos**

O Oficial desta Serventia de Registro de Títulos e Documentos, a pedido do apresentante, lavra o Registro abaixo descrito, cuja cópia fica arquivada nesta Serventia.

Nº do Registro	Data Registro	Data do Título/Doc.	Origem do Documento	Custas e Emolumentos
360	07/06/2018		1	R\$101,16

Objeto do Título/Documento	Nº do Título/Documento	Valor do Título/Documento
Alteração Estatutária	103,107	

**Apresentante****ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS****02.921.453/0001-86****AV. BENEDICTO FERREIRA DE MOURA****Cidade: ALTO GARÇAS****UF.: MT****Observações do Documento (Características)**

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, COM MUNDANÇA ESTATUTÁRIA.  
Averbado sob, nº 02 à margem do Registro 314, fls, 394/408, do livro A-6 em 07 junho 2018.

**Partes envolvidas no Título/Documento****ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS****02.921.453/0001-86****Averbações e Anotações Gerais**

Resgistrado nas formas da lei e  
protocolado com o numero 190  
, no Livro A-1 nas folhas 174,  
nas formas legais neste  
cartório.

O Referido é verdade e dou fé.  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018

  
**oficial**  
Oficial

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso****Ato de Notas de Registro****Cod. Ato(s) 103, 107, 108****BBX 24381 R\$101,16**  
Consulta: [www.tjmt.gov.br/selos](http://www.tjmt.gov.br/selos)


 Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código de Serventia 17

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa


Protocolado sob nº.: 190 Liv.:A-1 Fls.:174  
Registrado sob nº.: 360 Liv.:A-7 Fls.:365  
Averbado sob nº.: 314 Liv.:A-6 Fls.:408  
Apresentado.: 07/06/2018.

  
**Marcos Alves Faleiro**  
Tabelião Substituto

 Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código de Serventia 17

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**


Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

 **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**Ato de Notas e Registros**  
**Cod. Ato(s): 107, 108 e 103**

**BEX 24361 R\$ 101,16**  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**

Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emídio Crisóstomo Barbosa

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente fotocópia é reprodução fiel do  
original que me foi apresentado.  
Selo Digital: BBX 24596  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor 2094  
Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

  
**Miriam Ludwig**

 Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código de Serventia 17

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL – EXTRAORDINÁRIA

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

CNPJ: 02.921.453/0001-86

A Associação Comunitária Cultural Garças, de acordo com o artigo 14º do estatuto, convoca os Associados para sua Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 28 de Maio de 2018, às 19:00 hs., na residência do presidente, localizada na Avenida Coronel Cajango esquina com a praça João Moreira, s/nº, onde estará em pauta o seguinte assunto;

- ADEQUAÇÃO DE ESTATUTO, ATENDENDO A NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC.

Alto Garças, 17 de maio de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Manoel Do Carmo  
Presidente

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial do Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa  
Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de CARLOS  
MANOEL DO CARMO  
Selo: BBX-24336 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,42 Hs: 14:42:35

Funcionário(a) MARCOS  
Alto Garças-MT, 07 de junho de 2018  
Consulta: www.gmt.jus.br/seios

  
\_\_\_\_\_  
Marcos Alves Faleiro



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
 Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

**AUTENTICAÇÃO**  
 A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
 Selo Digital: BBX 24595 Cod.: 06  
 Consulta: www.tjmt.jus.br/selos Valor: 2,70  
 Alto Garças-MT 11 de junho de 2018

Miriam Ludwig

Selo de Controle Digital  
 Poder Judiciário MT  
 Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
 Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emílio Crisóstomo Barbosa

**AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
 Selo Digital AUB 35571 Cod.: 06  
 Consulta: www.tjmt.jus.br/selos Valor R\$: 2,70  
 Alto Garças-MT 26 de junho de 2018

**Ata da Reunião Ordinária, 22/04/2016**

CA  
 T  
 E  
 F. 06 - 11/04/2016 - Alto Garças - MT

Assinado por Emílio Crisóstomo Barbosa  
 CPF: 000.000.000-00  
 Escrivão Autorizado

Aos (22) vinte e dois dias do mês (04) de abril do ano de (2016) dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na residência do Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, localizada na Av. CORONEL CAJANGO esquina com a PRAÇA JOÃO MOREIRA – bairro centro. Reuniram-se, a Diretoria atual e funcionários da administração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, CNPJ: 02.921.453/0001-86, com sede nesta cidade localizada na Av. VEREADOR BENEDICTO FERREIRA DE MOURA Nº. 120 – Vila Novo Horizonte. Para tratarem da seguinte Ordem do Dia: NOVA DIRETORIA para o QUADRIÊNIO 2016/2020, deu início a sessão com os membros da atual diretoria, o Presidente atual Sr. CARLOS MANOEL DO CARMO, fez a abertura da sessão, cumprimentando, agradecendo e salientando a importância da presença dos representantes do conselho comunitário. O Presidente fez suas considerações iniciais e seguindo com a ordem do dia, colocou que, conforme as normas estatutárias a assembléia geral realizaria a eleição da nova Diretoria. Conforme edital de nº. 01/2016 de 08 de abril do ano de dois mil e dezesseis, afixadas em locais público e divulgadas em propagandas pela própria emissora de rádio. O Presidente passou a palavra para os presentes o qual ninguém se manifestou. Em seguida, perguntou se havia alguma chapa ou interesse de alguém em candidatar-se a Presidência e demais cargos para a nova diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, como não houve interessados, o Presidente se colocou a disposição para compor a nova diretoria, desde que todos os outros membros da diretoria atual permanecessem ao seu lado neste outro mandato, reafirmando assim o seu compromisso e sua responsabilidade para desenvolverem um trabalho transparente junto a comunidade de Alto Garças. Dando sequência o Presidente encaminhou a votação com a chapa única, ficando assim sugerida: Presidente: CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente: VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; Tesoureiro: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; Segundo Tesoureiro: REINALDO ZEFELD Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; Segundo Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. Dando sequência o Presidente

*(Assinaturas manuscritas)*

encaminhou a votação com chapa única de acordo com os representantes das associações que compunham a entidade, as quais estavam presentes: Sindicato Rural; Centro De Tradições Gaúchas (Ctg); Rotary Club; Casa Da Amizade, Representante das igrejas católica e Loja Maçonica. A votação se deu por aclamação, sendo chapa única aprovada por unanimidade, ato contínuo o Presidente agradeceu a confiança depositada nos conselheiros que ora encerram o mandato em em seguida empossou a nova diretoria, assim constituída: Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO; Vice-Presidente VALDENOR JOSÉ RODRIGUES; 1º. Tesoureiro NIVALDO JOSÉ FREGONEZE; 2º. Tesoureiro REINALDO ZEFELD; 1ª. Secretária: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA; 2º. Secretário: MAURO EVANDRO FACCO. A vigência da diretoria ora empossada será até o dia 22/04/2020 (vinte e dois de abril de dois mil e vinte). Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a presente assembléia. Finalizando com a leitura desta, lavrada por mim RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA que secretariei pelo Presidente CARLOS MANOEL DO CARMO e demais presentes: CARLOS MANOEL DO CARMO, VALDENOR JOSÉ RODRIGUES, NIVALDO JOSÉ FREGONEZE, RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA, REINALDO ZEFELD, MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES, FERNANDA WALESKA COSTA COUTO, SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA, LORI FREIER.

Certifico e dou fé que esta via confere com o original, que se encontra lavrada em livro próprio.

Alto Garças, 22 de abril de 2016

Reinaldo Zefeld



Madrigal  
Lori Freier



# **AUTENTICAÇÃO**

A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital AUB 35573 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor R\$ 24,00  
Alto Garças-MT, 28 de junho de 2016

Janeth Alves Cabral  
Escriturante Autorizada

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso  
ATO DE NOTAS E REGISTROS  
Cód. Ato(s): 107, 103  
  
AUB 35440 R\$ 80,20  
Consulta [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Protocolado sob nº: 224 Liv.: A-1 Fls.: 138  
Registrado sob nº: 315 Liv.: A-7 Fls.: 09-11  
Averbado sob nº: 01/314 Liv.: A-6 Fls.: 394  
Apresentado.: 23/06/2016.

Janeth Alves Cabral  
Escriturante Autorizada

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: LORNE FREIER  
Selo: AUB-35351 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:46:33  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: MAURO EVANDRO FACCO, ENIVALDO RODRIGUES BORGES  
Selo: AUB-35354 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:44:10  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: NIVALDO JOSE FREGONEZE, REINALDO ZEFELD  
Selo: AUB-35350 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:40:05  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa

Reconheço a(s) firma(s) POR SEMELHANÇA de: FERNANDA WALESKA COSTA COUTO, SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA  
Selo: AUB-35358 Cod.: 22 Valor: R\$ 5,30  
Hs: 15:45:17  
Funcionário(a) JANETH  
Alto Garças-MT, 22 de junho de 2016  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

Selo de Controle Digital  
Poder Judiciário MT  
Código da Serventia 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Av. 7 de Setembro, 256 - Centro - Alto Garças - MT - Fone: (66)3471-1328  
Tabelião e Oficial de Registro Civil: Emidio Crisostomo Barbosa  
A presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Selo Digital: B8X 24597 Cod.: 06  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos) Valor: R\$ 24,00  
Alto Garças-MT, 11 de junho de 2016

Miriam Ludwig

**GOIÁS DE IDENTIDADE**



ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CIVIL 595.332 2ª Via

NOME **CARLOS MANOEL DO CARMO**

ENDEREÇO **José Vleires do Carmo e  
Orlandina Oliveira do Carmo  
Morrinhos-GO**

DATA DO NASCIMENTO **26-fev-1956**

DATA DO REGISTRO **03-jan-1977**

CHAVE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO OBRIGATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

**VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

**CIC**

NASCIMENTO **26.02.56**

INSCRIÇÃO NO CPF **124 100 711 04**

CONTRIBUINTE  
**CARLOS MANOEL DO CARMO**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

**VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
**CARLOS MANOEL DO CARMO**

DATA DE NASCIMENTO **26/02/1956**

Nº INSCRIÇÃO **001572051899**

D.V. **002**

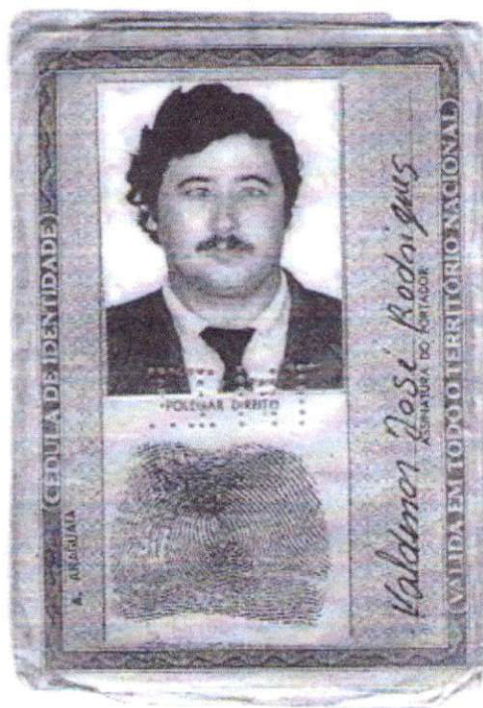
ZONA **0068**

MUNICÍPIO/UF  
**ALTO GARÇAS/MT**

DATA DE EMISSÃO  
**18/09/1986**

IMPRESSÃO ELEITORAL

**VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 777 448

NOME **VALDENOR JOSÉ RODRIGUES**

Matrícula **Dorvalino José Rodrigues**  
**Heratilde de J.B. Rodrigues**

Cidade-RS **21-março-1 954**

DATA DO NASCIMENTO **04-janeiro-1 982**

CIDADE - MT

DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

*Handwritten signature: Valdenor José Rodrigues*

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

COORDENADOR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Handwritten signature: Valdenor José Rodrigues*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

*Handwritten signature: Valdenor José Rodrigues*

ASSINATURA DO PORTADOR

**Valdenor José Rodrigues**

DATA DO NASCIMENTO **21/03/1954**

CELA DE IDENTIDADE

**VALDENOR JOSÉ RODRIGUES**

DATA DO NASCIMENTO **21-03-54**

DATA DE EMISSÃO **08-10-2021**

*Handwritten signature: Valdenor José Rodrigues*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR **VALDENOR JOSÉ RODRIGUES**

DATA DO NASCIMENTO **21/03/1954**

REGIÃO **0058**

ZONA **002**

DATA DE EMISSÃO **18/09/1986**

MUNICÍPIO / UF **ALTO GARCAS/MT**

NÚMERO DO TÍTULO **006552301856**

*Handwritten signature: Valdenor José Rodrigues*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: NIVALDO JOSE PREGONEZE

DATA DE NASCIMENTO: 15/08/1952

Nº REGISTRO: 021726271621

MUNICÍPIO / UF: ALTO GARÇAS/MT

DATA DE EMISSÃO: 10/01/2001

ZONA: 008

SEÇÃO: 0085

2707



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

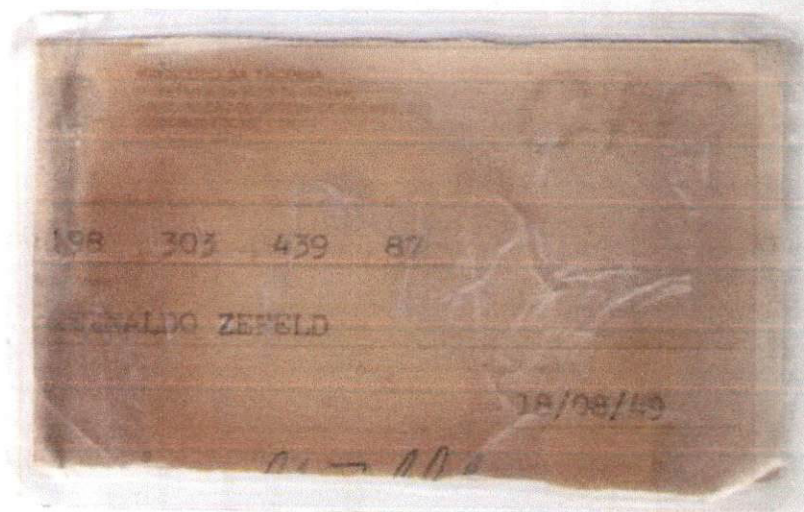
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIREITO

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 318.106 DATA DE EXPIRAÇÃO 26.07.93

NOME REINALDO ZEFELD

RESIDÊNCIA Meda Zefeld

NATURALIDADE GUARAMIRIM/SC DATA DE NASCIMENTO 18.08.1949

CCO ORDEM Cert.Cas.nº14.351 Fls.294 L.51 -  
 Cart.Pedro D'Abadia Maciel-Cuiabá MT

Dr. Ademir Grillo  
 Diretor de Registro

LEI Nº 114 DE 26/06/93

12432/9151

ACERTE

L.S.P. - RUISELA - 127

ACERTE - 127  
 Matrícula N.º 12432/9151  
 127 / 12432/9151

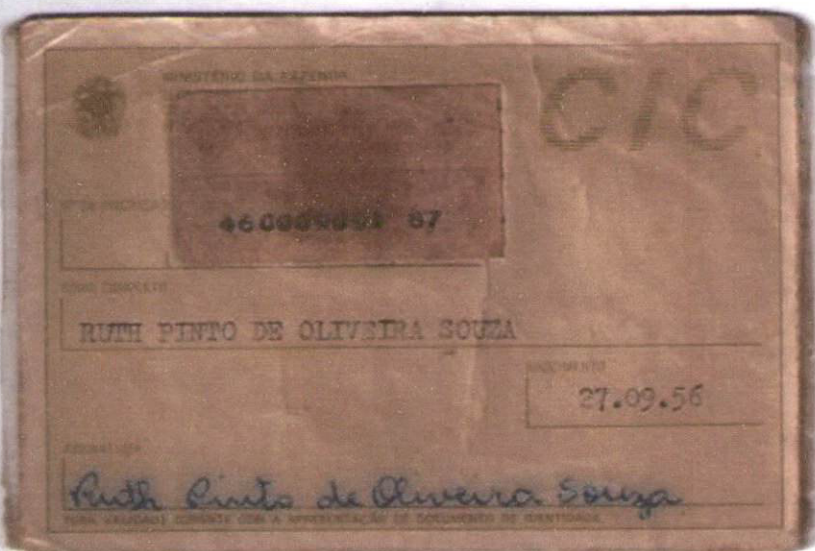
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Reinaldo Zefeld

ASSINATURA EM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELETOR

RECONHECIMENTO COM ASSINATURA DIGITAL - AUTENTICA ELEGITIMADA











VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 912115/2.A VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO 25/SET/1995
NOME SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA	
FILIAÇÃO SEBASTIAO DE OLIVEIRA SOBRINHO IRACEMA PEREIRA DE OLIVEIRA	
PONTE BRANCA-MT	03/JAN/1956
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
DOC ORIGEM C.CAS. 393 FLS. 198 V L. 01 CRC MINEIROS GO 1.ZONA EM 04/09/1984	
CPF 170821371-68	12720062
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**SEBASTIAO CARLOS DE OLIVEIRA**

DATA DE NASCIMENTO <b>03/01/1956</b>	Nº INSCRIÇÃO <b>007333111007</b>	D.V.	ZONA <b>002</b>	SEÇÃO <b>005</b>
MUNICÍPIO / UF <b>ALTO GARÇAS/MT</b>			DATA DE EMISSÃO <b>08/06/2011</b>	

JUIZ ELEITORAL  
*[Assinatura]*

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**JOAQUIM MIGUEL DOURADO**

DATA DE NASCIMENTO <b>21/04/1955</b>	Nº INSCRIÇÃO <b>004717621872</b>	D.V.	ZONA <b>002</b>	SEÇÃO <b>0051</b>
MUNICÍPIO / UF <b>ALTO GARÇAS/MT</b>	DATA DE EMISSÃO <b>18/09/1986</b>			

JUIZ ELEITORAL  
*[Assinatura]*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL









NÚMERO DO TÍTULO DE PAULO FRANCISCO FACCO

**Nº 013092861830**

[illegible]

719 874 29.12.87  
MILTON GOMES GONÇALVES  
José A. Gonçalves  
Francisca Gomes Gonçalves  
Auriflame-SP 26.03.68  
Cert. Nasc. nº 14.086, Liv. A-14, Fls.  
82-Auriflame-SP  
738703829/53



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1331580-3 DATA DE EMISSÃO 30/06/98

LORI FREIER

PEDRO BALENSIEFER  
MARIA BALENSIEFER  
SANTO ANGELO-RS 02/04/1945

C. CASM. LIV. B1 PLS. 170  
TERM 170 QUATRO PONTES - PR

587362479-87 *Crescencio Costa Leite*  
Coordenador de Identificação 065

LEI Nº 7.116 DE 29-08-93

NÚMERO DO TÍTULO DE LORI FREIER

**Nº 001571431856**

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**  
**NÚMEROS DOS TÍTULOS**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**

**PRESIDENTE: CARLOS MANOEL DO CARMO**  
**Nº TIT. 001572051899**

**VICE PRESIDENTE : VALDENOR JOSÉ RODRIGUES**  
**Nº TIT. 006558301856**

**TESOUREIRO: NIVALDO JOSÉ FREGONEZE**  
**Nº TIT. 021726271821**

**VICE TESOUREIRO: REINALDO ZEFELD**  
**Nº TIT. 0012627241848**

**SECRETARIA: RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA**  
**Nº TIT. 004717161830**

**2º SECRETARIO: MAURO EVANDRO FACCO**  
**Nº TIT. 013093231813**

**NÚMEROS DOS TÍTULOS**  
**CONSELHO COMUNITÁRIO**

**PRESIDENTE: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA**  
**Nº TIT. 007333111007**

**VICE PRESIDENTE : JOAQUIM MIGUEL DOURADO**  
**Nº TIT. 004717621872**

**TESOUREIRO: PAULO FRANCISCO FACCO**  
**Nº TIT. 013092861830**

**SECRETARIA: LORI FREIER**  
**Nº TIT. 0015571431856**

**2º SECRETARIO: MILTON GOMES GONÇALVES**  
**Nº TIT. 011831681805**

## RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, 22/02/2018

Aos (22) vinte e dois dias do mes de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018), às dezenove horas (19h:00min), Reuniram-se na própria sede da Associação Comunitária Cultural Garças, localizada na Av. Vereador Benedito Ferreira De Moura, nº 120, Bairro: Novo horizonte, a diretoria do conselho comunitário, onde o presidente do conselho Sebastião Carlos de Oliveira iniciou a fala cumprimentando e agradecendo a todos presentes e passou a apresentação das prestações de contas apresentadas pela emissora Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ. 02.921.453/0001-86, localizada na Av. Vereador Benedito Ferreira de Moura nº. 120, Bairro: Novo Horizonte. Logo em seguida discorerram sobre a programação da emissora onde se da inicio as 05h:00 hs da manhã com o programa alvorada sertaneja, (com musicas sertanejas mais antigas), às 06h:30min as 06h:35min o programa mais que vencedores (com mensagens gravadas com pequenas passagens biblicas), as 06h:40min, continua o programa alvorada sertaneja onde o mesmo fica no ar ate as 07h:25min, e logo em seguida o programa show da manha que vai de 07h:30min ate as 11h:00min (músicas sertanejas, mbp, pop nacional e internacional o programa bem eclético), com uma interrupção 09h:00min as 09h:05min a oração da manhã (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti), segue com o jornal da integração que vai 11h:30min a 12h:00min (com noticias nacionais, estaduais e regionais), depois 12h:30 às 15h:00min o programa Bem Brasil (totalmente voltado para músicas mbp), às 15h:00min às 15h:30min o programa a hora da misericórdia (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti),



o programa fim de tarde sertaneja (musicas sertanejas universitárias e modão sertanejos) vai das 15h:30min às 17h:40min, logo em seguida 17h:45 -17h:50min oração da tarde (programa gravado com padre Reginaldo Manzotti), o momento da ave maria 17h:50min as 18h:00min (programa gravado), a voz do brasil 18h:00min até as 19h:00, e logo depois inicia o programa amor sem fim (músicas variadas) que dura das 19h:00min às 23h:00min, sendo que o mesmo sofre uma interrupção todas as segundas feiras a partir das 19h:00min para a transmissão ao vivo sessões da Câmara Municipal De Alto Garças. Onde os presentes teceram comentários relativo a programação da emissora, ninguém manifestou contrário, apenas afirmarão que o quadro de programação esta conforme a expectativa. Nada mais tendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e ainda salientou que em anexo ficaria a grade programação, e efetuou o encerramento da reunião. E em seguida eu LORI FREIER que secretariei, lavrei e efetuei a leitura do presente, que sera devidamente assinada por todos presentes: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA (presidente – representante da entidade loja maçonica de alto garças); LORI FREIER (secretaria- representante rotaractY); PAULO FRANCISCO FACCO (Tesoureiro- Represesentante Do Ctg) E JOAQUIM MIGUEL DOURADO (vice-presidente – representante rotary).

#### Grade de programação

HORÁRIO	PROGRAMA	PROGRAMAÇÃO
05h:00min às 06h:30min	Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
06h:30min às	Mais que vencedores	Programa gravado

06h:35min		compassagens bíblicas
06h:40min às 07h:25min	Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
07h:30min às 11h:00min	Show da manhã	Toca todos os ritmos musicais.
09h:00min às 09h:05min	Oração da manhã	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
11h:30min às 12h:00min	Jornal da Integração	Noticias nacionais, estaduais e regionais
12h:30min às 15h:00min	Programa Bem Brasil	Toca MPB
15h:00min às 15h:30min	Hora da misericórdia	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
15h:30min às 17h:40min	Fim de tarde sertaneja	Músicas sertanejas universitárias e modão
17h:45min às 17h:50min	Oração da tarde	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
17h:50min as 18h:00min	Hora da Ave Maria	Programa gravado por padre local
18h:00min às 19h:00min	Voz do Brasil	Transmitido pela televisão canal 56.
19h:00min às 23h:00min	Amor sem fim	Musicas românticas
todas as segundas feiras a partir das 19h:00min o programa amor sem fim sofre uma interrupção para a transmissão ao vivo sessões da Câmara Municipal De Alto Garças.		





## **LAUDO TÉCNICO**

### **Exposição a Campos Elétricos e Magnéticos e Eletromagnéticos variáveis no tempo(até 300GHZ)**

- ✓ MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
- ✓ NORMAS TÉCNICAS E FONTES DE CONSULTAS
- ✓ DIRETRIZES

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

PROJETOS E EXECUÇÕES

*Lanzarini*  
Arquitetura e Engenharia

**EMPRESA DO PROPRIETÁRIO:**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
CNPJ: 02.921.453/0001-86

Carlos Manoel do Carmo  
CPF: 124.100.711-04

**ENDEREÇO DA OBRA:**

Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Bairro: NOVO HORIZONTE  
Cidade: ALTOS GARÇAS - MT  
Coordenada: Latitude: 16° 57' 19,0" S      Longitude: 53° 31' 32,9" W

**AUTOR PROJETO:**

CESAR AUGUSTO LANZARINI  
Engenheiro Eletricista  
CREA N 1200227972



---

Av. Bandeirantes, nº 2126, Sala 31, 2º Andar - Centro - CEP 78.700-200  
Rondonópolis - Mato Grosso  
Fone/Fax: (66) 3425-4473 / 9984-5162  
e-mail: cesaraugusto237@hotmail.com

**1- PRELIMINARES**

Trata-se de um LAUDO TÉCNICO REFERENTE A LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS VARIÁVEIS NO TEMPO (ATÉ 300 GHZ), solicitada pela, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, sendo que os focos dos trabalhos deste laudo se devem ao fato do Proprietário terem requerido; desta forma se justifica a Perícia de Avaliação Técnica.

**2 - OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO**

Verificar se as instalações se enquadram dentro das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos.

**3 - OBJETO**

- ✓ Razão social: Empresa: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS
- ✓ CNPJ: 02.921.453/0001-86
- ✓ Endereço: AV. BENEDITO FERREIRA DE MOURA, Nº 120.
- ✓ Bairro: NOVO HORIZONTE
- ✓ Cidade: ALTO GARÇAS - MT

**3.1 - VISTORIA**

A vistoria foi realizada na data de 07 de junho de 2018, onde fora verificado as condições de acabamento das instalações, padrão construtivo, bem como foram obtidos informações importantíssimas que esclarece e pode estabelecer as diretrizes para limitar a exposição a CEM, de forma a verificar se os equipamentos não ofereçam efeitos reconhecidamente adversos á saúde de seus funcionários, visitantes e áreas periféricas.

**4 - JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista que o objetivo da perícia é verificar se as suas instalações dos equipamentos existentes se enquadram nos quesitos mínimos das diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos de segurança, a conformidade deste laudo não garante que seja evitada interferências ou efeitos em dispositivos médicos, como próteses metálicas, marca passos e etc:

## 5 - PRECISÃO

Conforme as recomendações normativas (ANATEL), para método quantitativo sem variável; foi atingido o grau satisfatório de proteção no que se refere às diretrizes para limitação da exposição a campos elétricos e magnéticos e eletromagnéticos variáveis no tempo (até 300 GHz) e níveis de segurança desejáveis com relação aos itens abaixo:

- Intensidade de Campo E (V.m-1)
- Intensidade de Campo H (A.m-1)
- Campo B ( $\mu$ T)

## 6 - ENCERRAMENTO

Conclui-se o presente laudo de avaliação de que a instalação se enquadra dentro das diretrizes da (ANATEL), onde tudo é conforme argumentação desenvolvida e citada ao longo deste laudo segue o mesmo rubricado em todas as folhas, sendo esta assinada.


Faz parte deste laudo a ART de responsabilidade técnica do profissional, onde se encontra em anexo ao mesmo.

## OBSERVAÇÕES:

- a) Este laudo tem a data de validade de 3 (Três) anos, a contar da data de início da ART deste Laudo Técnico

Rondonópolis 08 de junho de 2018

  
CESAR AUGUSTO LANZARINI  
Engenheiro Eletricista  
CREA Nº 1200227972

  
Carlos Manoel do Carmo  
CPF: 124.100.711-04  
Representante legal



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

ART de  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
2965786  
Motivo: NORMAL

ART Individual/Principal

1. Responsável Técnico

**CESAR AUGUSTO LANZARINI**

Título Profissional: \* Engenheiro Eletricista

RNP: 1200227972

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Registro: MT014041

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA

Nº

Cidade: ALTO GARCAS

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 0

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Valor: 800,00

Honorários: 0,00

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA,

Nº

Cidade: ALTO GARCAS

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 0

Data de Início: 08/06/2018 Prazo de término: 20/06/2018

Custo da Obra: 800,00

Dimensão: 0,00

4. Atividade Técnica

1 Laudo Técnico

Equipamento de Comunicação/Telecomunicação

1,00 NUM

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

1-NAO INFORMADO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: Rao de 08 de junho de 2018

Local

Data

CESAR AUGUSTO LANZARINI

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mt.org.br](http://www.crea-mt.org.br)

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.crea-mt.org.br](http://www.crea-mt.org.br) atendimento@crea-mt.org.br  
tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



CREA-MT  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso

Valor ART R\$82,94

Paga em 08/06/2018

Valor pago: R\$82,94

Nosso Número: 14/181000002965786-7



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

ART de  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
2965786

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

ART Individual/Principal

1. Responsável Técnico

CESAR AUGUSTO LANZARINI

Título Profissional: \* Engenheiro Eletricista

Empresa: NENHUMA EMPRESA

RNP: 1200227972

Registro: MT014041

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

Endereço: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA

Cidade: ALTO GARÇAS

UF: MT

Valor: 800,00

CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

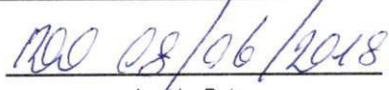
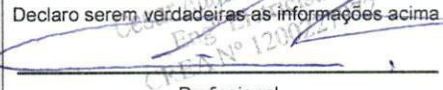
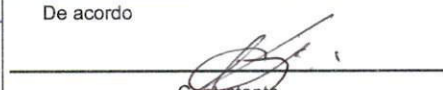
Nº

Bairro: CENTRO

CEP: 0

3. Resumo do Contrato

LAUDO TÉCNICO REFERENTE A LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS  
VARIÁVEIS NO TEMPO(ATÉ 300 GHZ)

 Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima  Profissional	De acordo  Contratante
---	---	---

erias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às 19h

159-403104965-9

08/JUN/2018

HORA DE: 13:44:47

LOT. 10.11188-7

LOCALIDADE: ALTO GARÇAS

AG. VINCULADA: 3431

TERM 002175

COMPROVANTE PAGAMENTO DE

BOLETO CAIXA

INST. EMISSORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO RECEBEDOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LINHA DIGITAVEL DO CODIGO DE BARRAS

1049241811 00181100041

00296578636 2 760900000008294

Beneficiário

NOME FANTASIA: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

AG. SOCIAL: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

CNPJ: 03.471.156/0001-38

PAGADOR

NOME: CESAR AUGUSTO LANZARINI

CPF: 004.264.869-00

DATA DE VENCIMENTO: 07/JUN/2018

DATA DE PAGAMENTO: 08/JUN/2018

VALOR NOMINAL:

82,94

DISS:

0,00

IOF:

0,00

MULTA:

0,00

DESCONTO:

0,00

ABATIMENTO:

0,00

VALOR CALCULADO:

82,94

VALOR DO PAGAMENTO:

82,94

TIPO DE PAGAMENTO: ESPECIE

AUTENTICAÇÃO

159-403104965-9

VIA DO CLIENTE

#### Instruções de Impressão

Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).  
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada.

Recibo do Pagador

**CAIXA** | 104-0 |

10492.41811 00181.100041 00296.578636 2 760900000008294

Beneficiário CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA		Agência / Código do Beneficiário 1095 / 241810-0	Especie R\$	Quantidade	Carteira / Nosso número 14181000002965786-7
Número do documento 2965786		CPF/CNPJ 03471158000138	Vencimento 07/08/2018		Valor documento R\$ 82,94
(-) Desconto / Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outras acrescentos		(=) Valor cobrado

Pagador:  
CESAR AUGUSTO LANZARINI - CPF: 004.264.869-00  
RUA DOM PEDRO II 1250  
VILA AURORA - RONDONÓPOLIS/MT - CEP: 78740-384

Instruções:  
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO  
ART nº 2965786  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS CPF/CNPJ: 02.921.453/0001-86

Autenticação recibo

Corte na linha pontilhada

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.921.453/0001-86</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>07/01/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA GARCAS</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>AV SETE DE SETEMBRO</b>	NÚMERO <b>1535</b>	COMPLEMENTO <b>PX.AUTO PC.XAVANTES</b>	
CEP <b>78.770-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ALTO GARCAS</b>	UF <b>MT</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(065) 4711-463</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/06/2018** às **09:43:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

**Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

CNPJ: 02.921.453/0001-86  
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS  
CAPITAL SOCIAL:

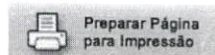
O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS MANOEL DO CARMO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/06/2018 às 09:43 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)





Menu Principal ▾

BOA NOITE  
carlos manael do carmoSistemas  
Interativos

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA GARCAS  
**CNPJ:** 02.921.453/0001-86

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:28:18 do dia 10/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

**Secretaria de Estado  
de Fazenda****Governo do Estado  
de Mato Grosso**

Data: 06/06/2018 - 08:55:42

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES  
FISCAIS - CNDI Nº 0022502415****CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS  
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS GERAIS**Data de emissão: **06/06/2018**Hora de emissão: **08:55:43**Certidão fornecida para o CNPJ/MF : **02.921.453/0001-86**Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CNDI, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, bem como dos seus sócios e demais empresas de cujo capital social aquele participe e da(s) sua(s) matriz e filiais.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI.

**OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.**

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet no endereço:  
[www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)

Certidão valida até: **05/07/2018**Código de Autenticação: **2U9UT9A2UK2BB29U**Página **1** de **1**[Retornar](#)

---

© Copyright 2001-2018 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 04/06/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**  
02.921.453/0001-86

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/06/2018

Data da última atualização do banco de dados: 04/06/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.XMIH.SBZY.BO4X.YX0S.3DV8**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02921453/0001-86  
**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS  
**Nome Fantasia:** RADIO COMUNITARIA GARCAS  
**Endereço:** AV SETE DE SETEMBRO 1535 PX AUTO PC XAVANTES / CENTRO /  
ALTO GARCAS / MT / 78770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/05/2018 a 21/06/2018

**Certificação Número:** 2018052306174005897620

Informação obtida em 06/06/2018, às 09:47:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**  
**CNPJ: 02.921.453/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:50:18 do dia 06/06/2018 <hora e data de Brasília>. Válida até 03/12/2018.

Código de controle da certidão: **9A27.8718.91BC.8D89**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.921.453/0001-86

Certidão nº: 151343063/2018

Expedição: 06/06/2018, às 09:47:41

Validade: 02/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.921.453/0001-86**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

**NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: 53900.049188/2015-00.

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alto Garças**, estado de **Mato Grosso**, apresentou requerimento de renovação da autorização (fl 2, evento SEI 1310183-Proc 53545.000744/2016-17), em 29/06/2016, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 17/06/2016. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo V da Portaria) e deve ser assinado <b>por todos os dirigentes</b> .
	Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. <b>Observação 1:</b> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria. <b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116

Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto Social adequado à Portaria nº 4334, de 2015, e ao Código Civil.	<p>Solicita-se especial atenção ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Indicar</b> a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão,</li> <li>- <b>Permitir</b> que a Assembleia Geral possa ser também convocada ao menos por 1/5 dos associados (<b>art.60 da Lei nº 10.406/2002-Código Civil</b>),</li> <li>- <b>Incluir</b> entre as competências da Assembleia Geral a de destituir a Diretoria,</li> <li>- <b>Determinar</b> que não seja feita a distribuição de bônus ou de eventuais sobras de receitas entre associados, bem como de qualquer outro tipo de pagamento/subsídio,</li> <li>- <b>Assegurar</b>, expressamente o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço,</li> <li>- <b>Assegurar</b>, o ingresso gratuito, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade,</li> <li>- <b>Limitar</b> o tempo de mandato dos membros da Diretoria Executiva a <b>4 anos</b>, e o número de reeleição da Diretoria ao máximo de <b>1(uma)</b>, isto é, <b>uma única recondução/reeleição a qualquer um dos cargos diretivos</b>,</li> <li>- <b>Especificar</b> no Estatuto Social a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art.40, V da Portaria; "fica instituído Conselho Comunitário que será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que</li> </ul>
---------------------------------------	--	--



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios - Bloco R,  
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 16601/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CARLOS MANOEL DO CARMO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS (CNPJ nº 02.921.453/0001-86)

Avenida Vereador Benedito-Ferreira de Moura, nº 120 - Centro

78.770-000 - Alto Garças - MT

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049188/2015-00.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9193/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@metic.gov.br](mailto:duvidasradcom@metic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madó, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/04/2018, às 12:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2920719** e o código CRC **8933C833**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16601/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049188/2015-00 - N° SEI: 2920719

		<p>bem como a grade de programação.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
Art. 130, § 1º, inciso VI	Declaração atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	<p>Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.</p> <p><b>Observação:</b> essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</p>
Art. 130, § 6º, inciso III	CNPJ válido e atual.	Enviar CNPJ válido e atual.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Enviar Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa à Seguridade Social.	Enviar Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, consultando o sítio da Dataprev.
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Enviar comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), consultando o sítio da Caixa Econômica Federal.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela	Enviar Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, consultando o

		<p>objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e demais dispositivos legais".</p> <p><b>Observação:</b> as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto (no Livro A, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, bem como as averbações de suas alterações, conforme art. 116 da lei nº 6.015, de 31/12/1973), no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>Cópia da Ata de eleição da atual Diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, constando todos os cargos previstos no Estatuto Social, <b>alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico, (art. 131, inciso III da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015).</b></p> <p><b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 130, § 1º, inciso IV	RG, CPF e número do título de eleitor de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia legível do RG e CPF, e o número do título de eleitor de todos os membros da Diretoria. Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p> <p><b>Observação:</b> Para o RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p>
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>A Entidade deverá encaminhar <b><u>relatório resumido do Conselho Comunitário, datado do ano de 2018</u></b>, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do Conselho, com a indicação das respectivas entidades</p>

	Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Enviar Certidão negativa de débitos trabalhistas, consultando o sítio da Justiça do Trabalho. OK
--	----------------------------	--	---

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Airton José Ruschel, Tecnologista**, em 25/04/2018, às 16:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2915562** e o código CRC **DF02649E**.

## Minutas e Anexos

Formulário Anexo V evento SEI 2915586

Referência: Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 2915562

**ANEXO V**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:					CNPJ:
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					
Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)      "      "			
	Longitude:	° W      "      "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53545.000679/2018-83

**Importante:** O Acesso Externo do SEI ([www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno](http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno)) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do

SEI: [www.anatel.gov.br/seipesquisa](http://www.anatel.gov.br/seipesquisa)

Ofício nº 91/2018/SEI/UO071/GR07/SFI-ANATEL

À Senhora

INALDA CELINA MADIO

Coordenadora-Geral

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária /MCTIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar, Esplanada dos Ministérios

CEP: 70044-900 – Brasília/DF

Assunto: **Encaminha documento**

Senhora Coordenadora,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria o processo nº 53545.000679/2018-83, em consequência do recebimento indevido, nesta Unidade da Antel, do Ofício nº 3/2018/ASSG, Sei nº 2852125;

Anexos: I - Processo nº 53545.000679/2018-83

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **José Praxedes Pereira da Silva, Gerente da Unidade Operacional no Estado de Mato Grosso**, em 18/06/2018, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2852125** e o código CRC **9B5CA31E**.





## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **ASSOCIACAO COMUNITARIA GARCAS**

**CNPJ:**           **02.921.453/0001-86**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:09:13 do dia 22/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.921.453/0001-86

Certidão nº: 171309867/2019

Expedição: 23/04/2019, às 09:48:35

Validade: 19/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.921.453/0001-86**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

## **NOTA TÉCNICA Nº 6002/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.049188/2015-00.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alto Garças**, estado de **Mato Grosso**, apresentou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 1310183 fl 2 do Proc 53545.000744/2016-17), em 29/06/2016, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 17/06/2016. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

### **ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			Enviar relatório, datado do ano de <b>2019</b> , elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Portaria.</p> <p>A ata enviada informou que somente 4 conselheiros participaram, quando o necessário são <b>5 conselheiros</b>.</p> <p><u>Os membros da diretoria executiva não podem assinar o relatório.</u></p> <p><b>Observação:</b> o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 130, § 6º, inciso III	CNPJ válido e atual.	Enviar CNPJ válido com o <b>endereço da sede atualizado</b> (conforme consta no Requerimento de Renovação de Outorga), consultando o sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil.
	Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Enviar certidão negativa de débitos do FGTS, <b>e que conste o endereço da sede atualizado</b> , consultando o sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal,.
	Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Enviar Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, consultando o sítio eletrônico da Receita Federal

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 24/04/2019, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/04/2019, às 19:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4092036** e o código CRC **0B00E77A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária  
Divisão de Processos de Rádio Comunitária  
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 14378/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Ao Senhor

CARLOS MANOEL DO CARMO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS (CNPJ nº 02.921.453/0001-86)

Avenida Vereador Benedito Ferreira de Moura, nº 120 - Centro

78.770-000 - Alto Garças - MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6002/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos

poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/04/2019, às 19:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4111119** e o código CRC **F2B6D3FE**.

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 4111119

**Data de Envio:**

02/05/2019 17:16:15

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

integracaofmag@hotmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.049188/2015-00

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente  
via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_4111119.html  
Nota\_Tecnica\_4092036.html



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.921.453/0001-86</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>07/01/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO COMUNITARIA GARCAS</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV VEREADOR BENEDITO FERREIRA DE MOURA</b>	NÚMERO <b>120</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>78.770-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NOVO HORIZONTE</b>	MUNICÍPIO <b>ALTO GARCAS</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>INTEGRACAOFMAG@HOTMAIL.COM</b>		UF <b>MT</b>
TELEFONE <b>(66) 3471-2440</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/10/2019** às **13:27:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS**  
**CNPJ: 02.921.453/0001-86**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:41:24 do dia 08/08/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/02/2020.

Código de controle da certidão: **728C.5137.32B1.D4F7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02.921.453/0001-86

**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS

**Endereço:** AV SETE DE SETEMBRO 1535 PX AUTO PC XAVANTES / CENTRO / ALTO GARCAS / MT / 78770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/09/2019 a 12/10/2019

**Certificação Número:** 2019091304172240992098

Informação obtida em 01/10/2019 12:18:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

## RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, 29/04/2019

Aos (29) vinte e nove dias do mes de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, Reuniram-se no escritório de contabilidade de propriedade do Sr. Joaquim Miguel Dourado, lacializado na Av. 7 de Setembro nº. 284-centro, a diretoria do conselho comunitário, onde o presidente do conselho Sebastião Carlos de Oliveira iniciou a fala cumprimentando e agradecendo a todos presentes e passou a apresentação das prestações de contas apresentadas pela emissora Associação Comunitária Cultural Garças referente ao ano de 2018, CNPJ. 02.921.453/0001-86, localizada na Av. Vereador Benedicto Ferreira de Moura nº. 120, Vila Novo Horizonte. Após a apreciação das despesas o presidente informou aos demais que o Miltom Gomes Gonçalves se mudou de cidade de Alto Garças para Rondonópolis, e portanto teria que ser substituído por outro membro, onde o sr José Miltom Breteinbach, representante do sindicato patronal rural fará parte do conselho cumunitário da Associação Comunitária Cultural Garças, seu José Miltom agradeceu a indicação do seu nome para fazer parte do conselho. Logo em seguida teceram comentários relativo a programação da emissora, ninguém manifestou contrário, apenas afirmarão que o quadro de programação esta conforme a expectativa, dentro das possibilidades que o municipio oferece atualmente tendo a grade de programação hoje existente na rádio descrita logo abaixo. O presidente com a palavra agradeceu a todosos conselheiros. E nada mais havendo encerro a presente ata. E em seguida eu LORI FREIER que secretariei, lavrei e efetuei a leitura do presente, que será





devidamente assinada por todos presentes: SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA (presidente); JOSE MILTOM BREITENBACH (2º. Secretário); PAULO FRANCISCO FACCO (tesoureiro); LORI FREIER (secretária); JOAQUIM MIGUEL DOURADO (vice-presidente); FERNANDA WALESKA COSTA COUTO.

#### Grade de programação


HORÁRIO	PROGRAMA	PROGRAMAÇÃO
05h:00min às 06h:30min	Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
06h:30min às 06h:35min	Mais que vencedores	Programa gravado com passagens biblicas
06h:40min às 08h:00min	Alvorada sertaneja	Músicas sertanejas (modão)
08h:00min às 11h:30min	Show da manhã	Toca todos os ritmos musicais.
09h:00min às 09h:05min	Oração da manhã	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
09h:06min às 11h:30min	Show da manhã	Toca todos os ritmos musicais.
11h:30min às 12h:00min	Jornal da Integração	Noticias nacionais, estaduais e regionais


12h:30min às 15h:00min	Programa Bem Brasil	Toca MPB
15h:00min às 15h:30min	Hora da misericórdia	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
15h:30min às 17h:40min	Fim de tarde sertaneja	Músicas sertanejas universitárias e modão
17h:45min às 17h:50min	Oração da tarde	Programa gravado padre Reginaldo Manzotti
17h:50min as 18h:00min	Hora da Ave Maria	Programa gravado por padre local
18h:00min às 19h:00min	Voz do Brasil	Transmitido pela televisão canal 56.
19h:00min às 23h:00min	Amor sem fim	Musicas românticas
todas as segundas feiras a partir das 19h:00min o programa amor sem fim sofre uma interrupção para a transmissão ao vivo sessões da Câmara Municipal De Alto Garças.		

  
**SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA**  
 PRESIDENTE  
 (REP. LOJA MAÇONICA CONS.BONITO)

  
JOAQUIM MIGUEL DOURADO  
VICE – PRESIDENTE  
(REP. ROTARY ALTO GARÇAS)

  
LORI FREIER  
PRIMEIRA SECRETÁRIA  
(REP. CASA DA AMIZADE ALTO GARÇAS)

  
JOSÉ MILTON BREITENBACH  
SEGUNDO SECRETÁRIO  
(REP. SINDICATO PATRONAL RURAL)

  
PAULO FRANCISCO FACCO  
TESOUREIRO  
(REP. CTG TROPEIROS DA SAUDADE)

**Data de Envio:**

03/10/2019 14:01:13

**De:**

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

viviane.domingues@mctic.gov.br

airton.ruschel@mctic.gov.br

**Assunto:**

Informação sobre existência de PAI processo 53900.049188/2015-00

**Mensagem:**

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga&#8203;.

Processo nº: 53900.049188/2015-00

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária Cultural Garças , autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças / MT, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 03/10/2019 14:46:02

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

UF: MT  
Município: Alto Garças  
Canal: 200  
Fase: 3

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:

### Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
Nome Fantasia: INTEGRAÇÃO FM  
Logradouro: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Telefone: (00) 0000000000  
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.921.453/0001-86  
Bairro: CENTRO  
Número: 120  
Fax: Não Informado

### Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

CNPJ: 02921453000186

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS  
Tipo de Usuário: Integral

#### Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 78770000  
Número: 120  
Município: Alto Garças  
Telefone: 00 0000000000  
Logradouro: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: MT  
Fax:

#### Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 78770000  
Número: 120  
Município: Alto Garças  
Telefone:    
Logradouro: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: MT  
Fax:    
E-mail:

### Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 17/07/2006

Data Limite Instalação: 17/01/2007

Número do Processo: 536900000231999

Fistel: 50013840282

Caixa:

Sequência:

### Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	559		Portaria	MC	05/11/2003	10/11/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	49452		ATO	SCM	02/03/2005	03/03/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	318		Decreto Legislativo	CN	14/07/2006	17/07/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	60198		ATO	CMPRL	15/08/2006	16/08/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

### Característica da Estação Instalada

#### » Endereços

### Estação Transmissora

#### Endereço

País: [Brasil](#)  
 Cep: 78770000 Logradouro: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
 Número: 120 Complemento: Bairro: CENTRO UF: MT  
 Município: Alto Garças Distrito: SubDistrito:

### Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude:  Longitude:  Raio:

### Coordenadas Geográficas Estação

Latitude:  Longitude:   
 Distância ao Centro do Município:  Km  
 Azimute:  (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

### Informações da Estação

Cota Base Torre:  m  
 Raio da Área de Serviço:  km

#### ☐ Estúdio Principal

País: [Brasil](#)  
 Cep: 78770000 Logradouro: AVENIDA BENEDITO FERREIRA DE MOURA  
 Número: 120 Complemento: Bairro: CENTRO UF: MT  
 Município: Alto Garças Distrito: SubDistrito:

#### » Estação Principal

- ☐ Antena Principal
- ☐ Transmissor Principal
- ☐ Linha Transmissão

#### » Potência Efetiva Irradiada

#### ☐ Potência Irrradiada


#### » Número do Processo e Observações Gerais

#### ☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria:  .  /  Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF:  .  /  Ex.:

Observação:

 Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

#### ☐ Dados do Licenciamento

#### Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS - CNPJ/CPF (02.921.453/0001-86) Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)  
 Município/UF: ALTO GARÇAS/MT Canal: 200  
 Indicativo: ZYT667  

<b>Dia Início</b>	<b>Dia Fim</b>	<b>Hora Início</b>	<b>Hora Fim</b>	<b>X</b>
<input type="text" value="Domingo"/>	<input type="text" value="Sábado"/>	<input type="text" value="05:00"/>	<input type="text" value="24:00"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53900.049188/2015 Localidade / UF: ALTO GARÇAS/MT  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS  
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 200

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Ruth Pinto de Oliveira Souza	460.009.091-87	1º Secretário	22/04/2016 22/04/2020	
Reinaldo Zefeld	198.303.439-87	2º Tesoureiro	22/04/2016 22/04/2020	
carlos manoel do carmo	124.100.711-04	Presidente	22/04/2016 22/04/2020	(66) 999542016 (66) 34712440
Valdenor José Rodrigues	202.891.380-00	Vice-Presidente	22/04/2016 22/04/2020	
Mauro Evandro Facco	484.509.100-30	2º Secretário	22/04/2016 22/04/2020	
Nivaldo José Fregoneze	302.126.699-15	1º Tesoureiro	22/04/2016 22/04/2020	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo de renovação de outorga digitalizado 53900.049188/2015-00  
Req. renovação Anexo 5: 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9  
Req. renovação anterior: 53545.000744/2016-17 SEI 1310183 fl 2  
Estatuto Social: 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 12-27  
Ata de Eleição: 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 33-35  
Comprov. maior. e nacion: 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 36-45  
Declaração conformidade: 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9  
CNPJ: 53900.049188/2015-00 SEI 4689943 fl 1  
CND Anatel: 53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1  
Rel. Conselho Comunitário: 53900.049188/2015-00 SEI 4700220 fl 1-4  
CND RFB: 53900.049188/2015-00 SEI 4689950 fl 1  
CND FGTS: 53900.049188/2015-00 SEI 4689978 fl 1  
CND TST: 53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1  
Consulta Criminal e Eleitoral no TRF1-MT-Rondonópolis: NC para todos  
Consulta TSE: sem vínculo para todos.  
Rel. SRD: 53900.049188/2015-00 SEI 4701039 fl 1-2  
Consulta Criminal e Eleitoral no TRF1-MT-Rondonópolis: NC para todos  
Consulta TSE: sem vínculo para todos.  
Aíron José Ruschel  
URSC-03/10/2019

AIRTON JOSE RUSCHEL

Processo nº: **53900.049188/2015-00.**

Entidade: **Associação Comunitária Cultural Garças.**

Assunto: **Pesquisa de Processos de Apuração de Infração.**

Da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que não consta(m) PAIs, concluído(s) ou em trâmite, atribuídos à entidade.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

## NOTA TÉCNICA Nº 18675/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049188/2015-00.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária Cultural Garças**, na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, por meio da Portaria nº 559, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10/11/2003, e Decreto Legislativo nº 318, publicado no DOU de 17/07/2006.

### ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 17/07/2016. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 29/06/2016, cf. proc. 53545.000744/2016-17 evento SEI 1310183 à fl. 2, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
Associação Comunitária Cultural Garças
QUADRO DIRETIVO

Presidente: Carlos Manoel do Carmo  
 Vice-Presidente: Valdenor José Rodrigues  
 1º Secretário: Ruth Pinto de Oliveira Souza  
 2º Secretário: Mauro Evandro Facco  
 1º Tesoureiro: Nivaldo José Fregoneze  
 2º Tesoureiro: Reinaldo Zefeld

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo; Requerimento Anexo 5.	53545.000744/2016-17 SEI 1310183 fl 2; 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 12-27
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 33-35
4	Comprovantes de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 36-45
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	53900.049188/2015-00 SEI 4700220 fl 1-4
	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos	

6	em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	53900.049188/2015-00 SEI 4689943 fl 1
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	53900.049188/2015-00 SEI 4689978 fl 1
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	53900.049188/2015-00 SEI 4689950 fl 1
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1
12	Relatório de apuração de infrações.	53900.049188/2015-00 SEI 4701759 fl 1
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (TRF1-Mato Grosso-Rondonópolis), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral não foi encontrado vínculo político dos dirigentes.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4700289).

À consideração superior.

### MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049188/2015-00, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX,

XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.  
[Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000023/1999-54 e nº 53900.049188/2015-00, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 10/10/2019, às 09:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/10/2019, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 16/10/2019, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 18/10/2019, às 08:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701783** e o código CRC **A544E809**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 4701783

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.049188/2015-00

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

**Assunto:** Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria, bem como de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC (4701783) e do Parecer nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4700289), manifesto-me de acordo à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 04/11/2019, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4763321** e o código CRC **526F74AE**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 4763321



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

### PORTARIA Nº 5636/2019/SEI-MCTIC de 18 de outubro de 2019

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000023/1999-54 e nº 53900.049188/2015-00, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 08/11/2019, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4757318** e o código CRC **0A7AB1E2**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 11/11/2019 17:52:51  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5595749  
**Data prevista de publicação:** 12/11/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12188267	ATO PORTARIA Nº 5880 MIN.rtf	c4bac4151dc5ca3c dbab7dcb8324afce	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12188268	ATO PORTARIA Nº 5881 MIN.rtf	98f54395f3972612 e9de0dc6676cbead	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12188269	ATO PORTARIA Nº 6042 MIN.rtf	3b7e5ee81215efa2 cc3edf4bc96a75b3	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188270	ATO PORTARIA Nº 6044 MIN.rtf	f164122d5f99555b be813952107be392	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188271	ATO PORTARIA Nº 6045 MIN.rtf	d24de583694b7988 10af1614316c72b6	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188272	ATO PORTARIA Nº 5589 MIN.rtf	db9bc7306ec4a8ec cebf590eb18e982c	15,00	R\$ 495,60
	<b>Total da matéria</b>		<b>15,00</b>	<b>R\$ 495,60</b>
12188273	ATO PORTARIA Nº 5635 MIN.rtf	00807faedad8ecb8 3c089c0afdfc9a41	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188274	ATO PORTARIA Nº 5636 MIN.rtf	97125a4a12738878 6450a39fa8830101	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188275	ATO PORTARIA Nº 5637 MIN.rtf	97e6145288c4910b f30c4d91787ae935	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188276	ATO PORTARIA Nº 5644 MIN.rtf	5a23c16825c37992 fedd10f9c18dae79	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
12188277	ATO PORTARIA Nº 5658 MIN .rtf	8c4bea3435f9062c 091c56874ee31a80	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>

12188278	ATO PORTARIA Nº 5712 MIN.rtf	1540c632f4a1f0ed 250c9ccae2fbb07f	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12188279	ATO PORTARIA Nº 5816 MIN.rtf	cff0247ef61c2496 5b0df4876ece32e2	5,00	R\$ 165,20
	<b>Total da matéria</b>		<b>5,00</b>	<b>R\$ 165,20</b>
12188263	ATO PORTARIA Nº 5583 MIN.rtf	fc86c640288ac34e 747ce4bf5f8ade01	5,00	R\$ 165,20
	<b>Total da matéria</b>		<b>5,00</b>	<b>R\$ 165,20</b>
12188264	ATO PORTARIA Nº 5818 MIN.rtf	4bdd1900b2ee1bc0 40c346036ffcfb03	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188265	ATO PORTARIA Nº 5863 MIN.rtf	ba2c7796dc979941 a6eb05f08d0496e5	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
12188266	ATO PORTARIA Nº 5878 MIN.rtf	c43f1616741d109f d289b686b9c1d5c0	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>116,00</b>	<b>R\$ 3.832,64</b>

Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.372-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, em combinação ao Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000902/2000-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 26787/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Monte Sião, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.583-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.050325/2019-72, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, o canal 40 (quarenta), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, no município de Itapetininga/SP, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.589-SEI, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, que contém regras para instalação de estação transmissora, estúdios e centros de produção de programas.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e na Portaria nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, do então Ministério das Comunicações, resolve:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º, e o § 2º do artigo 4º da Portaria nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, do então Ministério das Comunicações, passam a vigorar com as seguintes redações/alterações:

Art. 1º A Estação Transmissora de emissora de radiodifusão deve ser instalada em local que assegure o atendimento aos requisitos mínimos de cobertura da localidade de outorga, estabelecidos nas correspondentes normas técnicas dos serviços.

§ 1º A Estação Transmissora é constituída, basicamente, dos equipamentos de transmissão e dos respectivos sistemas irradiantes, necessários para assegurar a prestação do serviço correspondente.

§ 2º A Estação Transmissora deve ser instalada na localidade constante do ato de outorga, podendo o Poder Concedente autorizar a instalação em outro local, mediante avaliação de estudo que indique a necessidade da instalação no local proposto e o atendimento aos critérios de cobertura da localidade objeto da outorga, conforme descrito no caput."

Art. 2º Os Estúdios Principal e Auxiliar de emissora de radiodifusão podem se situar em localidade diferente daquela para a qual o serviço foi outorgado, dentro do território nacional, desde que não comprometa a geração de conteúdo local na localidade de outorga.

§ 1º Os Estúdios Principal e Auxiliar somente poderão entrar em operação após emissão de nova licença de funcionamento que contenha as informações atualizadas sobre os endereços dos estúdios e da estação transmissora.

§ 2º Somente poderão solicitar Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), na modalidade Ligação para Transmissão de Programas, as entidades que instalem o Estúdio Principal no município da outorga, na mesma Região Metropolitana (RM) ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) legalmente definidas, ou em município limítrofe ao município constante do ato de outorga."

Art. 4º .....

.....

§ 2º Parte da programação da emissora de radiodifusão poderá ser oriunda de Centro de Produção de Programas.

....."

Art. 2º Revogar o artigo 3º da Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.710-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e o que consta do Processo nº 53000.034334/2011-12, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 26076/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01275/2018 da Consultoria Jurídica, atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Extinguir, a pedido, da Brascan Natural Resources S/A (anteriormente denominada Companhia de Mineração Jacundá Ltda.), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 04.359.766/0003-80, a partir de 29 de junho de 2011, as autorizações para execução dos serviços de retransmissão de televisão, mediante utilização dos canais 3 (três), 7 (sete) e 13 (treze), em caráter secundário, no município de Porto Velho (distrito de Santa Bárbara e Santa Maria), estado de Rondônia, outorgadas por intermédio dos seguintes atos:

PORTARIA	DATA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
63	6 de setembro de 1989	26 de setembro de 1989
34	16 de outubro de 1987	10 de novembro de 1987
32	16 de outubro de 1987	10 de novembro de 1987

Art. 2º A extinção de que trata o parágrafo 1º não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.635-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.006951/2005 e nº 01250.076504/2017-78, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de julho de 2018, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Península Norte, CNPJ nº 07191495/0001-22, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brasília/DF.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.636-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000023/1999-54 e nº 53900.049188/2015-00, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.637-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000112/2002 e nº 53900.049340/2015-46, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena, CNPJ nº 04.906.370/0001-43, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marilena, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.644-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 113, parágrafo 1º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.022537/2014-57, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 09/10/2013, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO FM EDUCADORA ITAGUARY NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São Sebastião da Boa Vista, estado do Pará, por meio do canal 263E, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 696, de 21 de novembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2001, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 661, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2003.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.658-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000444/1998-18 e nº 53900.025994/2014-01, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de novembro de 2014, a autorização outorgada ao Centro Comunitário de Jacundá, CNPJ nº 04.302.782/0001-74, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jacundá, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.049188/2015-00**.

Entidade: **Associação Comunitária Cultural Garças**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 5636, de 18 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12/11/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária Cultural Garças** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.049188/2015-00, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/12/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4855358** e o código CRC **710CD4F4**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 4855358

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53900.049188/2015-00
<b>Interessado:</b>	Associação Comunitária Cultural Garças
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	02.921.453/0001-86
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	MT
<b>Localidade:</b>	Alto Garças
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária**, em 21/11/2019, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4855370** e o código CRC **55C4275D**.

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

SEI nº 4855370

Brasília, 8 de Janeiro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049188/2015-00, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5.636-SEI, de 8 de Novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo  
Impresso em 08/01/2020 11:13

Termo(s): 00015 2020  
NUP:  
Origem:  
Co-Autores:  
Destinatário:  
Tipo de Documento:  
Data Inicial:                      Data Final:  
Fluxo/Etapa:  
Conteúdo:  
Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00015 2020 Alto Garças/MT - Renov/RADCOM - Associação Comunitária Cultural Garças	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 639/2020/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

Lara Litvin Villas Boas  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/01/2020, às 14:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5033353** e o código CRC **67267A42**.

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Pedro Paulo Verano de Souza
<b>IP utilizado:</b>	200.130.17.1
<b>Data e Horário:</b>	16/01/2020 09:07:52
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Processo Novo
<b>Número do Processo:</b>	00001.000280/2020-06
<b>Interessados:</b>	
	Pedro Paulo Verano de Souza
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
<b>- Documento Principal:</b>	
- Requerimento Renovação de outorga	1669196

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 8 de Janeiro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049188/2015-00, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5.636-SEI, de 8 de Novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900  
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.

A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I.**

**Preliminarmente**

Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.

Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº

4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

## **II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses

antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*

Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

- (1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;
- (2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- (3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- (4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;
- (5) último relatório do Conselho Comunitário;
- (6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inexistência de inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### **III - Conclusão**

Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

### **ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		
		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.		
1.1.	O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?		
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.		
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.		
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.		
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.		
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.		
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.		
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.		
9	Relatório de apuração de infrações.		
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de		

	irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		
--	--	--	--

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES - MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

**NOTA TÉCNICA Nº 18675/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.049188/2015-00.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária Cultural Garças**, na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, por meio da Portaria nº 559, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10/11/2003, e Decreto Legislativo nº 318, publicado no DOU de 17/07/2006.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 17/07/2016. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 29/06/2016, cf. proc. 53545.000744/2016-17 evento SEI 1310183 à fl. 2, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
Associação Comunitária Cultural Garças
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Carlos Manoel do Carmo Vice-Presidente: Valdenor José Rodrigues 1º Secretário: Ruth Pinto de Oliveira Souza 2º Secretário: Mauro Evandro Facco 1º Tesoureiro: Nivaldo José Fregoneze 2º Tesoureiro: Reinaldo Zefeld

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo; Requerimento Anexo 5.	53545.000744/2016-17 SEI 1310183 fl 2; 53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a conteúdo às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 12-27
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 33-35
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 36-45
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	53900.049188/2015-00 SEI 4700220 fl 1-4
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	53545.000679/2018-83 SEI 3078087 fl 5-9
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	53900.049188/2015-00 SEI 4689943 fl 1
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de	53900.049188/2015-00 SEI 4689978 fl 1

	Serviço (FGTS).	
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	53900.049188/2015-00 SEI 4689950 fl 1
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	53900.049188/2015-00 SEI 4087947 fl 1
12	Relatório de apuração de infrações.	53900.049188/2015-00 SEI 4701759 fl 1
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (TRF1-Mato Grosso-Rondonópolis), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral não foi encontrado vínculo político dos dirigentes.

## CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4700289).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049188/2015-00, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000023/1999-54 e nº 53900.049188/2015-00, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, CNPJ nº 02.921.453/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista em Ciência e Tecnologia**, em 10/10/2019, às 09:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/10/2019, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 16/10/2019, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 18/10/2019, às 08:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701783** e o código CRC **A544E809**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 16 de janeiro de 2020.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: Alto Garças/MT - Renov/RADCOM - Associação Comunitária Cultural Garças

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 15 2020 MCTIC.

Francisco de Assis Alves da Silva  
Assistente DAS



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Alves da Silva, DAS**, em 16/01/2020, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1670043** e o código CRC **2C726035** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 25 de abril de 2020.

**C E R T I D ã O**

**Processo nº 53900.049188/2015-00.**

Brasília, 25 de abril de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53900.049188/2015-00, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 00015/2020-MCTIC
- Tipo de Serviço:
  - ☒ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
  - ☐ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
  - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
  - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga

- Entidade:

Associação Comunitária Cultural Garças

- CNPJ nº:

02.921.453/0001-86

- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga:

18675/2019/SEI-MCTIC

- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga:

1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

- Portaria MCTIC nº: 5636, de \_08\_/\_novembro\_/\_2019\_\_\_\_, que renova a outorga a partir de \_17\_/\_julho\_/\_2016\_\_\_\_.

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU:

12 de Novembro de 2019

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

À consideração superior,

Erick Vinícius Leal Gonçalves  
Estagiário  
Centro de Estudos Jurídicos  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Erick Vinicius Leal Gonçalves, Estagiário(a)**, em 25/04/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1851730** e o código CRC **DB4FFA66** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Casa Civil**  
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 554/2020/AS/SAINF/SAG

Assunto: **Renovação da Outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças/MT**

Interessado: **Associação Comunitária Cultural Garças (CNPJ: 02.921.453/0001-86)**

Referência: **EM nº 00015/2020 MCTIC, de 08/01/2020 – Processo nº 53900.049188/2015-00**

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 5.636-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019](#), que renova a outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alto Garças/MT, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/07/2016, para a Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 02.921.453/0001-86, de acordo com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19/02/1998[2], e nos termos do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária[3].
2. A Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, de 10/10/2019 (1670041), registra que a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária[4] posiciona-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária Cultural Garças e atesta que os documentos instrutórios do pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério nos termos do Parecer Referencial nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 28/12/2016 (1670040)[5].
3. Considerando a manifestação do órgão técnico do Ministério e o *check-list* constante do **item 3** da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, com o registro da completa instrução do processo, não se identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[6], uma vez que o ato de renovação de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral.

Brasília/DF, 03 de junho de 2020.

À consideração superior,

**CARLOS JORGE DA SILVA JUNIOR**  
Estagiário

**EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO**  
Assessor

De Acordo,

**JOSÉ CRUZ FILHO**  
Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral,

**RODRIGO PEREIRA DE MELLO**  
Subchefe Adjunto Executivo

[1] Publicada no DOU de 12/11/2019.

[2] Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 03/06/1998](#).

[4] Unidade do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, que detém a competência de coordenar os procedimentos para obtenção, renovação e revisão de outorgas do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos do inciso III, do art. 63 da [Portaria GM/MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019](#), que aprova os Regimentos Internos dos órgãos do MCTIC.

[5] Aprovado pelo Despacho nº 03085/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, de 30/12/2016, do Consultor Jurídico Adjunto junto ao Ministério das Comunicações (Processo SEI-MCTIC nº 01250.011668/2016-79).

[6] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31/10/1963](#), com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, ASSESSOR**, em 03/06/2020, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto ( DAS 101.5)**, em 04/06/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira de Mello, Subchefe Adjunto Executivo**, em 05/06/2020, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1923926** e o código CRC **9030407F** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)  
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)  
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53900.049188/2015-00 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53900.049188/2015-00.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970703** e o código CRC **C65D9E08** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 6 de julho de 2020.

**ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DA EXM 15 2020 MCTIC**

Informa a devolução da Exposição de Motivos via SIDOF, de ordem da SAAL, para reavaliação do novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

**HUGO VINÍCIUS ALVES**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 06/07/2020, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1986252** e o código CRC **C02D141A** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **CARLOS MANOEL DO CARMO**, Título Eleitoral: **0015 7205 1899**, CPF: **124.100.711-04**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **ycwgBflxdxCvCx CzumnOuREXyM8=**  
Certidão emitida em 17/03/2022 11:57:31

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **MAURO EVANDRO FACCO**, Título Eleitoral: **0130 9323 1813**, CPF: **484.509.100-30**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **2RC6orD+WjTiLtQoM2ILfHChKnk=**  
Certidão emitida em 17/03/2022 12:59:25

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **NIVALDO JOSE FREGONEZE**, Título Eleitoral: **0217 2627 1821**, CPF: **302.126.699-15**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **3xd6hrZLTRirIVwy8Mr+wyUQeZ8=**  
Certidão emitida em 17/03/2022 12:51:27

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **REINALDO ZEFELD**, Título Eleitoral: **0016 2724 1848**, CPF: **198.303.439-87**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **DEdmxF9zA5o41QjLjc8amigOpLQ=**  
Certidão emitida em 17/03/2022 12:56:36

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **RUTH PINTO DE OLIVEIRA SOUZA**, Título Eleitoral: **0047 1716 1830**, CPF: **460.009.091-87**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **7VZUV3m8d0Zf59qpQlm9EaXr81c=**  
Certidão emitida em 17/03/2022 12:58:33

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **VALDENOR JOSE RODRIGUES**, Título Eleitoral: 0065 5830 1856, CPF: 202.891.380-00, como membro do(a):

- **ÓRGÃO PROVISÓRIO** de abrangência **MUNICIPAL** do **PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO(PSD)** de **ALTO GARÇAS/MT**, com exercício no período de **30/09/2011 a 30/03/2012 (TESOUREIRO)**.

Código de Validação 7Jh5AuJKIbplx1kzouPKnNqbgB0=  
Certidão emitida em 17/03/2022 12:48:04

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

# **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 5030/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53900.049188/2015-00**

**INTERESSADO(A): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**

**ASSUNTO: MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, em que já houve a renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Alto Garças, estado do Mato Grosso, referente ao período de 17 julho de 2016 até 17 de julho de 2026, conforme Portaria (SEI nº 4841214) publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2019 (SEI nº 4841214).
2. Os autos foram devolvidos pela Casa Civil da Presidência da República devido a mudança do titular da pasta ministerial para avaliação e adequação.

### **ANÁLISE**

3. Em virtude da mudança de titularidade no Ministério das Comunicações, os autos foram restituídos pela Casa Civil da Presidência da República em 09 de setembro de 2020, para fins de adequação da exposição de motivos, o que ensejou a confecção de nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10841445).
4. Considerando, portanto, que a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações já encerrou e, principalmente, que já houve o ato de renovação pelo Ministro de Estado das Comunicações à época, Portaria 5.636 (SEI nº 4841214) publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2019 (SEI nº 4841214), propõe-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para ciência e posterior submissão tanto ao Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica quanto ao gabinete do Ministro de Estado das Comunicações com a nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10841445).

### **CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:
  - a) envio dos autos ao Gabinete do **Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 10841445) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial; e,
  - b) remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
6. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.
7. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida

notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Icaro Rocha Ribeiro de Souza**, Técnico de Nível Superior, em 27/04/2023, às 10:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 27/04/2023, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 28/04/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10840502** e o código CRC **F2457ED7**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049188/2015-00

Documento nº 10840502

**MINUTA DE**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº / /MC

Brasília,      de                      de 2023.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.049188/2015-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC (SEI 4701783), chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.636, de 2019, publicada em 12 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, nos termos da Portaria nº 559, de 10 de novembro de 2003, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 318, publicado em 06 de julho de 2006, vinculada ao FISTEL nº 50013840282, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Alto Garças, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Icaro Rocha Ribeiro de Souza**, Técnico de Nível Superior, em 27/04/2023, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, Coordenador de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 27/04/2023, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 28/04/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10841445** e o código CRC **8DEE4372**.

---

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

Documento nº 10841445

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53900.049188/2015-00

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS

**Assunto:** MUDANÇA DE TITULARIDADE. NOVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA DE RENOVAÇÃO JÁ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 5030 (10840502), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para apreciação da nova minuta de Exposição de Motivos (10841445) indicando adequadamente a nova titularidade da pasta ministerial, e posterior remessa à Casa Civil da Presidência da República, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o subsequente encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Solicita-se, ainda, o encaminhamento dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Após, arquivem-se os autos nesta unidade administrativa, até que ocorra a devida notificação a este Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, devendo ser enviados posteriormente os autos ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 11/05/2023, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10883436** e o código CRC **D39A3823**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Exposição de Motivos (10841445)

**Referência:** Processo nº 53900.049188/2015-00

Documento nº 10883436

Brasília, 15 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.049118/2015-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.636, de 2019, publicada em 12 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, nos termos da Portaria nº 559, de 10 de novembro de 2003, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 318, publicado em 06 de julho de 2006, vinculada ao FISTEL nº 50013840282, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Alto Garças, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10904789** e o código CRC **0835F04A**.

Ofício Interno nº 35758/2023/MCOM

Brasília, 15 de maio de 2023

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10904789)**

Senhor Chefe de Gabinete,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 5030/2023/SEI-MCOM (10840502), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10904789), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10904896** e o código CRC **B8F30EF8**.

Ofício Interno nº 37089/2023/MCOM

Brasília, 07 de junho de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10904789)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB\_MCOM (10883436), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10904789), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 07/06/2023, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10945720** e o código CRC **829BA29A**.

Brasília, 07 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53900.049118/2015-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.636, de 2019, publicada em 12 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, inscrita no CNPJ nº 02.921.453/0001-86, nos termos da Portaria nº 559, de 10 de novembro de 2003, ambas chanceladas pelo Decreto Legislativo nº 318, publicado em 06 de julho de 2006, vinculada ao FISTEL nº 50013840282, para executar, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Alto Garças, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 15990/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.049188/2015-00.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 13/06/2023, às 19:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10951658** e o código CRC **E489DE6F**.

## Recibo Eletrônico de Protocolo - 4792629

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Helenucia Bezerra de Araujo
<b>Data e Horário:</b>	01/12/2023 19:04:08
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	53900.049188/2015-00
<b>Interessados:</b>	Rádiodifusão Comunitária, Alto Garças - MT
<b>Protocolos dos Documentos (Número SEI):</b>	
- Documento Renovação de Outorga - OFÍCIO Nº 15990	4792628

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.049188/2015-00

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 118 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação da outorga de rádio comunitária (RadCom). Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo nº:</b>	53900.049188/2015-00

Senhor Secretário Especial Adjunto,

**I - RELATÓRIO**

- Trata-se do processo nº 53900.049188/2015-00, que **renova** a autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS**NPJ nº 02.921.453/0001-83, na localidade de **Alto Garças/MT**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [\[1\]](#) e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar** concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- No exercício da competência que lhe confere o art. 6º da Lei nº 9.612/1998, o MCOM outorgou originalmente a autorização, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal autorização, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comunitária.
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para renovar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo a partir do qual encontra-se renovada a outorga do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida ou renovada pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a renovação da outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial **o ato** do Ministro das Comunicações **que renova a outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
9. Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e sujeitos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
10. A Lei nº 9.612/1998 estabelece que compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de 10 anos, e prevê a possibilidade de renovação desta autorização por igual período, se cumpridas as exigências legais vigentes.
11. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades educativas e culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 9.612/1998, com o Decreto nº 2.615/1998 e legislação complementar.
12. A entidade que desejar a renovação da outorga deve dirigir requerimento para tal finalidade ao MCOM, entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, de acordo com o art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998. Aponta-se que, na hipótese de o trâmite burocrático do Poder Concedente demorar mais do que o previsto, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário enquanto não haja manifestação sobre o pedido de renovação, conforme previsto no § 1º do mencionado dispositivo legal. Em seguida, a Lei destaca que a autorizada com funcionamento precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço.
13. No que tange à competência, o Anexo ao Decreto nº 2.615/1998 (art. 9º, II), determina que a renovação da outorga para a execução do serviço será expedida pelo Ministério, observados os requisitos da Lei nº 9.612/1998. O mesmo Decreto indica que a outorga (e renovação) de serviços de radiodifusão comunitária será feita através de **autorização**.
14. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de renovação. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a renovação outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise, tendo a outorgada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo.
15. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de renovação da outorga.
16. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963) indica<sup>[2]</sup> a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
17. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*<sup>[3]</sup>. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
18. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
19. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão <sup>[4]</sup>.
20. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.
21. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

## III - CONCLUSÃO

22. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.049188/2015-00, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCELO WEICK POGLIESE**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

---

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 12/04/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 12/04/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 15/04/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108826** e o código CRC **C0A7BEC7** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 137/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº:53900.049188/2015-00.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00213/2023 MCOM, de 07 de junho 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Alto Garças/MT.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº00213/2023 MCOM (4792628, p. 15), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.049188/2015-00, acompanhado da [Portaria nº 5.636, de 8 de novembro de 2019](#), que renova a outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Alto Garças, estado do Mato Grosso, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de julho de 2016, para a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS, inscrita no CNPJ sob nº 02.921.453/0001-86, sem direito à exclusividade, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária<sup>[1]</sup>.

2. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCOM, de 18 de outubro de 2019 (1670041), ratificada pela Nota Técnica nº 5030/2023/SEI-MCOM(4792628, p. 7), se manifestou favoravelmente ao ato de renovação da outorga, posicionando-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga na localidade de Alto Garças/MT, tendo em vista a completa instrução processual.

3. Por sua vez, o Parecer Jurídico Referencial nº 01578/2016/CONJUR-MCOM/CGU/AGU<sup>[2]</sup>, de 28 de dezembro de 2016 (1670040), registra que "a ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial. Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR", concluindo que:

*Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.*

*Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.*

*Grifo nosso.*

4. Consoante o disposto no Parecer Referencial em comento, cumpre registrar que a Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCOM (1670041) registrou o seguinte: "Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 4700289)". Infere-se, portanto, que a área técnica atestou que o caso concreto se aplica à manifestação do mencionado parecer referencial, dispensando a análise jurídica individualizada.

5. Os registros administrativos de cadastro da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GARÇAS devem ser mantidos pelo MCOM no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)<sup>[4]</sup>, cujos dados relativos ao serviço de radiodifusão comunitária objeto de renovação de outorga constam na Consulta Geral de RadCom (1669196), com o registro da situação da entidade.

6. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.921.453/0001-86
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GARCAS
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	VALDENOR JOSE RODRIGUES
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 16/04/2024 às 09:24 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao processo de renovação da outorga; (ii) a informação constante no item 3 Nota Técnica nº 18675/2019/SEI-MCOM (1670041) de que "*Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processó*"; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade por ocasião da assinatura do termo aditivo ao contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[5]</sup>.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/04/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/04/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/04/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5114193** e o código CRC **DE6B0770** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

---